



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS FFCH**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**CRISTIANE SOBRINHO COSTA**

**DAS FARDAS LARANJAS ÀS CARTAS DA MORTE:  
DANOS DA CONSTRUÇÃO DO ESTALEIRO ENSEADA  
DO PARAGUAÇU SOBRE PESCADORES E  
MARISQUEIRAS**

**Salvador**

**2017**

**CRISTIANE SOBRINHO COSTA**

**DAS FARDAS LARANJAS ÀS CARTAS DA MORTE: DANOS DA  
CONSTRUÇÃO DO ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU  
SOBRE PESCADORES E MARISQUEIRAS**

**Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Antropologia,  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, Universidade Federal da  
Bahia, como requisito para a  
obtenção do grau de Doutora em  
Antropologia.**

**Orientador: Prof. Dr. Fábio Pedro  
Souza de Pereira Bandeira**

**Salvador**

**2017**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

COSTA, Cristiane Sobrinho  
DAS FARDAS LARANJAS ÀS CARTAS DA MORTE: DANOS DA CONSTRUÇÃO  
DO ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU SOBRE PESCADORES E  
MARISQUEIRAS / Cristiane Sobrinho COSTA. -- Salvador, 2017.  
175 f. : il

Orientador: Fábio Pedro Souza de Pereira Bandeira.  
Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em Antropologia) -  
- Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal Da  
Bahia, 2017.

1. Pescadores. 2. Marisqueiras. 3. Neodesenvolvimentismo.  
4. PAC. 5. Danos. I. Souza de Pereira Bandeira, Fábio Pedro.  
II. Título.

**CRISTIANE SOBRINHO COSTA**

**DAS FARDAS LARANJAS ÀS CARTAS DA MORTE: DANOS DA  
CONSTRUÇÃO DO ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU SOBRE  
PESCADORES E MARISQUEIRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Antropologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Doutor Fabio Pedro Souza de Ferreira Bandeira (UEFS-UFBA)  
Orientador

---

Professora Doutora Núbia Bento Rodrigues (UFBA)  
Examinador Interno

---

Professor Doutor Marcelo Moura Mello (UFBA)  
Examinador Interno

---

Professor Doutor Wellington Castellucci Junior (UFRB)  
Examinador Externo

---

Professor Doutor José Colaço Dias Neto (UFF)  
Examinador Externo

**Para meu saudoso pai Gilson Alves Costa in memoriam**

## **AGRADECIMENTOS**

Esse trabalho foi fruto de muita perseverança, luta e apoio de pessoas importantíssimas em minha vida, sem as quais ele não teria sido concluído.

Em primeiro lugar agradeço a Deus e aos Voduns que fortaleceram o meu ori e permitiram que essa jornada fosse concluída.

A minha mãe e ao meu filho, que estiveram ao meu lado em momentos de tristezas e angústias que se desenrolaram durante esta tese, me apoiando e compreendendo os momentos em que não pude lhes dar atenção.

Ao meu pai Gilson Alves costa (in memoriam) grande incentivador dos meus estudos e da minha carreira acadêmica e ao meu irmão Alex Sobrinho Costa (in memoriam).

Ao meu Humbono, amigo e colega de doutorado José Luíz Moreno Neto, por estar ao meu lado através da troca de conhecimento, das discussões sobre os referenciais bibliográficos e do apoio espiritual.

Aos pescadores, marisqueiras e demais pessoas residentes em São Roque e Enseada do Paraguaçu, pela contribuição, paciência, cooperação, e gentileza com que me receberam.

Ao meu orientador Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira pelo apoio ao trabalho.

A Wellington Castellucci Junior pelas dicas, orientações, bibliografias cedidas.

A Núbia Bento Rodrigues pela experiência extremamente enriquecedora do tirocínio docente, pelas dicas valiosas de bibliografias e contribuições sobre os rumos da tese.

A Bouzid Izerrougene, professor de economia da Universidade Federal da Bahia, pelos textos sobre neodesenvolvimentismo.

A Yalaxé Rosa Maria Moreno e ao meu pai pequeno Ogan Edimar dos Santos Santo, pelo apoio espiritual e amigo. E aos demais filhos do terreiro Obà Kosò Lokè Omi pela troca de energia, amor e axé.

A minha prima Mirtes Fernanda Sobrinho de Freitas, minha comadre Marcia Cristina da Silva Ribeiro e minhas amigas Luciana Rabelo e Jaqueline Portela pelo apoio nos ajustes finais.

Aos meus colegas do PPGA, em especial a Marlon Marcos pelo apoio e incentivo e Mariana Balem Fernandes pela força, discussão sobre as áreas afetadas e indicações de bibliografias.

***Destino***

***à ternura pouca  
me vou acostumando  
enquanto me adio  
servente de danos e enganos***

***vou perdendo morada  
na súbita lentidão  
de um destino  
que me vai sendo escasso***

***conheço a minha morte  
seu lugar esquivo  
seu acontecer disperso***

***agora  
que mais  
me poderei vencer?***

***Mia Couto, in "Raiz de Orvalho e Outros Poemas"***



## RESUMO

Esta tese se propõe a responder como os pescadores e marisqueiras percebem e vivenciam as transformações e danos socioambientais da Construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, no contexto do projeto neodesenvolvimentista e da crise que se instala no Brasil após 2014. Com a descoberta do pré-sal, a indústria naval nacional ganhou impulso. O Governo do Estado da Bahia através do programa Acelera Bahia e visando as políticas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançou um projeto de implantação de um Polo Naval. A decisão da implantação do Polo naval se deu sem ampla discussão com as populações das regiões circunvizinhas, principalmente sobre os danos que exerceria sobre as suas vidas e o ecossistema. Após a crise instalada pela operação lava-jato e do desemprego gerado, os moradores voltaram às suas atividades pesqueiras e extrativistas, porém o meio-ambiente e as relações socioprodutivas foram completamente modificadas pelo processo desenvolvimentista. Portanto, esta tese tem por objetivo identificar, compreender e analisar as transformações e danos sofridos por esses grupos residentes em contexto de crise econômica e instabilidade política do projeto neodesenvolvimentista nacional.

Palavras-chave: Pescadores, Marisqueiras, Neodesenvolvimentismo, PAC, Danos.

## **ABSTRACT**

This paper proposes to answer how the fishermen and the shellfish collectors perceive and live the transformations and the socio-environmental damages caused by the construction of the Paraguaçu Shipyard, in the context of the neodevelopmental project and the crisis that took place in Brazil after 2014. After the Pre-Salt stratum discovery, the national naval industry got a boost. The Government of Bahia State through the Accelerate Bahia Program aiming the Growth Acceleration Program (PAC) policies launched a Naval Pole implementation project. The decision to implement the Naval Pole was taken without wide range discussion with the surrounding region populations, mainly over the possible harm that would affect their lives and the ecosystem. After the crisis caused by the Car Wash Operation and the unemployment by this generated, the residents returned to their previous fishing and extractive activities. However, the environment and the socio-productive relations had been completely modified by the developmental process. Therefore, the present paper has as a purpose identify, understand and analyze the changings and the damage underwent by these resident groups in a context of an economic crisis and and political instability of the national neodevelopmental project.

Key-words: Fishermen, Shellfish Collectors, Neodevelopmental, Growth Acceleration Program (PAC), Damage.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	18
O CAMPO.....	25
O ESTUDO DE POPULAÇÕES PESQUEIRAS OU HALIÊUTICAS.....	30
IMPACTOS OU DANOS SOCIOAMBIENTAIS .....	34
ÉTICA E PESQUISA.....	36
1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA: OCUPAÇÃO PELAS PESSOAS E GRUPOS SOCIAIS RESIDENTES.....	42
2 OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE AS PRIMEIRAS TRANSFORMAÇÕES E DANOS DA CONSTRUÇÃO DO ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU. ....	61
2.1 PESCADOR/AGRICULTOR/OPERÁRIO: TORNANDO-SE DIFERENTE, TORNANDO-SE IGUAL.....	61
2.2 AS FARDAS LARANJAS .....	66
2.3 RELAÇÕES DE GÊNERO E OCUPAÇÃO DOS PAPEIS FEMININOS DIANTE DAS MUDANÇAS. ....	68
2.4 SEGURANÇA .....	74
2.5 PROCESSO DE AUTODEFINIÇÃO QUILOMBOLA.....	76
2.6 AS TRANSFORMAÇÕES DOS PAPÉIS SOCIAIS DE CRIANÇAS E JOVENS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS ALTERAÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE SABERES/ APRENDIZAGENS. ....	81
3 INTERMITÊNCIAS, MORTE E CARTAS: UMA BREVE ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA....	90
3.1 INTERMITÊNCIAS .....	92
3.2 A MORTE: CRISE E QUEBRA DE CONTRATO.....	98
3.3 CARTAS .....	98
3.4 A CRISE MUNDIAL E A LAVA-JATOCOMO CAUSA MORTIS.....	100
4 CENÁRIO PÓS LAVA-JATO: SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU (DE NOVEMBRO DE 2014	

A FEVEREIRO DE 2015) .....	105
4.1 ETNOGRAFIA DA ENSEADA DO PARAGUAÇU (DE JANEIRO A FEVEREIRO DE 2015) .....	110
5 DA POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA AO PROJETO DO POLO NAVAL 2 DE JULHO: PAC E ACELERA BAHIA. ....	119
5.1 O NEODESENVOLVIMENTISMO E O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) .....	121
6 O ANTROPÓLOGO E AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: LIMITES E POTENCIALIDADES ..	135
6.1 AUDIÊNCIAS PRÉVIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU ...	143
6.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA EM SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU PÓS-DEMISSÕES. ....	145
6.3 CENÁRIO PÓS-AUDIÊNCIA: “NINGUÉM ENTENDEU NADA” .....	155
7 CONCLUSÃO .....	160
8 BIBLIOGRAFIA .....	166
ANEXOS .....	176

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Imagem vista na chegada ao bairro do Areal	51
Figura 2	Visão do canteiro de obras de São Roque do Paraguaçu, pelo bairro do Areal	52
Figura 3	Imagem de satélite da Rua Beira Mar e Rua do Areal, onde se concentra a maior parte das moradias dos pescadores e marisqueiras de São Roque	53
Figura 4	Navio dragando o canal e obras de implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu	59
Figura 5	Placa fixada na praça ao lado da Igreja/ março de 2013	61
Figura 6	Rua do Porto 2013, Enseada do Paraguaçu	64
Figura 7	Acesso a comunidade, Rua do porto	65
Figura 8	Acesso a comunidade, Rua das Pitangueiras	65
Figura 9	Ponte de ligação entre as localidades de São Roque e Enseada do Paraguaçu, construída pelo Governo do Estado da Bahia	65
Figura 10	Protesto dos trabalhadores da Enseada contra as demissões do EEP	124
Figura 11	Gráfico de distribuição dos impactos positivos e negativos	157
Figura 12	Gráfico de comparação dos escores cumulativos dos impactos negativos e positivos de média e alta significância	158

Figura 13	Imagem da construção do Estaleiro EEP	159
Figura 14	Mapa de situação e localização do Polo de Dois de Julho	161
Figura 15	Mapa racional estratégico do Polo 2 de Julho	162
Figura 16	Pousada Pôr do Sol (São Roque do Paraguaçu)	180
Figura 17	Rua Principal de São Roque do Paraguaçu	181
Figura 18	Audiência pública	183
Figura 19	Audiência pública, sede da COBEPA.	184
Figura 20	Sede COBEPA	185
Figura 21	Major Márcio Amorim comandante da Cia independente da polícia militar na Audiência pública	189
Figura 22	Imagem aérea de Estaleiro Enseada do Paraguaçu	194
Figura 23	Conclusão do EIA/RIMA Estaleiro Enseada do Paraguaçu	215
Figura 24	Continuação da conclusão do EIA/RIMA	216

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABA- Associação Brasileira de Antropologia

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AFRMM - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante

APEMA - Associação de Marisqueiras e Pescadores da Enseada

BBC News - British Broadcasting Corporation

BMA - Biomonitoramento e meio ambiente

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BTS - Baía de Todos os Santos

CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais

CIPM - Companhia Independente de Polícia Militar

COBEPA - Comunidade Beneficente de São Roque do Paraguaçu

CONAMA - O Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPP - Código de Processo Penal

CRFB - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DEM - Democratas

DF – Distrito Federal

DIUSP - Diretoria de Unidades de Uso Sustentável e Populações Tradicionais

EEP - Estaleiro Enseada do Paraguaçu

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FMM - Fundo Marinha Mercadante

FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste

FMI - Fundo Monetário internacional

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - O Instituto Nacional do Seguro Social

MG - Minas Gerais

NUPAS - Núcleo de Pesquisa em Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade

OBSERVABAÍA - Observatório de Riscos e Vulnerabilidades da Baía de Todos os Santos

ONG – Organização não Governamental

PAC – Plano de aceleração e Crescimento

PDDM - Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PF – Polícia Federal

PFL - Partido da Frente Liberal

PIB - Produto Interno Bruto

PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira



PT - Partido dos Trabalhadores

RBA – Reunião Brasileira de Antropologia

RESEX - Reserva Extrativista

RIMA- Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

SEINP - Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINTEPAV-BA - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada

SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial

TIBRAS - Titânio do Brasil

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UNB - Universidade de Brasília

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

## INTRODUÇÃO

A primeira vez que naveguei sobre as águas da Baía de Iguape, me deparei com uma paisagem exuberante. O mar calmo, suas ilhas, suas matas ainda preservadas, os morros, a vegetação ciliar, a vista do Forte Salamina, um cenário fascinante. Nas margens apareciam estaleiros artesanais, pequenas casas de pescadores e grandes mansões nas ilhas particulares. Em alguns trechos, surgiam construções mais antigas com casarões, onde se destacavam as palmeiras imperiais. Era agosto de 2011, dia da Regata Aratu/Maragojipe<sup>1</sup> e centenas de embarcações disputavam as águas da baía. Muitos barcos de pequeno porte, saveiros, lanchas, iates, Jet Skis etc, saíam do Porto do Cajá, em Maragojipe, em direção à Barra do Paraguaçu ou de Salvador, da raia montada entre o farolete da Base Naval de Aratu e Ilha de Maré, até o Porto do Cajá. Embarquei no início da manhã em Maragojipe numa escuna que navegou sobre as águas calmas da baía. Cerca de quarenta e cinco minutos depois, me deparei com imensas torres de ferro e um grande canteiro de obras. Era São Roque do Paraguaçu, distrito de Maragojipe, e aquela paisagem industrial destoava completamente do cenário de preservação da mata atlântica. Estava concluindo minha dissertação de mestrado sobre os pescadores do bairro do Rio Vermelho em Salvador e aquele evento iniciou o meu desejo de conhecer mais profundamente aquela região.

Minha aproximação com o estudo sobre comunidades pesqueiras ou haliêuticas começou no ano de 2008, a partir da minha participação como coordenadora do Planode Fortalecimento da Pesca Artesanal da Baía de Todos os Santos e do Iguape, criado pelo órgão governamental Bahia Pesca. Esse plano teve caráter emergencial, diante do fenômeno que causou uma mortandade de peixes e

---

<sup>1</sup> A regata nasceu no ano de 1969 com a denominação de "Regata de São Bartolomeu", em homenagem ao Santo padroeiro da cidade de Maragojipe. Nas primeiras edições do evento a grande maioria das embarcações participantes era composta pelos tradicionais saveiros, muito comuns e numerosos na época. Decorridos os anos, os modernos Veleiros de Oceano passaram a ser os protagonistas, distribuídos em mais de vinte classes. Competição que acontece durante os Festejos de São Bartolomeu e reúne grandes nomes do latismo mundial como Torben Grael e Lars Grael (medalhistas Olímpicos brasileiros). Em média a Regata reúne cerca de 300 embarcações, entre veleiros de oceano, saveiros e escunas a vela. Participam mais de 1.500 tripulantes, sendo um dos maiores eventos náuticos da América Latina. Fonte: [http://aratumaragojipe.com.br/regata\\_2016.php?sub=ações](http://aratumaragojipe.com.br/regata_2016.php?sub=ações), acesso em 14/01/2013.

diversas espécies marinhas, denominado maré vermelha. Esse evento atingiu fortemente as populações ribeirinhas da Baía de Todos os Santos (BTS), de Aratu e do Iguape, impedindo por cerca de três meses que pescadores e marisqueiras tivessem acesso à pesca e/ou à mariscagem. O plano foi dividido em três áreas com sedes em Salvador, Baía de Iguape e Madre de Deus. Fiquei responsável pela coordenação das áreas pesqueiras de Salvador, Simões Filho e Candeias. Entre os objetivos deste plano estavam o recolhimento de dados sócio-econômicos e a execução de um diagnóstico participativo, na oportunidade em que tive os primeiros contatos com os problemas socioambientais que atingiam os pescadores e marisqueiras da BTS.

Em função dessa experiência com pescadores, desenvolvi minha dissertação de mestrado intitulada “Pescadores do Rio Vermelho: Tradição e Modernidade na Pesca Artesanal”, que teve um cunho antropológico e foi defendida no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em agosto de 2011. O bairro do Rio Vermelho, localizado na zona urbana de Salvador, tem uma grande importância histórica para a pesca no Estado, sendo a sede do Porto do Rio Vermelho um dos mais importantes da cidade durante o período colonial e pós-colonial, abrigando uma das mais importantes colônias de pesca, a primeira implantada na Bahia a Z-01<sup>2</sup>. No entanto, a maior parte das famílias de pescadores não mora próxima aos locais onde atracam as embarcações. Também inexistem marisqueiras na região, o que segundo Costa (2011), se explica pelo fato dos mariscos e pequenos camarões que existiam na área, terem desaparecido desde a construção do emissário submarino na década de 70, durante o Governo de Antônio Carlos Magalhães<sup>3</sup>. Alguns pescadores do Rio Vermelho aprenderam com seus pais a arte e o manejo da pesca, porém muitos só chegaram ao local na adolescência e, aos poucos, foram adquirindo os conhecimentos relacionados ao mar e as embarcações. Nesta localidade existe pouco envolvimento familiar na pesca. O pescado é geralmente vendido para os pesqueiros da área logo no

---

<sup>2</sup> Segundo Santos (2005), a Marinha de Guerra do Brasil percorreu toda a Costa brasileira em 1919, organizando e orientando os pescadores em associações. Essas associações deram origem às Colônias de pesca que constituem a forma de associativismo predominante na pesca artesanal brasileira, a primeira colônia de pesca organizada na Bahia, conhecida como Z-01, foi implantada no bairro do Rio Vermelho em Salvador.

<sup>3</sup> Evento que poluiu parte da região, transformando a foz do Rio Camurujipe num grande esgoto

desembarque. Muitas vezes, já existe uma dívida com estes últimos. Portanto, a maior parte do que é extraído do mar já tem um destino previamente estabelecido.

A partir dos dados obtidos neste campo de estudo, realizado numa área urbana, senti necessidade de aprofundar minhas análises, com o estudo sobre populações costeiras e ribeirinhas no interior da Baía de Todos os Santos, em especial na Baía de Iguape. Isso me levou a desenvolver o projeto de pesquisa intitulado “Comunidades Ribeirinhas da Baía do Iguape: cultura, identidade e representação simbólica dos pescadores artesanais no contexto sócio-econômico do Recôncavo baiano, aprovado no processo seletivo do Programa de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (PPGA-UFBA) no ano de 2012.

No final do meu primeiro ano de doutorado iniciei meu trabalho de campo, aliado a participações em reuniões com o grupo de pesquisa OBSERVABAÍA<sup>4</sup>. Os questionários do OBSERVABAÍA tinham como objetivo criar um banco de dados sobre as populações que habitam e trabalham no entorno da Baía de Todos os Santos (BTS). Fiquei responsável pela aplicação de questionários com pescadores, marisqueiras e órgãos representativos destes, no município de Maragojipe. Através desta pesquisa, reconheci múltiplas situações de vulnerabilidade e pude constatar diversas transformações e, principalmente, danos às populações residentes. Os pescadores e marisqueiras relatavam diversas alterações que estavam se processando no ambiente costeiro em função das primeiras etapas da obra de construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP)- empreendimento que iniciara na região a construção de um polo naval e que prometia trazer grandes investimentos e desenvolvimento para o município e áreas circunvizinhas.

Nos primeiros contatos de pesquisa, percebi que existia entre as pessoas residentes na cidade de Maragojipe, uma grande expectativa em função da

---

<sup>4</sup> O OBSERVABAÍA é um programa de pesquisa e intervenção que trata da dinâmica da vida das populações tradicionais que habitam a Baía de Todos os Santos, dedicando-se a compreender as inter-relações entre os meios físico, biótico e humano. Trata de questões como a construção de territórios e direitos dos grupos sociais; constituição de redes de cuidado (trabalho e formas de cooperação, saúde, religiões, sociabilidades etc.); patrimônio natural e cultural, a vulnerabilidade das zonas costeiras (mudanças climáticas e elevação da temperatura e do nível do mar, erosão de praias, desmatamento, extinção de espécies vegetais e animais, contaminação e redução de recursos hídricos, deslocamentos populacionais forçados) e efeitos de grandes projetos (expansão de portos; proposta de ponte entre Salvador e Itaparica; polo naval na Baía de Iguape; geração de energia em Pedra do Cavalo etc.).

construção do Estaleiro e do Polo naval<sup>5</sup>. Diversos empreendimentos estavam chegando à região ou sendo planejados. Entre eles, a implantação de algumas agências que visavam à empregabilidade como a Rede Cidadã<sup>6</sup>, hotéis, pousadas, restaurantes, ampliação do comércio. Nas mesas dos restaurantes e na praça à noite, circulavam conversas sobre empregabilidade e especulação imobiliária em terrenos próximos ao EEP. Diante das alterações que o campo mostrava, decidi no final de 2012, em acordo com o meu orientador Fábio Bandeira e com a coordenação do PPGA, modificar o meu projeto de doutorado que então passou a se chamar, “Impactos socioambientais da construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu sobre pescadores e marisqueiras”.

Desde as primeiras entrevistas de campo, o discurso em relação à pesca enquanto trabalho me chamou a atenção, por contrastar com os estudos que tinha desenvolvido com pescadores urbanos. Ao perguntar para os entrevistados qual a sua ocupação, a maior parte dos entrevistados de Salvador filiados à colônia Z-01 do Rio Vermelho me respondeu “eu sou pescador”, relatando em seguida o tempo em que tinha começado a trabalhar. Nas entrevistas realizadas em São Roque e Enseada do Paraguaçu, as respostas foram diferentes. Ao perguntar qual a sua ocupação, a maior parte dos entrevistados me respondeu: “no momento eu não estou trabalhando, só pescando” ou “no momento eu não estou trabalhando, só mariscando”. Estas mesmas pessoas ao perguntar se eram pescadores e marisqueiras, afirmaram em quase maioria que sim, que cresceram na maré e aprenderam a fazer isso desde crianças. Ao mudar a pergunta para: Pesca é trabalho? A resposta imediata era “claro que pesca é trabalho”. Numa primeira análise dos discursos, tentei compreender porque a pesca e a mariscagem era relatada como o “não trabalho”, e se essa distinção estava pautada no estar dentro ou fora do mercado formal. Logo percebi a partir do trabalho de campo, das conversas e das observações, que não havia uma relação de subordinação do trabalho pesqueiro, mas um entendimento diferenciado em relação a esse ofício, no

---

<sup>5</sup> As etapas de elaboração dos projetos dessas obras e os processos que envolveram a escolha da região serão detalhadamente explicadas no capítulo III.

<sup>6</sup> Organização não-governamental que tem por finalidade segundo seu estatuto, promover articulação das ações sociais realizadas pelos órgãos públicos, empresas privadas e entidades sem fins lucrativos, criando atividade em forma de rede. Executando projetos e programas de geração de trabalho e renda. Fonte: <http://www.redecidada.org.br/>

que diz respeito à concepção da construção de pessoa e de lugar, como tratarei mais adiante.

Em função de trabalhos já desenvolvidos anteriormente, decidi fixar minha pesquisa sobre as áreas de pesca e mariscagem atingidas pela construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. Residi de forma intermitente na sede do município de Maragójepe no início do ano de 2013, onde realizei conversas e observações sobre a realidade local. Optei por concentrar minhas entrevistas e a maior parte dos contatos de campo na Rua Beira Mar e Rua do Areal no Distrito de São Roque do Paraguaçu, onde ficam atracadas as embarcações de pescadores e na agrovila do seu subdistrito Enseada do Paraguaçu. Em ambas as localidades, a maioria dos habitantes possui relação com a pesca e/ou mariscagem.

Nesta tese, desenvolvi minha pesquisa de campo em duas áreas rurais ribeirinhas do município de Maragójepe: São Roque e seu subdistrito Enseada do Paraguaçu. Nestes locais, a maioria da população é nativa. Nasceram, cresceram e vivem de forma contínua ou intermitente na região. Ao contrário do que ocorre no Rio Vermelho, os pescadores e marisqueiras moram próximos aos locais de pesca e coleta de mariscos e crustáceos. A maior parte dos entrevistados, principalmente os que moram na Enseada do Paraguaçu, também trabalha com a agricultura e realiza pequenos plantios. Homens, mulheres e crianças aprendem o ofício desde cedo, geralmente com pais, mães, avós ou parentes próximos. O pescado quando em abundância é secado e salgado pelas famílias. Existe uma rede grande de parentesco. Sempre apontam para as casas vizinhas e dizem “converse com tal pessoa que é meu/minha irmã/irmão, pai/mãe, tio/tia, prima (o) etc”. Os terrenos das casas geralmente são compartilhados, isto é, os filhos costumam construir moradias nos quintais e em terrenos que pertencem aos seus pais. Tanto em São Roque quanto na Enseada do Paraguaçu, os entrevistados se auto-intitularam como comunidade. É muito comum nos discursos usarem “aqui em nossa comunidade”.

Os interlocutores desta tese foram pessoas e grupo sociais residentes em São Roque e Enseada do Paraguaçu, em sua maioria pescadores e marisqueiras. Estes poderiam ser incluídos, sob o polêmico termo, bastante discutido na atualidade, “populações tradicionais”. No entanto, fiz aqui a opção de usar o conceito de “pessoas e/ou grupos sociais residentes”.

Barreto filho (2006), em seu artigo intitulado “Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção” sugere uma alternativa

conceitual para o termo população tradicional. Segundo ele, o termo população possui uma referência naturalizante, uma clivagem demográfica e uma orientação censitária que deve ser superada, pois simplifica, atomiza e assujeita. Já o termo tradicional, enfatiza uma dimensão temporal, que ele propõe ser substituída por espacial. Sendo assim, Barreto filho defende a substituição do conceito de “população tradicional”, para “pessoas e/ou grupos sociais residentes”.

De acordo com Mendes (2009), as chamadas “populações tradicionais” têm muitos pontos de convergência em suas trajetórias, o que torna porosa a definição de quem é e de quem não é. Existe também uma grande dificuldade em estabelecer o que diferencia essas categorias do restante da sociedade local e regional. A questão da igualdade e da diferença é crucial para entendermos a inserção destes grupos nas políticas afirmativas, de reconhecimento, multiculturais ou de proteção às minorias

Segundo Mendes (idem), apesar das discussões que envolvem o termo “populações tradicionais” dentro das ciências sociais, ele é bastante usado nas políticas públicas, portanto incorporado por muitos setores para garantir direitos e obter acessos. Com a crescente institucionalização no âmbito jurídico e nas políticas públicas, os grupos sociais que se identificam com a categoria “populações tradicionais” são simultaneamente apropriados e apropriam-se dela, em busca do reconhecimento de seus direitos, almejando a um só tempo, a efetivação da igualdade entre todos os cidadãos e o reconhecimento das diferenças que definiriam esta categoria social e lhes justificaria a atribuição de direitos específicos.

Categorias jurídicas como “índios”, “indígenas”, “afrodescendentes”, “quilombolas”, “negros”, “aborígenes”, “pescadores”, “ribeirinhos” etc., apesar de designar grupos diferenciados entre si, foram absorvidos por diversos setores. Em 2009, Manuela Carneiro da Cunha lançou o livro *Cultura Com Aspas*, no qual conceituou cultura e “cultura”, desenvolvendo uma reflexão a partir destes do que seriam populações e conhecimentos tradicionais. Para Cunha, essas categorias acima citadas são em grande parte fruto do encontro colonial, que embora tenham tido uma criação genérica e artificial, foram aos poucos sendo ocupadas por gente de carne e osso. “Cultura” com o emprego das aspas teria segundo a autora, uma propriedade de metalinguagem, uma noção reflexiva que fala por si mesma, a “cultura” é por definição compartilhada e é utilizada por diversos grupos para reivindicar direitos e ter acessos a políticas públicas.

[...] Não deixa de ser notável que com muita frequência os povos que de início foram forçados a habitar essas categorias tenham sido capazes de se apossar delas, convertendo termos carregados de preconceito em bandeiras mobilizadoras (CUNHA, 2009:278).

Partindo desse princípio (idem), a autora defende que seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais, definir populações tradicionais pela adesão à chamada tradição, pelo baixo impacto sobre o meio ambiente ou como povos que estão fora da esfera do mercado, pois isso traria um esvaziamento completo para o conceito. Segundo ela, a expressão “povos tradicionais”, parte de uma reivindicação de cunho cultural e eminentemente político, que até 2009 ainda era pouco habitada, mas possuía muitos candidatos a membros, tendo inclusive existência administrativa no Conselho Nacional de Populações Tradicionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).

Para Steil e Carvalho (2012), precisa-se estar municiado a fim de enfrentar as resistências sobre o uso do termo “população tradicional”, pois este tem uma referência forte e resistente.

De acordo com Ingold & Kurttila apud Prado (2012), o conhecimento que as pessoas possuem dos seus ambientes e a forma como os vivenciam não é do tipo formal e autorizado, mas sim “baseado em sentimento, consistindo de habilidades, sensibilidades e orientações desenvolvidas através de longa experiência de condução da própria vida num ambiente particular” (Idem, 2012:180). Dessa forma, eles apontam um equívoco sobre o uso do conceito “conhecimento tradicional”, gerado nas práticas de localidade e baseados na ideia de herança em oposição ao conhecimento tradicional enquadrado no discurso de modernidade, pois este último serve de parâmetro para afirmações de que determinados grupos “não são mais tradicionais” por não se reproduzirem a partir de (uma herança biológica e/ou cultural “passada” de uma geração a outra). Ao contrário, entendem que este conhecimento é indissociável das práticas que ocorrem por se “habitar uma terra” e não são aprisionadores e estáticos.

A partir destas perspectivas, preferi nesta tese, me filiar ao conceito de pessoas e/ou grupos sociais residentes.



## O CAMPO

A Baía de Todos os Santos (BTS) compõe a Costa litorânea baiana, e esta se apresenta como a mais extensa do Brasil, possuindo 1.065 km coberta por cursos d'água<sup>7</sup>, e uma superfície de 1.233 km<sup>2</sup>, sendo o segundo maior acidente geográfico deste tipo no Brasil (CAROSO et al, 2011:14). Segundo Soares et. al (2009), a BTS/Recôncavo abrange 16 municípios e 173 comunidades pesqueiras e apresenta um grande número de estuários, originando um complexo de manguezais de enorme potencial para o cultivo de organismos aquáticos, bem como para o sustento das populações que vivem em seu entorno. Fazem parte da Baía de Todos os Santos a Baía de Iguape e a Baía de Aratu.

A beleza e extensão da Baía de Todos os Santos, segundo relatos de cronistas do descobrimento<sup>8</sup>, ataçavam e encantavam a imaginação dos seus primeiros habitantes, os tupinambás, sendo batizada por eles de Kirimurê. Em sua mitologia está a presença de uma grande ave de plumas muito brancas.

[...] Conta a lenda que a ave partiu de terras muito distantes e voou incansável, dias e noites sem parar, até alcançar o litoral de uma terra imensa e bela, onde pousaria. Mas, cansada do grande esforço empreendido na longa viagem, a ave não resistiu e ali caiu já morta. No choque contra o solo, acreditavam os índios, suas longas e alvíssimas asas transformaram-se em praias de areias muito brancas. E o seu coração, ao bater na terra, rachou-a, abrindo uma grande e profunda fenda que logo foi tomada e irrigada pelas águas do mar. O sangue que jorrou da grande ave lendária inundou e fecundou as margens daquela imensa baía e assim nasceu Kirimurê, bela e generosa, uma terra de onde os Tupinambás retiravam todos os alimentos que precisavam para sobreviver (SETUR: 2012:17)

Até que no ano de 1501, a primeira Igarçu<sup>9</sup> cruza a Barra da Baía rebatizando-a, “desde então caiu irreversivelmente sobre Kirimurê o vaticínio de tornar-se Baía de Todos os Santos” (CASTRO DE ARAÚJO, 2011: 51).

[...] E no começo tudo era Kirimurê, mar dos Tupinambá. (...)

---

<sup>7</sup><http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista3-mat4.pdf>

<sup>8</sup> Staden (1975), Nieuhof (1981), Sampaio (1949), Anchieta (1933), Belluzzo (1994)

<sup>9</sup> Igarçu- canoa grande. Navio português. (ibidem)

Igapebas e igaras<sup>10</sup> flutuavam dentro da baía e nos rios afluentes em busca do pescado. Muitas delas se aventuravam na vizinha costa oceânica para o norte e para o sul, em antiga cabotagem. (idem, 2011: 51)

A Baía de Todos os Santos, desde então, se tornou ponto de exploração dos portugueses e mais tarde de outros mercadores de diversas partes do mundo. Desde o princípio, as populações residentes tiveram seus territórios invadidos para a introdução do que defendiam como modo de vida colonizado e mais desenvolvido. “O território da Baía de Todos os Santos, complexo de terras e águas, tornou-se viável pela utilização de uma tecnologia portuguesa que se desenvolveu ao longo do processo de expansão marítima e que conjugava o que havia de mais avançado na Europa renascentista” (ibidem, 2011:60). Os colonizadores modificaram não apenas o nome, mas, implantaram uma dinâmica de exploração de suas riquezas e de suas populações sobre novas bases tecnológicas, entre elas, a inserção da construção naval.

A Baía do Iguape é a área mais conservada da Baía de Todos os Santos, com aproximadamente de 8.117,53 ha, sendo que 2.831,24 ha em terrenos de manguezais e 5.286,29 ha de águas internas, essa extensa faixa é uma configuração geográfica formada pela foz do rio Paraguaçu, compondo um vale costeiro submerso que foi tomado pelo mar, conseqüentemente, formando um braço de mar que se introduz na costa, e que é influenciado pelo regime de marés<sup>11</sup>.

Segundo Gens (2006), o baixo curso do Rio Paraguaçu se desenvolve em um vale encaixado de rochas cristalinas que sustentam um relevo abrupto, com altitudes de até 220 m. Sua extensão é de 16 km, iniciando na Barragem de Pedra do Caval

---

<sup>10</sup>Igapebas e igaras- canoas tupinambá, in: CASTRO (2009: 51). [http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/6264/1/BAIA%20DE%20TODOS%20OS%20SANTOS\\_ASPECTOS%20HUMANOS.pdf](http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/6264/1/BAIA%20DE%20TODOS%20OS%20SANTOS_ASPECTOS%20HUMANOS.pdf)

<sup>11</sup>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 9º, inciso VI, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, e no Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, e tendo em vista o que consta no Processo IBAMA nº 02006.001279/97-39C. Cria a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape, nos Municípios de Maragogipe e Cachoeira, Estado da Bahia, e dá outras providências. DECRETO DE 11 DE AGOSTO DE 2000. Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape, localizada nos Municípios de Maragogipe e Cachoeira, Estado da Bahia, com uma área aproximada de 8.117,53ha (oito mil, cento e dezessete hectares e cinquenta e três centiares), sendo 2.831,24ha (dois mil, oitocentos e trinta e um hectares e vinte e quatro centiares) em terrenos de manguezais, e 5.286,29ha (cinco mil, duzentos e oitenta e seis hectares e vinte e nove centiares) de águas internas brasileiras, tendo por base a Folha SD-24-X-A-IV, publicada pelo Departamento de Cartografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

até o desaguadouro na Baía de Iguape (BI). Todo esse aparato geográfico proporciona a formação de uma região muito rica em manguezais e espécies de peixes, moluscos e crustáceos, que compõem além do nicho biológico, o alicerce para a reprodução social e simbólica das famílias da região.

A partir da análise de autores como Barickman (2003), Castellucci (2005), Bandeira e Brito (2011), Guimarães (2015), observamos que a partir do contexto de desagregação do regime escravista, as populações remanescentes da Baía do Iguape se agruparam nas proximidades dos engenhos, estabelecendo organizações socioculturais e produtivas que resistiram ao longo do tempo, mantendo elementos da cultura afro-descendente, tais como: religião, músicas, hábitos alimentares, terminologias, entre outros.

Na BTS, se formou um povoamento que pode ser classificado com o que Diegues (2004), denomina de grupos de pescadores lavradores, em que a propriedade típica é a família e/ou grupo, em que geralmente os membros da família constituem as unidades de trabalho tanto no trato da terra, quanto na captura do pescado.

Bandeira e Brito (2011) afirmam ainda que ao longo dos mais de quatro séculos de história, muitas comunidades da BTS desapareceram, se recriaram ou se reinventaram devido às mudanças conjunturais da região, ciclos econômicos de auge e decadência, e resistências sócio-culturais de luta por direitos territoriais e manutenção de suas identidades. Para os autores, foram os africanos e seus descendentes que vieram a configurar o que hoje chamamos de comunidades pesqueiras na BTS, de alguns litorais da Bahia, do nordeste e, possivelmente, de águas interiores ou ribeirinhas continentais do Estado da Bahia.

De acordo com os autores supracitados (idem), as comunidades da BTS têm se reproduzido, não só a partir da apropriação dos recursos de ecossistemas costeiros e estuarinos da pesca, mas também terrestres, pela prática da agricultura e complementarmente do extrativismo de piaçava, dendê, coco, fibras diversas, para a fabricação de utensílios e apetrechos de pesca, panelas e artesanato de barro, entre outras. Em muitas dessas comunidades, no entanto, a exploração da terra é limitada, seja na forma de extrativismo ou da agricultura, dado o acesso reduzido às florestas e ao solo agricultável.

Atualmente as comunidades tradicionais de pesca da Baía de Iguape são compostas por pessoas que vivem no mesmo local e possuem relações não só

trabalhistas, mas fazem parte de uma rede familiar ou redes unidas por laços de solidariedade. Um estudo significativo de abordagem deste tipo de trabalho familiar na pesca é o de Leonardo David Fernández y José Luís Moros (2004) na Venezuela<sup>12</sup>. Neste, os autores abordam as famílias de pescadores enquanto redes sociais que se distinguem por constituir espaços geradores de processos permanentes de construção de significados sociais, tanto no sentido individual como coletivo. Para eles, existe nas comunidades pesqueiras, um sistema de intercâmbio dinâmico entre seus integrantes e outros grupos sociais, que potencializam os recursos disponíveis para resolver suas necessidades imediatas de sobrevivência.

Segundo Guimarães (2015), a maioria das populações que habita a região da Baía de Iguape, sobrevive principalmente de atividades ligadas ao extrativismo como a pesca, mariscagem e agricultura de pequeno porte, apesar dos diversos impactos ambientais de caráter antrópico e de construção de barramentos<sup>13</sup>. Segundo a autora em pauta, os impactos com os quais os povos da bacia do baixo curso do Paraguaçu convivem são intensos e variados, mas todos possuem caráter antrópicos.

O distrito de São Roque do Paraguaçu e seu subdistrito Enseada do Paraguaçu, estudados nessa tese, fazem parte do Município de Maragogipe, que no período colonial integrava a sesmaria do Paraguaçu, doada a D. Álvaro da Costa em 1557. Em 1566, a sesmaria tornou-se a capitania do Paraguaçu, mas foi com a chegada do português Bartolomeu Gato que começou a formação do povoado de Maragogipe. Ele fundou o primeiro núcleo, na então chamada Rua do Rio. Em 1725, o distrito foi transformado em vila, e, em 1850, em cidade. (MARAGOJIPE-PDDU, 2010).

De acordo com Sá (1984), a cidade de Maragogipe recebeu esse nome, pois, existia na região um aldeamento indígena Aimoré denominado “Marag-gyp”<sup>14</sup>, que se estabeleceu em meados do século XVI às margens do Rio Paraguaçu. Segundo as histórias populares, esses índios eram destemidos e inteligentes, mas adversos à

---

<sup>12</sup> Artigo intitulado “As representaciones sociales en torno al trabajo, entre lãs familias de pescadores de lãs Isla de Zapara”

<sup>13</sup> Dezesseis no percurso do seu médio e baixo curso, sendo o maior deles a barragem de Pedra do Cavalo, construída a 2 Km dos municípios de Cachoeira e São Felix e distando 15 Km da Foz do Rio Paraguaçu, na BTS.

<sup>14</sup> Alguns referenciais traduzem essa palavra como “Rio dos mosquitos” e outros como “Braços invencíveis”.

vida nômade, eles dedicavam-se ao cultivo do solo, à pesca e à caça de subsistência. Para o autor (idem), por volta de 1520, fixaram-se na região os primeiros colonizadores portugueses, atraídos pela riqueza das matas e pela acessibilidade de suas águas, que comportavam embarcações de pequeno e grande calado. Com a chegada destes, houve resistência indígena e a expulsão dos mesmos da região.

Maragojipe comportou vários engenhos às margens do Rio Paraguaçu. A grande importância econômica no período fez com que o Governo de Portugal construísse depois da entrada da Baía e próximo à Vila de Maragojipe, o Forte Salamina, uma fortificação típica da Marinha que tinha como objetivo impedir a entrada de invasões inimigas na Baía de Iguape e na cidade de Cachoeira, onde se localizava um importante porto de onde embarcavam produtos oriundos de diversas regiões da Bahia.

O território de São Roque do Paraguaçu, desde o período colonial, foi cobiçado em função da sua localização estratégica, próximo à Barra do Rio Paraguaçu, que liga a Baía de Iguape à Baía de Todos os Santos. No século XIX, foi alvo de disputa entre os municípios de Maragojipe e Jaguaripe, e só em 15 de fevereiro de 1933, através do decreto estadual nº 8311, foi elevado à categoria de Distrito de São Roque do Paraguaçu, desmembrando-o do Distrito de Santo Antônio do Capanema e anexando-o ao Município de Maragojipe<sup>15</sup>.

O Distrito de São Roque e seu subdistrito Enseada ficam às margens do Rio Paraguaçu e do Rio Baetatã, próximo à Barra do Paraguaçu que dá acesso para a Baía de Todos os Santos. Apesar de pertencer ao município de Maragojipe, esta localidade está mais próxima aos municípios de Nazaré das Farinhas e Salinas das Margaridas. Até a década de 70, as populações locais viviam principalmente de uma economia auto-sustentável que incluía além da pesca, extrativismo e criatórios de animais, beneficiamento da piaçava, processada de maneira simples, fabricação artesanal da farinha de mandioca nas casas de farinha e do azeite de dendê.

A primeira mudança de grande impacto, que atingiu o distrito de São Roque do Paraguaçu e a vizinha Enseada no período pós-colonial, foi à implantação em

---

<sup>15</sup>PDDM- Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (2010). <http://www.youblisher.com/p/42935-Plano-Diretor-de-Desenvolvimento-Municipal-de-Maragojipe-BA/>

1977 de um canteiro de obras da Petrobras. Com isso foi realizado pioneiramente um Plano Diretor da cidade, que visava estabelecer instruções para o desenvolvimento das condições mínimas de infraestrutura física, urbana e social de apoio ao canteiro.

A criação do canteiro de obras foi responsável por grandes danos socioambientais, porque foi construído sobre uma extensa área de manguezal usada pelos membros da comunidade para seu sustento, ao mesmo tempo em que deslocou grande parte dos moradores de suas casas, processo que continua até hoje. O canteiro de obras foi responsável, desde a sua implantação, por uma grande circulação financeira no local, porém de forma intermitente, chegando a ficar quase uma década sem funcionamento integral. Nestes períodos de intermitência, a mariscagem, o trabalho extrativista, o criatório de animais, e os pequenos comércios, continuaram como o principal alicerce financeiro das populações residentes.

## O ESTUDO DE POPULAÇÕES PESQUEIRAS OU HALIÊUTICAS

Segundo Costa (2011), a relação entre os seres humanos e as águas foi significativa desde os primórdios da humanidade refletindo-se na construção social da realidade e das relações interpessoais das sociedades costeiras. Estas, para se desenvolverem, tiveram que compreender os fenômenos naturais ligados à maritimidade, ao mesmo tempo em que deram aos fatos naturais uma natureza social. A representação que o mar adquire varia de acordo com a percepção que cada povo obtém a cerca dos fenômenos naturais. Através das relações entre o homem a natureza, dos enfrentamentos das adversidades das forças naturais e materiais e da interpretação desse mundo, é que são criados os elementos necessários para o desenvolvimento do trabalho humano e, conseqüentemente, do trabalho dos pescadores.

Os elementos que tornam os estudos sobre comunidades marítimas específicos no interior da antropologia são, segundo Diegues (1983), a variedade e a complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas na apropriação do espaço marinho do qual retiram sua

subsistência. Também são citados entre as particularidades dos estudos sobre comunidades marítimas, os saberes técnicos como o conhecimento do meio marinho, da fauna e da flora, técnicas de fabricação de navegações, técnicas de navegação.

Para Costa (2011), dentre estas particularidades, também se destacam os aspectos simbólicos, mágicos e rituais sobre os quais muitas culturas marítimas revestem sua relação entre o homem e o mar. Numa das entrevistas realizadas para minha dissertação de mestrado no ano de 2010, um pescador de nome Vavá do bairro do Rio Vermelho (Salvador) me falou: "Tá vendo a água aí parada, lá dentro tá tudo em movimento, você pensa que tá calmo, mas tem que ter muito respeito, senão a pessoa vai e não volta". Em dez anos de estudos sobre populações pesqueiras e ribeirinhas, ouvi muitos relatos e histórias de pescadores e marisqueiras, sobre sereias<sup>16</sup>, a bomba de ar<sup>17</sup>, a Vovó do Mangue<sup>18</sup>, Marujo<sup>19</sup>, Yemanjá<sup>20</sup>, chamada de "a véia, a moça, a mãe d'água" etc. Diante de tantos mistérios que as águas guardam, os relatos sobre os encantados são descritos por estas populações com extremo respeito e restrições. Os contos e itãs<sup>21</sup>, por exemplo, evocam o respeito sobre o poder da natureza, dão coragem para o enfrentamento dos desafios necessários à sobrevivência e consolo quando não se tem o retorno esperado. Os humanos e não humanos tem ações concretas sobre as populações que vivem nestes locais. Para estas pessoas, não se trata apenas de uma crença, mas de uma vivência real, que atua sobre os corpos e o meio ambiente. Este último entendido não apenas do ponto de vista biológico, mas da interação entre os seres que habitam o lugar, sejam esses humanos ou não humanos.

Para compreender o modo de vida do povo do mar é necessário compreender as realidades materiais e imateriais que o cercam. Elementos que unidos dão sentido as suas práticas e garantem uma construção identitária da categoria. "Das

---

<sup>16</sup>Sereias- Seres mitológicos que no Brasil se associa À metade mulher, metade peixe.

<sup>17</sup> Bomba de vento- "A bomba de vento é uma espécie de redemoinho, se ela passar por cima do barco vira na hora" (pescador Vava).

<sup>18</sup> Vovó do Mangue- É uma senhora que habita o manguezal e castiga os seus predadores. Os pescadores e marisqueiras costumam sempre oferecer charuto, aguardente, um dente de alho e pó para a ela, antes de saírem para pescar, afim de não se perderem no manguezal.

<sup>19</sup> Marujo- Entidade das expressões religiosas afro-brasileiras ligadas ao mar

<sup>20</sup>Yemanjá- Orixá africana que no Brasil ganhou a dimensão do mar.

<sup>21</sup> Itãs- Lendas africanas na língua Yoruba

águas não brotam apenas peixes, crustáceos, marés, mangues, corais, mas também homens, com suas práxis sociais, que expressam os contornos adquiridos na vivência no (e com o) mar-de-dentro e mar-de-fora.” (RAMALHO, 2006:167).

O verbete antropologia marítima apareceu pela primeira vez em 1992, no *Dictionnaire de L’Ethnologie et de L’Anthropologie*, publicado pela *Presses Universitaires de France*. Diegues (2004), analisa que devido à quantidade e diversidade dos trabalhos direcionados ao estudo de populações pesqueiras e ribeirinhas no Brasil, este campo evidencia-se como uma área específica de estudo dentro das ciências sociais. A antropologia marítima ou haliêutica como alguns pesquisadores preferem se referir é o campo de pesquisa especializado de estudo sobre comunidades que vivem do mar, especialmente da pesca.

De acordo com Diegues (idem), até a década de 60 o número de trabalhos acadêmicos sobre as comunidades de pescadores no Brasil foram reduzidos, sendo que a maior parte destes eram descritivos e empíricos. No final da década de 60 e meados da década de 70, alguns trabalhos antropológicos e sociológicos ganharam densidade metodológica e teórica, enfocando principalmente a mudança social entre os pescadores litorâneos. Nessa época, entrou em conflito a pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil e a produção capitalista que começou penetrar mais fortemente no setor. Destacam-se nesse período os trabalhos dos sociólogos Mourão (1967; 1971), Diegues (1973) e dos antropólogos Kottak (1966), Forman (1970), Ivo (1975), Ximenes & Neiva (1975). A partir de então foram desenvolvidos trabalhos enfocando a pesca industrial capitalista, a organização dos pescadores, a criação de entidades de classe, o turismo, etc.

Conrad Phillip Kottak foi um dos primeiros autores a tratar de impactos sobre comunidades pesqueiras no Brasil, especificamente na Bahia, realizando dois importantes trabalhos em Arembepe-Camaçari-Bahia-Brasil. O primeiro em 1966 – *The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community* – e o segundo, em 1983, – *Assault on Paradise*. Kottak iniciou seus estudos em 1962, como graduando em Antropologia da Universidade de Columbia, realizando suas primeiras investigações no Distrito de Arembepe em 1965. Lá, ele constatou que a comunidade era relativamente isolada e com alto grau de homogeneidade social, onde era predominante a solidariedade familiar na pesca e na vida como um todo, sendo auto-suficiente em produção de alimentos.

Em 1970, foi implantada no distrito de Arembepe, a Titânio do Brasil



(TIBRAS), indústria que tinha como produto final o Dióxido de Titânio (TiO<sub>2</sub>). Segundo Bezerra (2009), a construção desta Indústria gerou diversos conflitos, entre estes, pela associação do produto produzido com a fabricação de armas, numa época em que o lema “Faça o amor, não faça a guerra” era defendido em vários setores, inclusive pelos hippies que se instalaram no distrito desde o final da década de 60. A fábrica foi instalada dois anos antes da Conferência de Estocolmo<sup>22</sup>, a menos de um quilômetro da praia. Não existiam, na época, órgãos reguladores para as políticas ambientais. O Conselho Estadual de Meio Ambiente só foi criado em 1973 para equacionar os problemas gerados pela TIBRAS, pela Companhia Química do Recôncavo e outros empreendimentos instalados no estado.

Em seu retorno à Areembepe em 1973, Kottak verificou que a indústria química, criminosamente instalada próxima da praia, passou a poluir o meio ambiente costeiro e que os barcos a vela, estavam sendo substituídos por barcos a motor. Ele retornou a Areembepe em 1980 e observou que as transformações tinham se intensificado após a construção de uma estrada asfaltada ligando Areembepe à Salvador, acontecimento que facilitou a circulação de pessoas e tornou o turismo a atividade mais importante na comunidade. Após estas observações e análises, Kottak escreveu *Assault on Paradise*, publicado em 1983.

Apesar da importância econômica e social, os estudos sobre essas populações pesqueiras e ribeirinhas só começaram a ganhar relevo nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Entre os trabalhos mais antigos desenvolvidos na Bahia, destacam-se o do professor Julio Braga, em 1970, “*Notas Sobre a Pesca do Xaréu: folclore e compromisso religioso*”, para a Revista Afro-Ásia, os estudos de Anete Brito Leal Ivo “*Pesca, Tradição e Dependência: um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade tradicional na área urbano-industrial da Salvador*”, dissertação de mestrado em 1975.

Do ano de 2009, quando iniciei meus estudos sobre populações pesqueiras ou haliêuticas, até o ano de 2016, houve um grande salto nas produções acadêmicas sobre esses temas na Bahia, sendo criado dois importantes núcleos de pesquisa, o NUPAS (Núcleo de Pesquisa em Ambiente, Sociedade e

---

<sup>22</sup> Conferência das Nações Unidas, realizada em 1972, com o objetivo de problematizar as relações entre o homem e o meio ambiente e de reduzir os danos ambientais produzidos pelas atividades industriais.

Sustentabilidade) sob a coordenação de Prof. Dr. Fábio Bandeira vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o OBSERVABÁIA (Observatório de Riscos e Vulnerabilidades da Baía de Todos os Santos) sob a coordenação do Prof. Dr. Carlos Caroso, da Prof. Dra. Fátima Tavares, vinculados à Universidade Federal da Bahia e do Prof. Dr. Fábio Bandeira (UEFS).

A instabilidade do ambiente físico a que estão sujeitos o povo do mar como fenômenos climáticos, atmosféricos, regime de marés, migrações de espécies marítimas, e intervenções humanas como poluição, pesca industrial que captura imensos cardumes em alto mar, construção de plataformas continentais de extração de petróleo, construção de barragens, construção de indústrias navais como estaleiros, degradação e eliminação de áreas de proteção ambiental como manguezais etc., atingem principalmente os chamados pescadores artesanais e as marisqueiras. Para compreender esse universo é imprescindível um esforço de diversas áreas do conhecimento. Segundo Diegues (2004), ao estudar as populações pesqueiras faz-se necessário uma interdisciplinaridade entre as ciências que estudam o ambiente marinho e costeiro, mantendo claro e bem definido os paradigmas e métodos comuns a cada um dos campos analíticos, sendo este o desafio que me proponho no desenvolvimento desta pesquisa.

## IMPACTOS OU DANOS SOCIOAMBIENTAIS

A 30ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), realizada na Universidade Federal da Paraíba entre os dias 3 e 6 de agosto de 2016, trouxe como temática “Políticas da antropologia – ética, diversidade e conflitos”<sup>23</sup>. Diversas mesas redondas, simpósios, oficinas, minicursos e grupos de trabalho trouxeram para debate, o atual cenário brasileiro e a importância da reflexão sobre a atuação do antropólogo nesse cenário. Neste evento, participei do Grupo de Trabalho sobre “Territórios e Impactos Socioambientais: projetos desenvolvimentistas e reordenação

---

<sup>23</sup> <http://www.30rba.abant.org.br/site/capa>

territorial na América Latina”, onde apresentei o trabalho “Impactos socioambientais da construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP), sobre as populações ribeirinhas de São Roque e Enseada do Paraguaçu”. Nos grupos de discussão sobre desenvolvimentismo e impactos de grandes empreendimentos, houve muitos debates sobre a necessidade do antropólogo atuar de forma crítica e da reflexão sobre o uso de alguns termos no interior da antropologia, entre eles o conceito de impacto.

De acordo com a palestrante Andréia Zhouri, na mesa redonda “Estado, políticas desenvolvimentistas e seus impactos sobre territórios e modos tradicionais de vida”<sup>24</sup>, a categoria impacto foi transportada para a antropologia e remete à consideração de que existem aspectos positivos e negativos de determinado fenômeno e ou ação. Aspectos esses destacados no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a serem analisados a partir do Estudos de Impactos Ambientais/ Relatório de Impacto Ambiental<sup>25</sup> (EIA/RIMA).No entanto, segundo ainda a palestrante, em grande parte dos empreendimentos implantados no Brasil, apesar dos estudos apontarem aspectos positivos e negativos para que essas obras sejam construídas, os relatos das pessoas e grupos residentes atingidos, não se encaixam sob a perspectiva de impacto, e sim da categoria “danos”. Portanto,

---

<sup>24</sup>[http://www.30rba.abant.org.br/modalidadetrabalho/public?ID\\_MODALIDADE\\_TRABALHO=3](http://www.30rba.abant.org.br/modalidadetrabalho/public?ID_MODALIDADE_TRABALHO=3)

<sup>25</sup> De acordo com a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 001/86, impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais. A resolução define que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é o conjunto de estudos realizados por especialistas de diversas áreas, com dados técnicos detalhados, sobre o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto; sobre o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas; o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente; o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. A análise do EIA deve indicar as alternativas, identificação, previsão e interpretação dos impactos relevantes ao empreendimento e definir as medidas mitigadoras dos impactos negativos. Já o relatório de impacto ambiental, RIMA, deve refletir as conclusões do estudo de impacto ambiental (EIA) e deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que todos os envolvidos possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como as conseqüências ambientais de sua implementação. <http://www.matanativa.com.br/br/inventario-florestal/o-que-e-eia-rima-estudo-e-relatorio-de-impacto-ambiental.html>

situações em que pessoas e lugares são submetidos a riscos, vulnerabilidades e catástrofes como o caso de Mariana<sup>26</sup> e a construção da Usina de Belo Monte<sup>27</sup>, não devem ser analisados a partir da categoria “impactos”.

A partir das problematizações desenvolvidas na 30ª RBA e dos estudos desenvolvidos no meu campo de pesquisa, decidi me filiar ao uso da categoria danos, para analisar as transformações socioambientais decorrentes da construção e paralisação das obras do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, sobre as populações ribeirinhas de São Roque do Paraguaçu e seu subdistrito Enseada do Paraguaçu.

## ÉTICA E PESQUISA

As Comunidades Ribeirinhas da Baía do Iguape tem peculiaridades em relação ao processo de demarcação de terras, ao processo de reivindicação de áreas quilombolas e à inserção de projetos oriundos de políticas públicas, enquanto Comunidades Pesqueiras Tradicionais<sup>28</sup>. Sendo, necessário salvaguardar as bases políticas, teóricas e os aspectos que problematizam a identificação social dos entrevistados.

Historicamente a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), tem se

---

<sup>26</sup> Desastre ocorrido em 05 de novembro de 2015 no município de Mariana, em Minas Gerais, após o rompimento da barragem Fundão da mineradora Samarco, que é controlada pelas companhias Vale e BHP Bilition. O rompimento provocou o avanço de uma enxurrada de Lama e rejeitos de mineração formados principalmente por óxido de ferro, que soterrou e devastou o Distrito de Bento Rodrigues e avançou sobre o Rio Doce.

<sup>27</sup> A Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é considerada uma das maiores obras do Programa de aceleração do crescimento (PAC). A Relatoria Nacional de Direitos Humanos e Meio Ambiente, da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Ambientais (Plataforma DHESCA) observou em abril de 2010 que “o projeto atual da usina de Belo Monte contém graves falhas e impactos irreversíveis sobre a população que vive às margens do rio Xingu, particularmente os ribeirinhos e indígenas” (OLIVEIRA, 2014:16-17). A relatoria denunciou a não realização das Oitavas Indígenas, obrigatórias pela legislação brasileira e pela Convenção 169 de 2002. Vinte e quatro grupos étnicos serão atingidos pela construção, embora estes atestem que não foram ouvidos durante o processo de Licenciamento ambiental, as obras continuam em andamento e a Funai (Fundação Nacional do Índio) atestou previamente a viabilidade da usina, mesmo com a necessidade de estudos complementares (Idem).

<sup>28</sup> Durante o processo de pesquisa, utilizei como base para a elaboração desta tese paradigmas de outras disciplinas que estudam o ambiente marinho e costeiro, assim como normas jurídicas e institucionais.

pautado por três compromissos fundamentais: o respeito pela diversidade de posições científicas entre seus associados, a seriedade de suas atividades acadêmicas e o compromisso intransigente com populações com as quais a Associação está envolvida, por meio de pesquisas ou de intervenções sociais: sociedades indígenas, remanescentes de comunidades de quilombos, diferentes minorias e grupos vulneráveis da sociedade brasileira (CERES, E COLS, 2004, p.13).

Desde a década de 80, a ABA possui um código de ética e uma Comissão de Ética, que tem colaborado com a Procuradoria Geral da República em questões que envolvem populações indígenas, remanescentes de quilombos, grupos étnicos e minorias. Porém, novos problemas e desafios encontrados, sobretudo nos trabalhos etnográficos, vêm trazendo à tona a necessidade de aprofundar e debater sobre o tema: “Ética na Atividade Antropológica”, assumindo assim, uma postura de comprometimento não só com o objeto da pesquisa, mas, sobretudo com a vida dos sujeitos submetidos à observação.

Este trabalho, se pauta nas considerações e bases do Código de Ética da ABA, em relação aos direitos das populações ribeirinhas da Baía de Iguape, respeitando: I) O direito de serem informados sobre a natureza da pesquisa; II) o direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais; III) a garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado; VI) o direito de acesso aos resultados da investigação e por fim do Direito de autoria das populações sobre sua própria produção cultural.

No escopo da pesquisa tive acesso a dois momentos extremamente significativos das transformações causadas pelas obras do PAC na vida das pessoas e/ou grupos residentes das localidades estudadas. O primeiro momento de aquecimento da economia local, da empregabilidade dos moradores e da expectativa gerada em torno do desenvolvimento sócio-econômico e o segundo momento da crise mundial do petróleo e da deflagração da “Operação Lava-Jato” pela Polícia Federal, com conseqüente arrefecimento da economia local, demissões em massa e incertezas acerca dos desdobramentos destes eventos. Isso fez com que os rumos da pesquisa fossem alterados e os objetivos e estratégias fossem ampliados.

Diante dos graves problemas enfrentados pela população local com a crise

instalada no Empreendimento Enseada do Paraguaçu (EEP) e a instabilidade gerada pelas demissões e incertezas em relação ao futuro do empreendimento, muitos dos entrevistados preferiram ocultar seus nomes. Para dar voz a estes, usei nomes fictícios. Apenas nos casos em que o entrevistado fez questão de relatar sua história ou na referência a líderes e personagens que dão sentido as redes estabelecidas, usei, com a autorização destes, nomes reais.

Seguindo as redes estabelecidas a partir dos primeiros contatos em meu trabalho de campo, analiso os pescadores da Baía de Iguape, através dos seus discursos e práticas, estendendo a categoria pescadores/ lavradores proposta por Diegues (2004)<sup>29</sup>, para a categoria temporária de pescadores/ agricultores/operários, na qual a pesca e a agricultura exercem papéis complementares na economia familiar, nos momentos em que as pessoas e grupos residentes estão inseridos no mercado formal.

O título dessa tese “Das Fardas Laranjas às Cartas da Morte: danos da construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu sobre pescadores e marisqueiras”, tem como inspiração o livro de José Saramago<sup>30</sup>. A ideia surgiu após uma conversa com uma amiga antropóloga, na qual relatei um episódio envolvendo as cartas de demissão e os jovens da Enseada do Paraguaçu. A partir da leitura da obra ficcional, decidi usar as categorias: Intermittências, Morte e Cartas. Essas categorias demarcam três momentos: as intermitências produtivas na região desde o período colonial, a morte do empreendimento ainda em fase de construção e, por fim, as cartas de demissão. Essa análise será desenvolvida mais profundamente no capítulo III.

Na elaboração dessa tese utilizei a pesquisa qualitativa com observação etnográfica, conjugando o recolhimento das histórias orais da comunidade de pescadores de São Roque do Paraguaçu e seu subdistrito Enseada do Paraguaçu, com observações sistemáticas. As técnicas usadas foram: Histórias de vida,

---

<sup>29</sup>Atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral aos períodos de safra. Aí a propriedade típica de produção é a doméstica (família e/ou grupo de vizinhança), e normalmente o pescado, além de salgado e secado para o consumo direto, é em geral vendido e constitui uma das principais fontes de dinheiro disponível para a compra de algumas mercadorias essenciais. (...) A pesca é uma atividade complementar destinada a produzir valores de troca. (DIEGUES, 2004:156-157).

<sup>30</sup>As Intermittências da Morte, Saramago (2005)- neste livro Saramago relata um período de intermitência, em que a morte decide que naquele país, durante determinado tempo, ninguém mais irá morrer.

entrevistas dirigidas por roteiros e observação direta.

As análises das entrevistas se dividem em três partes: a primeira através da interpretação de dados coletados por mim para a pesquisa desenvolvida pelo Observabáia (UFBA), quando se deu o meu primeiro contato de campo; a segunda, a partir de um questionário desenvolvido com os primeiros dados do contato inicial; e a terceira com a inclusão de perguntas sobre as alterações que desenrolaram após a deflagração da operação lava-jato, as demissões e encerramento das obras. As fontes utilizadas foram entrevistas semi-estruturadas, entrevistas, documentos de arquivos públicos e órgãos representativos de classes, jornais, revistas, sites, além de estudos acadêmicos sobre comunidades pesqueiras, populações atingidas por grandes obras, estudos de impactos e ou danos sócio-ambientais, estudos econômicos, históricos e literários.

Esta tese tem como pergunta de partida: Como os pescadores e marisqueiras percebem e vivenciam as transformações e danos socioambientais da construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, no contexto do projeto neodesenvolvimentista e da crise que se instala no Brasil após 2014?

O objetivo geral é identificar, compreender e analisar as transformações e danos sofridos pelas pessoas e/ou grupos residentes em São Roque e na Enseada do Paraguaçu, nas perspectivas dos pescadores e marisqueiras, em contexto de crise econômica e instabilidade política do projeto neodesenvolvimentista nacional.

Os objetivos específicos são:

- Mapear as modificações sobre os modos de vida e o ambiente das populações residentes em São Roque e Enseada do Paraguaçu a partir da implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

- Compreender os efeitos da crise econômica mundial, da instabilidade política nacional e seus efeitos na descontinuidade do projeto neodesenvolvimentista no Polo naval 2 de julho.

- Comparar as transformações espaços-temporais e sociais em contexto de decadência dos diferentes ciclos econômicos da região.

No capítulo 1, mapeei a partir dos primeiros contatos de campo, as transformações espaços-temporais sobre os modos de vida e meio-ambiente, que estavam se processando sobre pessoas e grupos sociais residentes, após a implantação das obras do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e da reabertura do canteiro de obras da Petrobras.

No capítulo 2, analisei a partir de entrevistas e da observação direta da vida cotidiana das pessoas que residem no Distrito de São Roque e Enseada, as principais transformações decorrentes da implantação das obras do EEP e da reabertura do canteiro da Petrobras. Os dados serão avaliados no que tange as transformações e danos: no trabalho, nas relações de gênero, nas mudanças comportamentais, na ocupação de espaços, na segurança, nas alterações das relações entre saberes/aprendizagens e sobre a reivindicação quilombola na Enseada do Paraguaçu.

No capítulo 3, comparei as transformações espaços-temporais e sociais em contextos de decadência de diferentes ciclos econômicos na região do Iguape e nas áreas pesquisadas. Para isso, inicialmente irei situar o leitor sobre um dos principais acontecimentos que marcaram esta tese.

No Capítulo 4, analisei os efeitos da crise mundial e da instabilidade política e econômica sobre a descontinuidade do projeto neodesenvolvimentista e na paralisação das obras do EEP. A partir dos relatos etnográficos e observações de campo, mapeei os danos causados às pessoas e grupos sociais residentes em São Roque e Enseada do Paraguaçu.

No capítulo 5 tracei um histórico dos acontecimentos macro-políticos e econômicos, relacionados às situações que marcaram as fases dessa pesquisa. Vejo como de fundamental importância, realizar uma breve discussão sobre a indústria naval brasileira, a função estratégica que esta passou a desempenhar para a economia nacional após as descobertas do pré-sal<sup>31</sup>, a política neodesenvolvimentista que começa a ser implantada no Brasil após o governo Lula em 2002, a criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Programa Acelera Bahia e a escolha da Baía de Iguape para implantação do Polo Naval 2 de Julho e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

No capítulo 6 analiso os limites e potencialidades das audiências públicas, enquanto palco de exposição do que alguns autores definem como estado teatral<sup>32</sup>. Discutindo a partir destes, o papel da antropologia tanto no campo de pesquisa,

---

<sup>31</sup> Jazidas de petróleo na camada do pré-sal na Bacia de Santos, localizada em águas profundas do leito marinho, abaixo da camada geológica de sal. Após a confirmação da descoberta em 2007, iniciou no Brasil um intenso debate sobre a exploração do petróleo, impulsionando diversos investimentos na área.(RIBEIRO, 2013:1281)

<sup>32</sup>Gueertz (1991), Balandier (1999), Benjamim (2003), Renk e Winckler (2016).



quanto nas atuações em órgãos públicos. Para isso, farei um relato etnográfico dos acontecimentos em torno da audiência pública realizada em São Roque do Paraguaçu no dia 03 de junho de 2016, uma análise bibliográfica sobre as audiências anteriores à construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e por fim, discussões sobre os debates contemporâneos realizados na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, acerca do neodesenvolvimentismo, impacto de grandes empreendimentos, licenciamentos ambientais e reconfiguração de conceitos. Por fim, farei uma comparação das audiências e das participações dos diversos grupos envolvidos.

## **1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA: OCUPAÇÃO PELAS PESSOAS E GRUPOS SOCIAIS RESIDENTES.**

Neste capítulo, propus-me a mapear a partir dos primeiros contatos de campo, as transformações espaços-temporais sobre os modos de vida e meio-ambiente, que estavam se processando sobre pessoas e grupos sociais residentes em Maragogipe, após a implantação das obras do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e da reabertura do canteiro de obras da Petrobras.

Em março de 2013, iniciei um ciclo de pesquisas nas áreas pesqueiras de Maragogipe. Desenvolvia, na época, uma pesquisa para Grupo OBSERVABAÍÁ. Durante as primeiras visitas às comunidades, fiquei hospedada na sede do município. Ao anoitecer me reunia com alguns amigos que trabalhavam na região e sentávamos na praça, passando lá algumas horas.

Todas as noites, em média às 20:00 h, um evento chamava a atenção de todas as pessoas presentes: um grupo de trabalhadores vindos do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que chegava à cidade depois de um dia de trabalho no canteiro de obras, instalado em São Roque do Paraguaçu. Eram todos homens e vinham agrupados. Olhares altivos, peitos estufados. Riam, falavam alto e tinham, em destaque, a farda laranja. Ao avistar o grupo da farda laranja, todos paravam de falar e passavam a observá-los. Eles pareciam extremamente orgulhosos. Por todos os lados surgiam comentários e olhares curiosos. Algumas moças se ajoitavam. Alguns rapazes pareciam não gostar muito da cena. Apesar da inquietação que eles causavam, o grupo parecia indiferente. Não olhavam para os lados e seguiam rumo as suas casas.

Após a passagem do grupo da farda laranja, as conversas se voltavam para a construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. Geralmente nessa hora, alguém levantava o motivo da minha estadia na cidade, interessava-se por minha pesquisa de doutorado e o que estava estudando sobre as populações pesqueiras da região. Logo me tornava o centro das atenções. Me falavam sobre de suas experiências, opiniões, me davam dicas de como chegar às localidades etc.

A depender das pessoas reunidas na praça, novas informações surgiam sobre a implantação do estaleiro. Uma noite, após a passagem do grupo de farda laranja, estava reunida com algumas amigas, duas assistentes sociais da prefeitura, a secretária de educação municipal da gestão anterior ligada ao PT e o candidato

derrotado nas eleições de 2012. Nessa noite, a conversa girou em torno das articulações realizadas para a vinda do estaleiro à região e da importância do Deputado Federal Luiz Alberto (PT), que é maragojipano, nas negociações, além da articulação feita com o governo da Bahia que implementava o Programa Acelera Bahia no Estado.

O clima era de descontentamento, pois após todas as articulações realizadas, o partido responsável pela vinda do estaleiro para a região tinha perdido as eleições. A conversa também se estendeu sobre as reuniões que tinham ocorrido no município pela vinda ou não do estaleiro para São Roque, sobre a posição da Comissão Pastoral da Pesca (CPP) em proteger os territórios pesqueiros e ir de encontro aos possíveis danos ambientais, que poderiam causar perdas às populações que viviam da pesca e da mariscagem. Nas discussões, os presentes relataram que foram realizadas diversas reuniões para a implantação do estaleiro na região e que estas contaram com a presença do Sindicato dos Pescadores e demais entidades representativas de classes, além das populações atingidas pela obra.

Na segunda semana de pesquisa na região, fui para a Enseada do Paraguaçu e São Roque. Conforme me orientaram alguns moradores, peguei o ônibus que saía de Maragojipe às 5:30 h da manhã, pois depois desse só passaria outro às 13:00 h. O ponto de ônibus estava cheio de pessoas falantes. Pelo que ouvi nas conversas algumas delas trabalhavam no canteiro de obras de São Roque. Alguns rapazes e moças com pastas classificadoras na mão também estavam no local. Neste ínterim uma moça sentou-se ao meu lado, com a pasta classificadora bem segura entre os dedos. Conversou comigo que estava desempregada há mais de um ano e estava levando o currículo na tentativa de conseguir um emprego no estaleiro. A viagem de 34 km da sede de Maragojipe até a Enseada foi longa. A estrada estava em péssimas condições de tráfego com muitas curvas e muitas paradas, onde entravam mais pessoas com pastas classificadoras, sendo a maioria homens.

Nesta mesma manhã, cheguei à São Roque, que dista 35,8 km da sede municipal, às 07:00 h da manhã. Apesar de ser um pequeno distrito, o local estava muito movimentado. Havia vários carros com símbolos de empresas, que trafegavam pela rua principal, e avistavam-se várias placas que indicavam hotéis e pousadas. O ônibus parou num pequeno terminal, onde ambulantes vendiam café, mingau, bolos e salgados. Em grupos, os passageiros do ônibus foram se dissipando; outros pararam para se alimentar. As fardas laranjas se espalhavam

pela pequena cidade, ocupando os pontos, a praça, as padarias e as várias lanchonetes, todos se mostrando ativos e falantes. Parei para tomar o café da manhã numa padaria muito cheia e, após esperar alguns minutos, fui atendida. Observei vários homens que conversavam enquanto comiam.

Ao chegar à praça principal, avistei parte de uma grande estrutura de metal pertencente à Petrobras, que contrastava em muito com a bela paisagem azul da Baía de Iguape. Nesta praça, havia dois hotéis- um mais novo e com preço relativamente elevado. Perguntei pelo valor da diária e me informaram que custava R\$ 90,00, mas estava lotado. Logo em frente, havia outro hotel com um menor preço, R\$ 50,00 a diária e havia quatro quartos disponíveis. Este último hotel estava passando por uma grande reforma, a fim de ampliar a sua capacidade.

Dirigi-me ao terminal de ônibus e perguntei a uma senhora que vendia mingau numa barraquinha, onde eu poderia conversar com os pescadores e marisqueiras do local. Ela me informou que os poucos que restavam moravam no Bairro do Areal. Desci uma ladeira de paralelepípedos e me deparei com uma paisagem deslumbrante, águas azuis e calmas se perdiam no horizonte, cercadas por montanhas, pequenas canoas e um barco de maior porte que parecia não mais funcionar. Logo no início da rua, cinco homens conversavam à sombra de uma grande árvore. Ao me aproximar da árvore onde eles estavam, avistei o outro lado do rio, que até então estava escondido pelas árvores e pelas casas que ficam na encosta. Lá pude perceber uma grande armação de ferros e concretos que aparecia em meio à paisagem.

A Rua Beira Mar e a Rua do Areal ficam às margens do Rio Paraguaçu. Nelas residem diversas famílias de pescadores e marisqueiras, na rua do Areal fica localizada a Associação de Pescadores e Marisqueiras de São Roque do Paraguaçu. Nessa primeira ida ao campo, observei diversas canoas de madeira que estavam ancoradas na prainha. No local, a circulação era pequena e apenas algumas crianças brincavam próximas ao rio. Logo no início da rua avistei uma grande árvore com bancos de madeira. Em volta desta, havia alguns moradores sentados conversando. Foi neste local que iniciei meus primeiros contatos de campo. Na época, as obras de construção do dique seco<sup>33</sup> do empreendimento

---

<sup>33</sup>Dique seco ou doca seca é um recinto cavado à beira de um braço de água (mar, rio, etc) de forma

Estaleiro Enseada do Paraguaçu estavam se iniciando, vislumbrei dois navios de grande porte estavam ancorados na Baía.

Figura 1: Imagem vista na chegada ao bairro do Areal



Fonte: arquivo pessoal Mar/2013

Figura 2: Visão do canteiro de obras de São Roque do Paraguaçu, pelo bairro do Areal



Fonte: arquivo pessoal Mar/2013

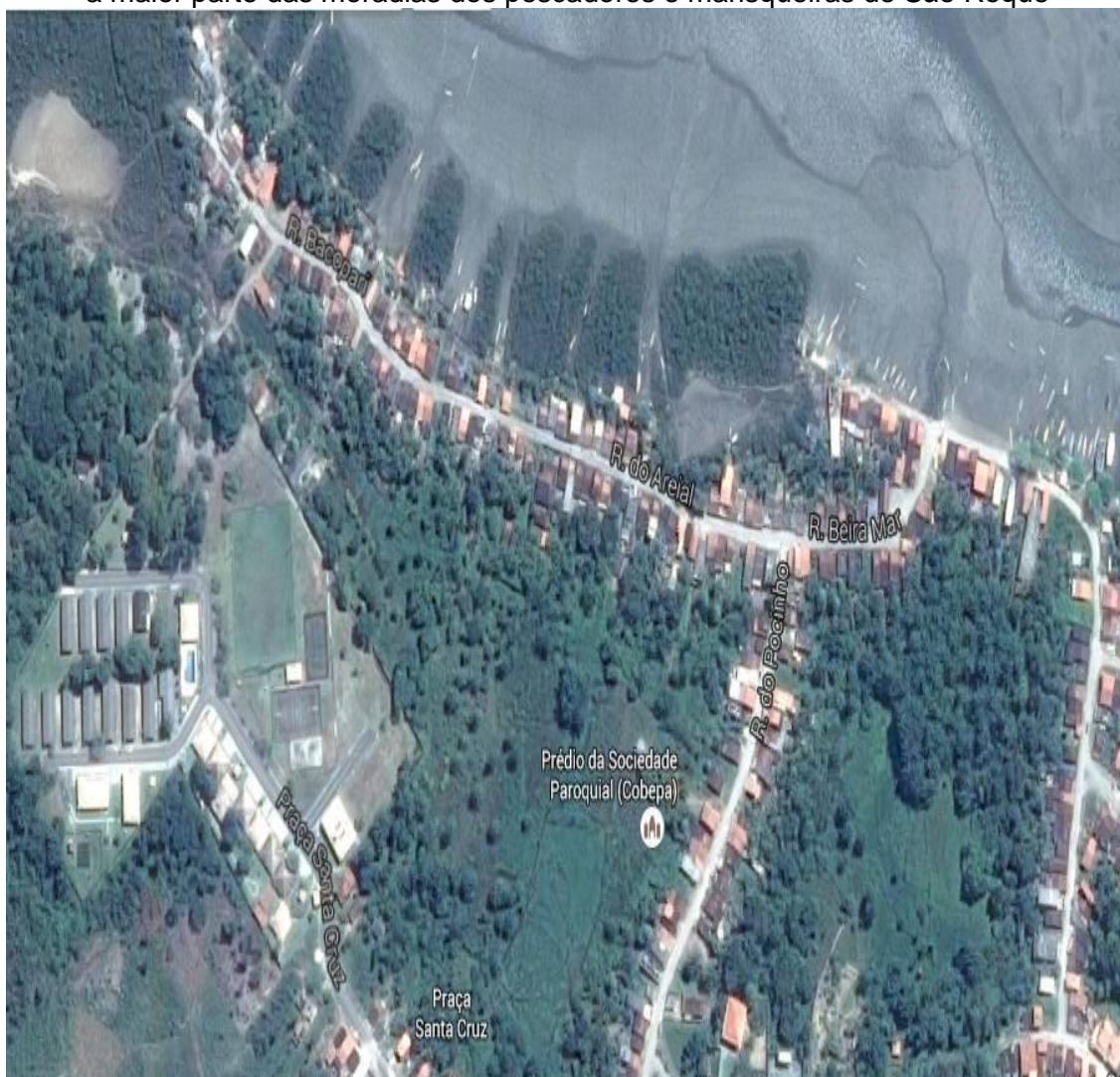
Os frequentadores das conversas na prainha do Areal eram, em sua maioria, homens. Alguns estavam aposentados por tempo de serviço, outros já haviam

---

a receber uma ou mais embarcações em simultâneo para vistorias, fabrico, limpeza ou construção, em uma Oficina-Naval, ou Estaleiro.

trabalhado no canteiro de obras da Petrobras ou na obras de construção do estaleiro, mas estavam aposentados ou “encostados” pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), outros tinham sido demitidos e estavam ativos na pesca, estes geralmente ocupavam as porções de areia próximas às canoas de madeira ou se sentavam nas varandas das casas para costurar redes de pesca e conversar.

Figura 3: Imagem de satélite da Rua Beira Mar e Rua do Areal, onde se concentra a maior parte das moradias dos pescadores e marisqueiras de São Roque



Fonte: <https://www.google.com/maps/@-12.8533579,-38.8485829,206m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>

A maior parte dos pescadores e marisqueiras locais é filiada à Colônia de Pescadores e Marisqueiras de Maragojipe Z-07. Na localidade existem várias organizações, entre elas a Associação dos Amigos de São Roque; a Comunidade Beneficente de São Roque do Paraguaçu, (COBEPa) que desenvolve trabalho com crianças e adolescentes; a Associação de Marisqueiras e Pescadores; e a

Associação Mila Esporte Clube, que desenvolve esportes na área, principalmente futebol.

A Associação dos Amigos de São Roque foi criada há 13 anos, porque o distrito não possuía coleta de lixo e iluminação. Segundo os presentes, as ruas eram escuras e o prefeito de Maragogipe não demonstrava vontade de ajudar os moradores. Antônio relatou que após uma reunião em que a comunidade foi destrutada pelo prefeito, os moradores se reuniram e decidiram fundar a associação, já existia a COBEPA na região, mas seu estatuto a impedia de tratar desses assuntos. Há pouco tempo os pescadores mais velhos, conseguiram se aposentar pela pesca. No bairro do Areal tem um clube da terceira idade que reúne principalmente mulheres. A maioria delas, mesmo mais velhas e aposentadas, continua mariscando.

De acordo com dona Neuza<sup>34</sup>, alguns moradores conseguiram se aposentar através da Colônia de Pescadores de Maragogipe, benefício que segundo ela “os mais fracos de antigamente não conseguiam”, ela também associou a melhoria de vida ao recebimento do benefício social “Bolsa Família”<sup>35</sup>, que sua filha e outros moradores recebem.

A primeira grande mudança na vida dos moradores de São Roque, segundo os depoimentos, se deu na década de 70, depois da instalação do canteiro de obras da Petrobras. Até então eles vivenciavam o dia a dia da pesca e mariscagem. Neste período, as leis de proteção ambiental não existiam, nem as consultas prévias para a implantação de obras, o que condiz com os depoimentos de que a população local não foi preparada para o que alguns entrevistados denominaram de impacto.

Na contemporaneidade, a preocupação dos moradores volta-se para a instabilidade no mercado de trabalho, que foi amplamente relatada nas conversas. Esperavam que esta incerteza acabasse, diante da oferta de empregos, com a construção do EEP. Segundo Luis<sup>36</sup>, mesmo com o início das obras, muita gente ainda está migrando da localidade em busca de empregos em locais como Salvador,

---

<sup>34</sup>Dona Neuza, 72 anos, marisqueira aposentada, nasceu em São Roque.

<sup>35</sup>O Bolsa Família é um programa federal de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 154 mensais, que associa à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos.

<sup>36</sup>Luis tem 27 anos, nasceu em São Roque, pescando desde criança, atividade que está exercendo no momento, pois está encostado no INSS.

São Paulo e Rio de Janeiro etc. A Petrobras construiu a plataforma P-59 no distrito e estava terminando a P-60. Nestas, muitos moradores de São Roque e da Enseada foram contratados a exemplo de Luis, que trabalhou na construção dessas duas plataformas, antes de ter que “se encostar”.<sup>37</sup>

Nas primeiras conversas sobre as obras do estaleiro, as categorias “os de fora” e “os de dentro” foram estabelecidas. A chegada de pessoas na região não era novidade. Naquele momento, inclusive, estava sendo vista como orgulho, em razão da movimentação financeira que estava sendo gerada.

Na localidade, a oferta esporádica de emprego, atraía pessoas para a região desde a década de 70, embora mais recentemente a partir de 2006, o fluxo de pessoas tenha aumentado bastante por causa dos empregos oferecidos com a construção da plataforma de rebombeio autônoma PRA-1, que foi construída pela Petrobras. Nesse início de obras, estimava-se que cerca de 3.000 pessoas “de fora” estavam circulando na região. Em diversas entrevistas ao longo da pesquisa, apareceram conflitos entre “os de dentro” e “os de fora”.

Uma das análises possíveis para estas relações entre os grupos (de dentro) e (de fora), pode ser feita a partir das noções de *establishment* e *outsiders* definidas por Neiburg (2000). Segundo este autor, a palavra *establishment* é usada em inglês para indicar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder: “Um *establishment* é um grupo que se auto percebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, que possuem uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência” (NEIBURG, 2000:7). O termo antagônico a ele é *outsiders* os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. No caso dos “de fora”, situados no que Neiburg classifica como: “[...] um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *establishment*”. (idem).

Analisando a partir dessas classificações de Neiburg (ibidem), percebi que existe, de um lado, a identidade social de grupo, mesmo que não homogênea, que marca os moradores de São Roque e Enseada, e do outro, um grupo que existe no plural, mas que não se constitui enquanto grupo social, e não possui nenhum traço que os una enquanto coletivo ou que traga uma identidade própria, denominados “de

---

<sup>37</sup> Pensão recebida através do INSS por diversos motivos, principalmente doença.



fora”. A maior parte dos conflitos relatados entre estes se situa no campo do trabalho, mas outros também foram demarcados, no que diz respeito a comportamentos que entravam em choque com costumes e hábitos locais, e às relações afetivas com as mulheres residentes.

São Roque possui em relação à Enseada, uma melhor infraestrutura como comércios diversos, pousadas, escola pública do nível fundamental e médio, posto de saúde, farmácias, estradas e transportes para Bom Despacho e Maragojipe etc. A população da Enseada do Paraguaçu é dependente da travessia marítima para suprir diversas necessidades de consumo, locomoção, atendimento médico-hospitalar, sepultamentos e acesso a benefícios públicos de forma geral. No entanto, foi construída historicamente uma rivalidade entre essas duas localidades, que se caracterizam geograficamente como distrito e subdistrito

Os moradores de São Roque entendem a Enseada como um bairro, já os moradores da Enseada se entendem enquanto distrito e não aceitam essa denominação para o local. Essa rivalidade é relatada em diversos momentos da pesquisa, tanto na ocupação dos espaços e serviços, como no acesso ao trabalho formal.

Segundo alguns relatos, os moradores de São Roque, historicamente tentam impedir que as pessoas da Enseada tenham acesso ao canteiro de obras da Petrobras. De acordo com Almir<sup>38</sup>, quando a chefia do canteiro de obras é assumida por um morador de São Roque, os moradores da Enseada não conseguem se inserir no posto de trabalho.

Segundo Marcia (32 anos), nascida e residente em São Roque do Paraguaçu, a tensão entre os moradores de São Roque e da Enseada existe há muito tempo e os conflitos acontecem desde a infância. Ela relatou a partir das suas lembranças do período escolar, que havia uma separação entre os grupos, e muitas vezes as rivalidades se estendiam para brigas com agressões físicas. Eram frequentes os episódios em que após as brigas, os estudantes de São Roque corriam atrás dos estudantes da Enseada até a canoa. Quando o conflito se acirrava a esse ponto, os pais tinham que acompanhar as crianças e jovens até a escola, e muitas dessas brigas eram registradas na delegacia local.

---

<sup>38</sup> Morador da Enseada, 35 anos, nome alterado

Um dos principais conflitos se estabelece, quando os moradores de São Roque chamam os da Enseada de índios. A denominação “índios” é vista como pejorativa por ambos os lados. De acordo com depoimentos, as crianças na escola usam o nome índios, porque os colegas da Enseada chegam em canoas. Entre adultos e adolescentes a explicação mais usada, é a de que os moradores da Enseada são “brabos” e “briguentos”, segundo eles como “índios”.

De acordo com Elias e Scotson (2000), em todas as sociedades humanas, a maioria das pessoas usa uma variedade de termos para estigmatizar os outros grupos, que, segundo os autores, só fazem sentido na relação entre establishment e outsiders, ou seja, entre os que estão dentro e os que estão fora. No entanto, eles afirmam que o poder que o termo terá de ferir o outro, dependerá:

[...] da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almejada por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o do destinatário é um grupo outsider, com menores fontes de poder. (ELIAS e SCOTSON, 2000:27)

A categoria “os de dentro” e “os de fora”, nas áreas desse estudo, aparecem demarcando, não apenas as relações entre pessoas e grupos residentes em relação aos migrantes, mas pode ser estendidas aos moradores da Enseada em relação aos de São Roque, assim como aos que estão “dentro” e “fora” do setor formal de trabalho. Nestas três situações, estão presentes relações desiguais de poder, de acesso a bens e serviços e disputas por espaço e trabalho.

A Enseada do Paraguaçu, segundo o EIA/RIMA (2009), possui cerca de 400 famílias, porém, o PDDM (2010) declara 1.000 habitantes - cerca de 200 famílias. Apenas uma pequena porção do Rio Baetantã e do Rio Paraguaçu, separa os Distritos da Enseada do Paraguaçu e de São Roque. Para chegar na Enseada, nos primeiros contatos de campo, tinha um barco que saía de hora em hora do canteiro de obras da São Roque, e que era gratuito, mas andando até a prainha tinha à disposição diversos barcos a motor que faziam a travessia pelo valor de R\$ 2,00 e que essa era a forma mais rápida para a travessia.

Figura 4: Navio dragando o canal e obras de implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu



Fonte: Arquivo pessoal

A minha primeira ida para a Enseada foi próxima ao meio dia, o sol e o calor estavam intensos. Para pegar o barco, passa-se por uma rua de barro ao lado do canteiro de obras da Petrobras, até uma prainha em que fica no encontro do Rio Baetatã com o Paraguaçu. Nessa primeira viagem, entrei numa pequena lancha a motor e seguimos em direção ao outro lado do rio, onde uma senhora com algumas sacolas desceu na margem em que havia uma cancela, próxima ao canteiro de obras<sup>39</sup>. Continuamos a navegação, passando em frente às obras de construção do estaleiro, no local muitos homens trabalhavam, em meio a um intenso número de máquinas e muita terra revirada.

Em frente ao canteiro de obras, um imenso navio fazia a dragagem do canal. O cheiro era muito forte e desagradável. Segundo o rapaz que manejava o barco, o odor vinha da lama que estava sendo retirada do fundo da Baía, a fim de aumentar a profundidade do canal e possibilitar a passagem de navios de grande porte. Chegamos a uma praia com pequenas áreas de manguezal, onde alguma canoas estavam aportadas. Poucas casas podiam ser avistadas da praia. A maré estava cheia, o que possibilitou que entrássemos num pequeno canal e parássemos próximos a uma árvore, embaixo desta ficava um banco de madeira, onde algumas pessoas esperavam encomendas vindas de São Roque.

---

<sup>39</sup> Este local era o ponto mais próximo de ligação entre a agrovila da Enseada e a prainha de São Roque, o fechamento posterior com o avanço das obras, e as dificuldades geradas, aparece em diversos relatos como um dano.

Ao desembarcar perguntei a uma moça de nome Lara<sup>40</sup> onde poderia encontrar os pescadores e marisqueiras. Para minha surpresa, ela me falou que era marisqueira e que poderia me dar informações sobre o local. Entrei numa rua estreita e saí em frente a várias casas, todas de alvenaria, poucas com a construção e ou a pintura completa. Poucas pessoas circulavam nas ruas, algumas crianças brincavam com os pés descalços, correndo no chão de areia. Segui até uma praçinha, que segundo informações de uma assistente social de Maragojipe, tinha sido construída pelo Consórcio EEP e inaugurada, no mês de dezembro de 2012, entre festas e exposição de uma grande árvore de natal.

A Praça recém inaugurada contrastava com as demais construções locais, de casas simples, a maioria sem muros e com ruas sem calçamento. No meio da praça, fica a Igreja de Nossa Senhora do Rosário que estava em reforma. Fiquei sabendo depois, que também era uma obra do Consórcio. Ao lado da igreja, uma placa anunciava o momento da próxima explosão.

Figura 5: Placa fixada na praça ao lado da Igreja/ março de 2013



Fonte: Arquivo pessoal

Ao chegar à praça, Lara me perguntou se eu já tinha almoçado e me mostrou o restaurante que ficava próximo à igreja Católica. Segundo a mesma, o restaurante

---

<sup>40</sup>Não usarei os nomes verdadeiros a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

tinha sido inaugurado há pouco tempo e a comida era muito boa, além de ser o único do local. Despedimo-nos, e ela apontou onde ficava a casa da sua cunhada, se colocando à disposição para uma entrevista após o almoço.

Entrei no pequeno, mas bem estruturado, restaurante. As mesas estavam vazias e fiquei tranquila para descansar um pouco, organizar o material de coleta de dados, verificar o gravador e a câmera fotográfica etc. Tinha circulado a manhã toda em São Roque e queria um momento de descanso. Logo entrou um homem aparentando uns 40 anos com a farda laranja do Consórcio. Muito educado, ele me informou que eu deveria comer rapidamente, pois em breve o local ficaria cheio. Ainda sem fome, resolvi obedecer à sugestão.

O restaurante funcionava com um serviço *self-service*, onde a pessoa se servia de arroz, macarrão, feijão, saladas e a garçonne entregava um prato com o tipo de carne ou mariscos escolhidos. Enquanto estava me servindo, percebi que muitas pessoas com fardas laranjas se aproximavam e, em menos de cinco minutos, a fila em volta da comida já era imensa e todas as mesas estavam ocupadas. O restaurante ficou lotado de operários, (poucas operárias), engenheiros e demais trabalhadores do Consórcio. As ruas, antes desertas, estavam agora cheias de carro e principalmente *pickups* com símbolos de empresas.

Por destoar dos demais no local, em função das minhas vestimentas (bermuda comprida, mochila, blusa colorida), não deixei de ser notada. Senti vários olhares curiosos na minha direção, como a perguntar o que eu fazia ali. O local não tinha turismo e, fora o público da fábrica, poucas pessoas circulavam nas ruas da pequena localidade, constituída em sua maioria de pessoas com laços de parentesco. O rapaz que me avisou sobre a “enchente” instantânea, me olhou com um sorriso, satisfeito por me tirar da enrascada da imensa fila e quando fui pagar a conta ele disse que meu almoço era por conta dele e mostrou para a mulher que estava no caixa do restaurante, uma espécie de ticket<sup>41</sup>, falando em tom alto e chamando a atenção dos demais presentes, “tome aqui, o dela eu pago”. Um pouco sem jeito, por não querer aceitar, mas sem querer ofender o rapaz que tinha sido muito educado, agradei a gentileza e fui para a casa da cunhada de Lara, a moça

---

<sup>41</sup>Todos os trabalhadores do consórcio recebiam tickets, que podiam ser trocados em diversos estabelecimentos comerciais locais.

que encontrei quando sai da canoa.

A movimentação de pessoas com fardas laranjas era intensa durante algumas horas do dia, principalmente nos horários do almoço e entrada/saída do expediente da obra EEP. A sirene, tocada em som muito alto, anunciava as alterações que se processavam na dinâmica local. O tocar da sirene demarcava não só as mudanças em relação à ocupação que se processava no espaço-tempo, mas causava inquietação naqueles que estavam fora do processo.

Os moradores da Enseada possuíam uma extrema dependência de bens e serviços de São Roque. Em diversos relatos, ficou evidente a necessidade de um comércio para comprar alimentos, de uma farmácia etc. Na localidade existia apenas um pequeno posto de saúde e um agente comunitário, que fazia a pesagem das crianças, registrando os casos de doenças e encaminhando os casos mais graves para o posto de saúde de São Roque. O abastecimento de água atendia menos da metade da população e, segundo relatos de moradores, o lixo e o esgoto eram lançados diretamente no manguezal.

Figura 6: Rua do Porto 2013, Enseada do Paraguaçu



Fonte: <https://www.facebook.com/BlogdoZevaldoSousa/photos/a.10151669862499154.1073741828.218815754153/10151669863789154/?type=3&theater>

Na Enseada funcionava uma escola de ensino fundamental I. Para continuar os estudos do ensino fundamental II e médio, as crianças e jovens tinham que se deslocar para São Roque. O deslocamento dos estudantes era realizado através de um barco da Prefeitura, que os levavam pela manhã e os traziam de volta ao meio

dia. Existiam conflitos entre os estudantes da Enseada e de São Roque e, muitas vezes, os jovens chegavam às suas casas machucados, como relatei anteriormente.

As ruas não possuíam calçamento, o que, segundo boa parte dos entrevistados, não era um grande problema, por não possuírem automóveis. No entanto, era um anseio por parte de algumas pessoas, que houvesse uma melhoria da via de acesso terrestre em direção à Salinas da Margarida e a estrada BA-001. Segundo informações, algumas estradas estavam sendo construídas e asfaltadas para melhorar o acesso dos novos veículos do Consórcio EEP na área. No entanto, no EIA/RIMA (2009), estava descrito que antes de iniciarem as obras do Empreendimento, estradas alternativas deveriam ser construídas, para não desgastar as vias terrestres de acesso à Enseada.

Figura 7: Acesso à comunidade, Enseada.



Fonte: <https://www.facebook.com/BlogdoZevaldoSousa/photos/a.10151669862499154.1073741828.218815754153/10151669863129154/?type=3&theater>, acesso em 13/01/2014.

Figura 8: Acesso a comunidade, rua das Pitangueiras



Fonte: <https://www.facebook.com/BlogdoZevaldoSousa/photos/a.10151669862499154.1073741828.218815754153/10151669862874154/?type=3&theater>, acesso em 13/01/2014.

Uma ponte com extensão de 1,30 Km, ligando São Roque do Paraguaçu à Enseada, sobre o Rio Baetatã, estava sendo construída pelo Governo do Estado da Bahia.

Figura 9: Ponte de ligação entre as localidades de São Roque e Enseada do Paraguaçu, construída pelo Governo do Estado da Bahia.



Fonte: Arquivo pessoal. Data: 06/06/2016



Entre as principais preocupações e reclamações, que surgiram nas primeiras entrevistas, realizadas tanto em São Roque quanto na Enseada, estava os danos ambientais que se processavam na região, e diversas alterações no ambiente costeiro, que vinham afetando os pescadores e marisqueiras e impedindo os mesmos de subsistir exclusivamente da pesca e da mariscagem. Algumas famílias foram contempladas pelo que alguns chamavam de “auxílio lama”, espécie de pagamento que receberiam do EEP, até o fim da dragagem do fundo da baía. No entanto, segundo relatos, poucos foram contemplados, o que era mais um motivo de insatisfação.

Entre os danos ambientais que foram relatados durante a pesquisa, alguns eram recentes e outros datados desde a década de 70, quando foi criada a Barragem de Pedra do Cavalo. A partir da criação dessa barragem, os moradores mais antigos relataram que o fluxo de água diminuiu e parou de ter enchentes na região, causando diminuição ou desaparecimento de algumas espécies como: robalo, tainha camarão, arraia, bagre etc. Eles acreditam que o rio com a água mais salgada, produz menos, pois quando havia um balanceamento natural, entravam mais peixes para desova e a produção de mariscos também era maior.

Na década de 80, outro problema ambiental atingiu a região, resultante do assoreamento dos morros em volta da baía, que se deram devido aos desmatamentos realizados. Após esse assoreamento, muita terra desceu para o rio, tapando alguns pesqueiros naturais e afastando diversas espécies como robalo, carapeba, rajada e mero. Segundo Antônio, um morador do Areal, desde o final da década de 80, quando as terras do Paraguaçu foram ocupadas por pessoas com grande poder aquisitivo, esse processo de assoreamento começou a se intensificar. Durante uma entrevista realizada na prainha do Areal em São Roque, ele apontou para as montanhas em frente e mandou que eu olhasse para suas bases, mostrando locais com desmatamento e dizendo: “está vendo aquela terra ali, ela está tomando conta do rio”.

Um dos locais da região, destacados nas entrevistas como danificados pelo assoreamento, foi o Rio Grande. Este fora um dos pesqueiros preferidos no passado pela abundância do pescado.

O desaparecimento de brejos<sup>42</sup>, também surgiu nos relatos como um dano, principalmente relacionado ao aterramento realizado por fazendeiros da região. Segundo Antônio, morador do Areal, existia um local chamado Costeiro da Laguna, onde havia uma abundância de peixes e frutos do mar como mirim, papa, camarão, corongo etc. Porém, esse brejo foi destruído pela terra que foi jogada em seu interior, o que causou o desaparecimento da lama. Após este aterramento, Antônio, com a confirmação de demais pescadores locais, afirmou que alguns animais que viviam nas redondezas como paca e cutia desapareceram. O dano atingiu principalmente as espécies diretamente ligadas à lama como ostra, sururu, caranguejo, siri etc. Outras histórias de destruição de brejos foram relatadas no decorrer da pesquisa, geralmente ligadas à criação de pastos, ou mesmo para impedir a reprodução de algumas espécies de anfíbios. Como no caso do fazendeiro que destruiu o brejo, para exterminar as cobras.

Segundo diversos relatos, a região tinha muito mero<sup>43</sup>, sendo a principal espécie que desapareceu. Tanto nas falas individuais, quanto nas coletivas, o assunto mero sempre mobilizava os pescadores. Uma das explicações para o desaparecimento da espécie era a de que o mero entrava na baía para desovar, porque devido a lama, existia pouca luz. Com o desaparecimento da lama, acreditavam que a iluminação entrou no rio e o mero praticamente desapareceu. Poucos ainda eram encontrados. Algumas vezes, pescavam seus filhotes, ou o peixe adulto, mas soltavam imediatamente, pois sua captura é proibida. O que segundo alguns relatos, às vezes é um ato difícil, devido a fome, a escassez do pescado e à impossibilidade, na época do defeso, de receber o benefício, por terem se empregado no mercado formal<sup>44</sup>.

Em função da construção do dique seco<sup>45</sup> pelo EEP e da dragagem da lama no fundo da baía, foram relatadas diversas reclamações de que a água tinha se

---

<sup>42</sup>Local pantanoso, com terras alagadas, onde se desenvolvem diversas espécies de seres vivos adaptados ao meio. Fonte: <https://www.dicio.com.br/brejo/>

<sup>43</sup>Peixe da família dos serranídeos, que chega a atingir, nos mares quentes, 2 m de comprimento e pesar mais de 110 kg. Fonte: <https://www.dicio.com.br/mero/>

<sup>44</sup> Ao assinar a carteira de trabalho, os pescadores e marisqueiras ficavam dois anos impossibilitados de receberem o defeso, só após esse período poderiam dar entrada novamente no Sindicato, para receber o benefício.

<sup>45</sup> Dique seco é um recinto cavado à beira de um braço de água, de forma a receber uma ou mais embarcações em simultâneo para vistorias, fabrico, limpeza ou construção, em uma Oficina-Naval, ou Estaleiro.

tornado muito suja, afastando assim, algumas espécies como o xangó<sup>46</sup>. O mirim era o que mais preocupava os pescadores, pois era a principal espécie usada como isca: “o mirim é a isca pra grozeira e acabando com esse mirim pode ter certeza que acabou o peixe tudo” (pescador Jorge). Segundo Jorge, pescador de São Roque, ele é um peixe comprido, muito resistente, que após ser retirado da água fica vivo por muito tempo, no entanto, estava desaparecendo e quando o capturavam, estava com a “cara” vermelha e o olho para fora, e quando o colocava no covo<sup>47</sup>, ele morria. Existia a preocupação, de que alguma “coisa química” na água estivesse provocando o adoecimento dessa espécie.

Outro dano ambiental relatado por pescadores, não só de Roque e Enseada, mas de diversas localidades pesqueiras de Maragogipe<sup>48</sup>, entrevistadas por mim para grupo de pesquisa Observabaía. Foi a Presença de algas marinhas “estranhas”, que apareceram na região após a construção do dique seco e da dragagem. Segundo o pescador José<sup>49</sup>, “Até a grozeira<sup>50</sup>, que tem um fio diferente, um anzol diferente, está vindo cheia dessas algas”.

Os pescadores relataram que a alga ficava presa na rede, deixando-a extremamente pesada e que quando puxavam, não tinha nenhum peixe. Segundo os mesmos, ela parecia um crustáceo, que ao secar virava um pó, que demoravam dias para ser retirado, “quando a gente joga a rede elas ficam repletas desse limo e a pescaria acaba” (pescador José). Todos associaram a aparição das algas, à entrada dos navios que estavam retirando a lama do fundo da Baía de Iguape e jogando na entrada da Baía de Todos os Santos. Contaram-me que um fenômeno parecido ocorria na região, quando o navio Maragogipe fazia o trajeto do Porto de Salvador até o Porto do Cajá na sede de Maragogipe, só que numa escala muito menor.

O trajeto das pequenas embarcações em direção à Barra do Paraguaçu, onde fica a maior parte dos pesqueiros, também foi relatado pelos pescadores como um problema que estava se processando no local. Pois, de quatro em quatro horas, os navios de grande porte estavam entrando e saindo da baía, tornando a navegação

---

<sup>46</sup> Peixe abundante na região, que era geralmente secado pelas mulheres e depois vendido

<sup>47</sup> Espécie de cesto de vime usado para pescar nos rios.

<sup>48</sup> Pescadores da sede do município e dos distritos de Guaí, Nagé, Ponta do Souza e Coqueiros.

<sup>49</sup> Pescador de São Roque

<sup>50</sup> Corda com muitos anzóis para a pesca.

perigosa. Os pescadores acreditavam que as algas “estrangeiras” vinham nos cascos desses navios.

Embora a previsão de danos tenha sido realizada, assim como a previsão de políticas de resolução das mesmas. Para os grupos residentes, estas se mostraram insuficientes. Muitos não puderam ser incluídos nos programas sociais por não atenderem os requisitos, principalmente no que tange a exclusividade no trabalho pesqueiro por dois anos. Não foram reconhecidas as diferenças relativas às relações de gênero e ocupação dos espaços, sendo que as mulheres foram pouco absorvidas nas obras e perderam sua principal forma de sobrevivência que era a mariscagem.

## 2 OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE AS PRIMEIRAS TRANSFORMAÇÕES E DANOS DA CONSTRUÇÃO DO ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU.

Neste capítulo, propus-me analisar a vida cotidiana das pessoas que residem no Distrito de São Roque e Enseada, as principais transformações decorrentes da implantação das obras do EEP e da reabertura do canteiro da Petrobras. Os dados serão avaliados no que tange as transformações e danos: no trabalho; nas relações de gênero; nas mudanças comportamentais; na ocupação de espaços; na segurança; nas alterações das relações entre saberes/aprendizagens; e, sobre a reivindicação quilombola na Enseada do Paraguaçu.

### 2.1 PESCADOR/AGRICULTOR/OPERÁRIO: TORNANDO-SE DIFERENTE, TORNANDO-SE IGUAL

Relacionando as entrevistas dos pescadores e marisqueiras de São Roque e Enseada às entrevistas dos pescadores do Rio Vermelho, que fiz em minha dissertação de mestrado<sup>51</sup>, percebi que havia um diferencial nas respostas, quando eu perguntava qual a ocupação que eles exerciam. Na minha dissertação, quando perguntava ao entrevistado: qual a sua ocupação? recebia como resposta “eu sou pescador”.Falavam, em seguida, sobre o tempo em que se dedicava à pesca. Nas entrevistas realizadas em São Roque e Enseada, as respostas foram diferentes. Ao perguntar qual a ocupação, a maior parte dos entrevistados respondeu: “no momento eu não estou trabalhando, só pescando” ou “no momento eu não estou

---

<sup>51</sup>COSTA, Cristiane, S. **Pescadores do Rio Vermelho: Ritos, Tradições e Ancestralidade da Pesca Artesanal**. Dissertação (Mestrado), Centro de Estudos Afro- Orientais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011

trabalhando, só mariscando”.

Estas mesmas pessoas, ao serem perguntadas se eram pescadores e marisqueiras, afirmaram em quase maioria que sim, independente dos ofícios que exerciam ou exerceram nos últimos tempos, acrescentando que cresceram na maré e aprenderam a fazer isso desde criança. Afirmavam com orgulho seus feitos, suas habilidades com a pesca, os pesqueiros que conheciam, a relação de aproximação com o rio, o saber nadar, o conhecimento sobre o manguezal e as técnicas e saberes necessários para conseguir os pescados, mariscos e crustáceos.

Quando eu questionava se eram são pescadores, a resposta rápida era “claro, nós nascemos aqui”. Isso demonstrava que a pesca era mais do que um trabalho para essas pessoas, fazia parte da própria existência. Acordar, sair para a maré, pescar, mariscar, se reunir com os amigos nas manhãs de domingo para pescar e depois beber cerveja e/ou cachaça, assando o peixe na praia, eram atos corriqueiros.

Os pescadores do Rio vermelho moraram em sua maioria, distantes da colônia e dos locais em que ficam atracadas as embarcações. Foi relatado pouco envolvimento familiar na captura ou processamento do pescado, assim como hereditariedade na pesca. Os mesmos para pescar, tinham que se deslocar de seus bairros, muitos em locais distantes, até o Porto de Santana ou Porto da Mariquita. Não existia uma local de morada só de pescadores do local e suas famílias, nem sempre desenvolviam laços de convivência. Muitos entraram na pesca na adolescência, começando como ajudantes até se tornarem mestres pesqueiros.

Ao contrário destes últimos, os pescadores de São Roque e Enseada, relataram que cresceram na maré. Quase todos possuíam laços de parentesco. Há um envolvimento familiar na pesca, na coleta e no beneficiamento dos pescados e dos mariscos. Desde a infância, as crianças aprendem com seus pais a pescar e mariscar, mesmo quando estão envolvidos em outras atividades, não se afastam completamente do ofício. Portanto, quando respondem, “no momento, não estou trabalhando, só pescando”, não significa uma subordinação do trabalho pesqueiro ao trabalho formal, pois o mesmo é expresso nos discursos não apenas como ocupação, mas, como forma de vida, intrínseca à própria concepção do ser e existir naquele ambiente.

A maioria dos homens e mulheres afirmou que pescava e ou mariscava nas horas livres. Em todos os casos, foi relatada pelos interlocutores, tanto pescadores

como marisqueiras não aposentados, uma grande expectativa em ingressar ou retornar para o trabalho formal. Falaram das dificuldades existentes na pesca da região e da impossibilidade que estavam sentindo de viver diretamente da venda do pescado.

Embora a obra estivesse em seu período mais produtivo, apenas uma pequena parte dos moradores do Bairro do Areal estava efetivamente empregada nos empreendimentos. A maioria ficava à espera de ser chamado pelas empresas, isso, segundo alguns relatos, fazia com que não se dedicassem inteiramente à maré.

Nessa primeira fase realizei duas entrevistas com pessoas que desenvolviam cargos de chefia no estaleiro, um supervisor de equipe e outra integrante da área de recursos humanos, os dois moradores de Salvador. Uma questão ressaltada por ambos era a dificuldade de controlar os operários dentro dos canteiros de obras. Algumas denúncias eram feitas de que eles haviam fugido no expediente para ir à maré. A notícia da aproximação de cardumes, por exemplo, segundo eles, aumentava o abandono temporário das funções.

As formas de perceber o tempo no trabalho pesqueiro são diferenciadas. Não há uma rigidez na determinação do período em que se ficará embarcado. A pesca pode acontecer em poucas horas ou durar o dia inteiro. O tempo para permanecer na maré, depende do alcance ou não do objetivo do pescador e da marisqueira, como, por exemplo, se o que ele pescou e/ou coletou é suficiente para alimentar a família, para cobrir os gastos com os aviamentos de pesca, iscas, gelo etc. Diversos fatores, principalmente ambientais, interferem nessa construção temporal. Ao contrário das contagens sincrônicas dos relógios, que estabelecem rigidez para programações horárias, como o tempo das fábricas, o tempo vivenciado na pesca é experimentado em relação ao meio ambiente.

Em conversa com alguns operários que eram originários de Salvador, chamados pelos locais de “os de fora”, apareceu um conflito em relação à carga horária de trabalho. Segundo os depoimentos dos “de fora”, os moradores da região não gostavam de fazer horas extras e nem trabalhar nos fins de semana, pois se dedicavam nesse período à pesca. Alguns se exaltavam e chamavam os nativos da região de “preguiçosos”, por não aceitarem as horas extras. Afirmavam que eles faziam isso porque eram pescadores e com essa atividade ganhavam muito dinheiro.

Numa manhã cheguei cedo à Rua do Areal e fiquei por um tempo observando a circulação das pessoas, várias passaram com fardas laranjas, apenas três fardadas eram mulheres, os outros eram homens que se deslocavam na direção do estaleiro. Na prainha, alguns homens se encontravam próximos às canoas, limpando-as, conversando, entrando nos barcos e remando para a baía. Poucos homens fardados cumprimentavam os que estavam na praia, seus passos eram rápidos e seus corpos mostravam altivez nos movimentos.

Uma marisqueira chamada Lúcia<sup>52</sup> me convidou para conhecer sua casa, que ficava no final da comprida Rua do Areal. A casa era feita de alvenaria, com a frente branca, um grande quintal que dava para a maré e de onde podia sair de barco diretamente para o rio. No fundo da casa ficava um pequeno barraco de taipa, onde eram guardados os aviamentos de pesca. O marido de Lúcia já havia trabalhado no estaleiro, mas no momento vivia da pesca e ansiava o retorno ao trabalho na empresa. Tanto Lúcia quanto o marido relataram a mudança de comportamento de algumas pessoas da localidade. Segundo o marido de Lúcia, “quando eles começam a trabalhar no canteiro de obras, passam e não falam mais com os vizinhos, mudam com os que estão fora do trabalho, porém, em pouco tempo voltam para maré e ficam iguais de novo”.

As categorias establishment e outsiders (os de dentro e os de fora), também podem ser usadas também para analisar essa nova relação estabelecida a partir da empregabilidade ou não nas obras.

Uma entrevista me chamou a atenção pelo tom de descontentamento e de exposição de conflitos. Em uma tarde estava procurando por pessoas que tinham se desempregado recentemente das obras e que exerciam o ofício de pescador. Indicaram-me que conversasse com um rapaz de 38 anos, que vou ocultar o nome.

---

<sup>52</sup> Lúcia 34 anos, nasceu em Salvador e muito nova conheceu seu marido que tinha saído de São Roque para tentar a vida na capital. Como não gostou da vida em Salvador, após o casamento, seu marido preferiu voltar para São Roque. Ela trabalha todo dia na maré, vende peixe na rua, ela estudou até a quinta série e seu marido até a terceira série do ensino fundamental. Ela veio de Salvador a vinte e três anos e até hoje alguns dizem que ela não é de lá, em Salvador morava no subúrbio ferroviário onde mariscava com a mãe, ela diz que até hoje alguns dizem que ela não é marisqueira por não ter crescido lá, mas criou os filhos através da maré e tudo que tem tirou dela. Em São Roque chegou a trabalhar numa loja, mas a mesma fechou e segundo a mesma “quando não tem trabalho eu vivo da maré”.



Cheguei à sua casa numa tarde de quarta-feira, fui recebida na porta por sua esposa, uma mulher que aparentava a mesma faixa etária. Falei sobre o meu trabalho na área e expliquei a intenção da minha pesquisa. A mesma me convidou para entrar.

A pequena sala estava muito quente. Os raios de sol entravam pela porta e pela janela, no sofá estava o rapaz deitado. Olhou-me meio desconfiado. Expliquei o que estava fazendo ali. Sem mudar de posição ele me disse que não iria falar mal do estaleiro. Expliquei para ele que esse não era meu objetivo, que queria saber sobre a forma como eles viviam e quais as transformações que ele acreditava estarem se processando na localidade e se realmente existia para ele alguma mudança.

O diálogo acima transcorreu com certa dificuldade e com muitos monossílabos. A palavra “não” foi a mais respostada. Em certo momento, ele me contou que tinha sido demitido há um mês, que estava lutando para conseguir novamente uma vaga e que existia a promessa de voltar a ser contratado. Falou que não tinha nada de ruim com a vinda do estaleiro, que o mesmo tinha melhorado a vida de todos ali. Quando perguntei que trabalho o mesmo fazia atualmente, ele me falou com um ar de tristeza: “estou pescando, fazer o que? não tem nada para fazer tem que pescar”. E, seguida, começou a falar dos peixes que existiam na baía e os que ele mais capturava. Falou com certa irritação que não dava viver da pesca. Quando perguntei sobre as relações de vizinhança, ele mostrou-se extremamente aborrecido, falou “tem muita aqui tirando onda, passa por mim desdenhando porque eu fui demitido”. O descontentamento dele era evidente. Parecia se sentir humilhado e rancoroso com a forma com que estava sendo tratado. Em determinado momento, não quis continuar a conversa. Falou que iria descansar e que acordou cedo para pescar. Agradei e me despedi. Muitos relatos, como o dele sobre as mudanças de comportamentos daqueles que estavam trabalhando no estaleiro ainda se sucederiam.

As relações estabelecidas socialmente sofreram transformações e estratificações no decorrer da implantação do estaleiro e com a reabertura do canteiro de obras. Muitas destas transformações geraram conflitos entre os membros dos grupos residentes e ou entre estes e “os de fora”. Todavia, pela curta duração em que perduraram as obras, no total de dois anos, não foram relatadas alterações permanentes nas relações de vizinhança, como falado na entrevista do marido da marisqueira Lúcia: “com o tempo eles voltam para a maré e ficam iguais”.

## 2.2 AS FARDAS LARANJAS

Neste estudo analisei as fardas laranja como mediadoras a partir da qual se reproduz o “social”. Segundo Latour (1994), os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. Para ele, os objetos também agem. Qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator ou caso ainda não tenha figuração, um actante. As fardas tinham uma ação real sobre os comportamentos, elas eram mediadoras das ações, criavam conexões com o modelo econômico e social que estava sendo implantado na região.

Ao vestir a farda, as pessoas passavam a adquirir novo status e prestígio, como se as mesmas conferissem dignidade ao usuário. A farda torna-se, então, um elemento de distinção social, motivo de orgulho e de diferenciação frente àqueles que ainda estavam ligados ao passado, fora do mundo desenvolvido, no caso, o trabalho pesqueiro.

Ao passar pelas casas onde moravam os empregados das obras, viam-se algumas fardas penduradas nos varais. Ainda na condição de roupa e do corpo ausente, ela demarcava posição.

Além atribuir prestígio e valoração, a farda oferecia vantagens como acesso a compras em mercadinhos de São Roque, materiais de construção, farmácias, sem necessidade de comprovação de renda, através do sistema de “fiado”<sup>53</sup>.

Segundo Farias (2010), em seu estudo sobre o uso de uniformes na siderúrgica Usiminas, sediada em Ipatinga (MG), o uniforme é um potente aliado na moldagem de comportamentos. Ao vestir o uniforme, os trabalhadores incorporam uma persona, que os move a agir conforme expectativas sociais, pautadas no comprometimento corporativo.

Os trabalhadores, segundo a autora (ibidem), passam a ter orgulho de saírem uniformizados, a fim de sinalizar o pertencimento à empresa que trouxe prosperidade para a região. Dessa forma, “o uniforme funciona como um instrumento ideológico para moldar ações – físicas e mentais – e introduzir novos

---

<sup>53</sup> Comprar sem dinheiro, para pagar na data do recebimento do salário, mediante acordo verbal.

hábitos e postura” (FARIAS apud CRAIK: 2010).

Farias (idem), ainda afirma que, sem o uniforme, há uma diversificação desfavorável do visual, que contrasta aqueles que podem ir para o trabalho bem vestidos e os que chegam a usar roupas surradas. O uniforme torna os funcionários iguais, independente das rendas de suas famílias ou dos bens que possuem, aumentando a autoestima, especialmente daqueles com menor poder aquisitivo. Dessa forma a farda não é apenas uma roupa, mas no contexto empresarial, como no caso das áreas estudadas, ela passa a ser depositária de valores e expectativas.

Apesar de conferir status, o uso da farda potencializa o controle sobre os corpos, sendo fácil identificar aqueles que fogem das normas empresarias. Em diversos relatos surgiu o fato de que alguns trabalhadores da EEP e do canteiro teriam sido advertidos ou demitidos das obras do empreendimento por se afastarem das funções no horário comercial. Nesses relatos, os principais fatos que levavam a esse afastamento ou fuga eram: se dedicar ao trabalho na maré, ir aos bares, ir aos prostíbulos ou simplesmente voltar para casa após bater o ponto. A farda servia, portanto, como elemento que viabilizava a fiscalização dos operários e distinguia àqueles que poderiam ou não circular livremente, além de torná-los vulneráveis às frequentes denúncias, principalmente por parte daqueles que estavam fora do processo.

Além das fardas laranjas também circulavam no local, os fardas azuis, essas eram usadas apenas pelos chefes de equipes e engenheiros de obras. Os usuários destas, pouco circulavam como pedestres na cidade estavam sempre em equipe, eram presenças comuns nos dois principais restaurantes da Praça de São Roque. Não ficavam nos alojamentos com os demais operários e ocupavam as vagas nos melhores hotéis e pousadas que foram inaugurados. Vários relatos colocaram estes como preferidos entre as mulheres residentes, destacando os encontros e envolvimento amorosos entre estas e “os de fora”. Um dos motivos apontados para essa preferência pelos fardas azuis, além do financeiro, era a maior estabilidade no emprego que estes possuíam em relação aos fardas laranjas.

## 2.3 RELAÇÕES DE GÊNERO E OCUPAÇÃO DOS PAPEIS FEMININOS DIANTE DAS MUDANÇAS.

A divisão de espaços de sociabilidade femininos e masculinos é comum em sociedades tradicionais pesqueiras, assim como as construções diferenciadas das dinâmicas sexuais. Tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, trabalhadoras, camponesas, agricultoras e pescadoras sofrem efeitos das relações desiguais de gênero. As pescadoras e marisqueiras são marginalizadas por questões distintas, como mitos e crenças, opressões históricas e não se costuma dar a devida importância aos seus trabalhos.

Assim Scott (1995), analisa que a desvalorização da mulher em todas as dimensões é histórica, principalmente em relação ao trabalho que lhes é reservado. Definido, muitas vezes como menos qualificado, não produtivo e sem valor.

A maior parte das entrevistadas se identificou como marisqueira. Relataram que desde a infância aprenderam com suas mães a coletar sarnambi, sururu, siri, aratu, ostra e outros crustáceos, que, principalmente no passado, eram abundantes na região. O início das obras do estaleiro, com as alterações que se desenvolveram no ecossistema local, principalmente a ocupação da extensa área do manguezal localizado ao lado da agrovila da Enseada do Paraguaçu, atingiu fortemente as mulheres da região.

O manguezal da Enseada era a principal fonte de renda feminina. As mulheres do local possuíam conhecimento sobre a arte da pesca. No entanto, o principal ofício exercido por elas era a mariscagem. A ocupação pela EEP da área de manguezal próxima a agrovila tornou, segundo as mulheres, inviável a coleta de mariscos, pois o manguezal mais próximo do pequeno vilarejo ficou a 4 km de distância. Segundo as mesmas, nessa distância o peso era muito grande para transportarem sururu, aratu etc, geralmente carregados em baldes e equilibrados na cabeça, além dos equipamentos necessários para a coleta. Embora essa situação de perda dos espaços e potencialidade de trabalho por gênero e ocupação fosse algo a ser previsto pelo EIA/RIMA não houve, nesse estudo, no que tange as análises de impactos negativos, nenhum destaque às diferenças de danos relativos à essa categoria.

As mulheres não só tiveram seus locais de trabalho impactados no caso de São Roque, impossibilitados no caso da Enseada, como, praticamente, não foram absorvidas nas obras da construção do estaleiro e no canteiro de obras da Petrobras. Apesar destes danos e de serem as mais prejudicadas nas primeiras etapas da obra, nenhuma referência ao trabalho das mesmas e à especificidade desse impacto sobre os gêneros foi analisado no EIA/RIMA (2009) e nem no PDDM (2010).

Dona Sandra,<sup>54</sup> contou que no passado teve um derrame e caiu no matagal próximo à agrovila, ficando sem atendimento por horas. Após esse fato, ela conseguiu se aposentar como marisqueira, pois quando ficou doente já contribuía com o INSS e pagava o Sindicato dos Pescadores e Marisqueiras de Maragojipe. Ela afirmou que os filhos dela não queriam viver a vida que ela levou na maré e me mostrou a área em que ficava o manguezal próximo à sua casa, e que estava cercada, pois segundo a mesma tinha sido vendida pelos que se colocavam como proprietários das terras. Segundo ela, ali existia muito sururu e o manguezal era extenso.

As ações para aumentar a profundidade da Baía do Iguape, com o intuito de viabilizar a construção e deslocamento das plataformas e outras embarcações, resultou na impossibilidade de pesca e mariscagem por seis meses, atingindo diversos grupos de ribeirinhos e quilombolas da região. De acordo com Carvalho e Fernandes (2015), o consórcio responsável pela construção do estaleiro realizou um cadastro dos pescadores atingidos para o recebimento de uma indenização temporária, mas contestou o número de pessoas que declaravam realizar essa atividade, bem como ignorou a existência e o prejuízo material das marisqueiras, cuja profissão não é legalmente reconhecida.

Para Costa (2011), apesar de possuírem um papel fundamental na manutenção financeira da família, na administração doméstica e no desempenho de trabalhos diversos como mariscagem, comércio do pescado, produção de artesanatos, empregos no mercado formal e informal, que garantem uma renda familiar estável e a subsistência das famílias nos períodos onde há escassez de pescado, as mulheres têm o seu trabalho invisibilizado, e construído a partir de uma

---

<sup>54</sup> Nome alterado

perspectiva sexista que marcam a construção do gênero feminino em diferentes contextos sociais e históricos.

Essa invisibilidade histórica é evidente. Diversos estudos citam que grande parte das mulheres não são cadastradas nas Associações e Colônias de pescadores e marisqueiras, dificultando o acesso das mesmas a benefícios sociais. Como também, quando populações residentes em áreas tidas como tradicionais, são atingidas por grandes obras e a demarcação de danos por gênero é simplesmente ignorada.

Conforme observação de Maneschy (1997), ganha relevo hoje as abordagens de gênero e identidade que direcionam nosso olhar para a divisão de trabalho entre os sexos e as gerações. Trata-se de uma dimensão geralmente pouco valorizada no âmbito dos estudos das Ciências Sociais, que privilegiam a situação do homem pescador, principalmente no âmbito político e das organizações sindicais, em que ainda predomina uma concepção restritiva em relação à mulher.

Entre as várias definições sobre gênero, Scott (1995), destaca que o gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. A subordinação apresenta-se de formas diferentes de acordo com a cultura, religião, economia, classe, raça, nação, etnia e a ocupação. Tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, trabalhadoras, camponesas, agricultoras, pescadoras, marisqueiras sofrem preconceitos e discriminações. Assim, Scott conclui que é necessário avançarmos nos estudos sobre as desigualdades de gênero e a contribuição das mulheres na economia, principalmente em relação ao trabalho que lhes é reservado.

Nos primeiros momentos da minha pesquisa, grande parte das mulheres entrevistadas que era casada e possuía marido trabalhando no estaleiro. Colocaram-se como trabalhadoras do lar, já que a maior parte foi obrigada a se afastar do trabalho da mariscagem. No entanto, era um relato comum nos discursos destas, o sonho de também fazer parte do consórcio e de trabalhar na obra.

Essa nova realidade também modificou as relações de capital entre os gêneros, já que houve um aumento na renda dos que estavam empregados e entre estes, poucos não eram homens. A ocupação do manguezal pelo EEP no caso da Enseada e a poluição que atingiu os mangues de São Roque aumentaram esse distanciamento de acesso à renda, bens e serviços por parte das mulheres.

Alguns cursos passaram a serem oferecidos pelas empresas formadoras do

consórcio EEP. A maior parte era ligada ao setor produtivo e se direcionava principalmente aos homens. No entanto, mesmo não tendo ampla participação feminina, não era vedado às mulheres, como o curso de soldador.

Diante das alterações populacionais e da entrada inicial de cerca de 4.000<sup>55</sup> homens “de fora” nas localidades atingidas pela construção do EEP, as delimitações espaciais de gênero tornaram-se mais rígidas para as mulheres, assim como o controle social sobre seus corpos, exercidos principalmente pela fofoca, sendo essa usada como mecanismo de repressão, através do qual se vigia e pune. Nas grandes cidades onde as relações se tornam cada vez mais individualistas, a fofoca não tem uma eficácia de controle tão rígido quanto em cidades pequenas, com reduzido número de habitantes e onde todos se conhecem.

Segundo Machado (2006,) em sua análise sobre a “Microfísica Do Poder em Foucault”, o poder atinge a realidade concreta dos indivíduos em sua instância material: o corpo. Para isso existem técnicas de controles minuciosos dos gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. A disciplina é uma técnica de poder, que implica uma vigilância constante dos indivíduos. Não basta olhá-los de vez em quando ou observar se estão se estão seguindo as regras, é preciso vigiá-los o tempo todo e submetê-los a uma perpétua hierárquica de olhares.

As mulheres das localidades estudadas passaram a ser alvos de constante vigia. Muitos citaram fofocas sobre o envolvimento destas, principalmente de São Roque, com os trabalhadores dos empreendimentos. A maior parte relatou a ida delas para as pousadas, incluindo algumas casadas. Houve alguns que falaram sobre rompimentos de relacionamentos e de casamentos. Um dos efeitos das intermitências produtivas na região é chamado pelos grupos residentes de “filhos dos canteiros de obras”.

São Roque tem muitos “filhos dos canteiros de obras”, são várias gerações com o mesmo histórico de desconhecimento paterno. Segundo diversos depoimentos, sempre que as obras iniciam há um envolvimento das mulheres locais com os homens de fora. Os primeiros “filhos do canteiro de obras” nasceram na década de 70, com a instalação do primeiro canteiro pela Petrobras. Um morador do

---

<sup>55</sup> <http://sinaval.org.br/wp-content/uploads/SINAVAl-Cenario2012-4tri-RecursosHumanos.pdf>

Bairro do Areal chamado Antônio<sup>56</sup> afirmou que se a preparação para a instalação do canteiro tivesse acontecido na época talvez não houvesse tantas “crianças que têm o canteiro como pai, porque o mesmo sumiu”. Segundo o mesmo, as moças na época ficaram encantadas com a presença desses “homens de fora” e muitas engravidaram. Quando a obra terminou, os trabalhadores retornaram aos seus lugares de origem e “os filhos do canteiro da obra” ficaram.

De 2012 a 2015, foi relatado o nascimento de muitas crianças na região com pais desconhecidos. Geralmente após o término das obras e a saída desses trabalhadores do local, as famílias maternas ficam responsáveis pela criação dessas crianças. Poucos relatos desses envolvimento das mulheres de São Roque e Enseada com “os de fora” mostraram a migração destas para outras localidades. Os envolvimento amorosos e sexuais não se restringiam aos espaços externos do canteiro e da obras de construção do EEP, internamente várias relações foram estabelecidas. Muitos relatos falavam de encontros de casais nos tonéis das obras e entre ocupantes de cargos de chefia, de forma mais escondida nos hotéis e pousadas.

A prostituição em São Roque teve um aumento significativo nas fases de implantação e construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e da reabertura do canteiro para construção de plataformas, de janeiro de 2013 a março de 2015. Cerca de 4.000 mil homens de diversas procedências chegaram à região, advindos dos municípios circunvizinhos e de outras cidades como Salvador, Paulo Afonso, Rio de Janeiro, São Paulo, além dos estrangeiros.

Historicamente, diversos prostíbulos tinham funcionado na região de forma intermitente. Mas, quando as obras encerravam e o público de fora da cidade diminuía geralmente essas zonas de prostituição fechavam. As mulheres que trabalham nesses locais eram oriundas de outras cidades e regiões circunvizinhas. No auge das obras elas chegaram e quando há uma redução nas atividades das

---

<sup>56</sup> Antônio Bonfim, 47 anos, informou que já tinha pescado muito, cresceu próximo a maré, mas começou desde cedo a trabalhar nas plataformas da Petrobras e depois saiu do Distrito e foi trabalhar em fábricas de outras regiões, conseguindo uma renda razoável que deu para comprar uma casa e um veículo. Antônio terminou o segundo grau e fez curso técnico em mecânica, possui muita facilidade em dialogar, em função disso participa das reuniões da Associação local e representa os moradores locais em eventos importantes.



empresas e conseqüentemente da mão-de-obra e da renda, elas migravam.

Os dados que obtive sobre o funcionamento dos prostíbulo se deu através de conversas com homens que trabalharam nas obras e com donos de bares e pousadas da região. Foi relatado que homens tanto casados quanto solteiros passaram a frequentar os bordéis, fato que não era visto por muitos como algo incorreto, mas como uma atividade de lazer masculina, inclusive relatada entre risos. Os bordéis foram formados por mulheres “de fora”. Em nenhum relato houve a citação de que mulheres da área de São Roque e Enseada tenha se envolvido na prostituição, entendida aqui como “negociação do prazer erótico em troca de dinheiro e recompensas materiais” (SILVA: 2015:22), portanto como trabalho e forma de sobrevivência.

Três prostíbulo funcionaram ativamente em São Roque no período de efervescência das obras de 2013 a 2015. Um era mais antigo e foi implantado no distrito desde a década de 80, um foi criado em 2013 e o outro em 2014. O mais antigo estava instalado na saída de São Roque e com o aumento do fluxo de homens na região dobrou o número de prostitutas. Outro foi aberto no Bairro Pioneiro, esse trouxe mulheres mais novas e uma tabela de preço mais cara, enquanto o primeiro cobrava cerca de R\$ 90,00 em média por programa, o novo cobrava R\$ 150,00, os produtos consumidos no local também eram caros, cerca de R\$ 25,00 um energético e R\$ 9,00 uma cerveja *longneck*. Esse último, segundo os relatos era para “quem tinha dinheiro”. No início de 2014 abriu um novo prostíbulo próximo ao posto de gasolina que funciona ao lado do canteiro de obras, esse era o mais barato.

Nas sextas-feiras, os trabalhadores que ficavam nos alojamentos da Enseada desembarcavam para dormir e se divertir em São Roque. Nestes dias, as prostitutas que trabalhavam no prostíbulo próximo do posto de gasolina iam para o cais distribuir panfletos com os preços dos programas. Os mesmos custavam R\$ 50,00, o básico (relação peniano-vaginal); R\$ 60,00, o intermediário (relação peniano-vaginal + sexo oral); e, R\$ 70,00 o completo (relação peniano-vaginal + sexo oral + sexo anal). O quarto no local custava R\$ 20,00 e era pago pelo cliente por fora do programa.

Os dias de pagamento dos salários causavam na cidade grande agitação. Nestes períodos, os prostíbulo enchiam e alguns homens chagavam a ficar dias no local, só saindo quando acabava o dinheiro. Muitos recebiam advertências pela falta

no trabalho e alguns eram demitidos. Quando chegava uma prostituta nova na cidade, logo a notícia se espalhava e novamente os prostíbulos lotavam. Eram comuns os homens de fora desfilarem com prostitutas nos bares e restaurantes locais, inclusive entre os que ocupavam cargos de chefia.

Em 2014, chegou à região uma empresa coreana para administrar o Canteiro de obras da Petrobras. A vinda dos coreanos gerou um grande movimento nas zonas de prostituição. Em todos os depoimentos foi destacado que eles eram os principais fregueses e que buscavam principalmente prostitutas negras.

Com as demissões em massa, os prostíbulos foram amplamente afetados. O primeiro a fechar foi o mais antigo. Depois, o mais barato que ficava próximo ao cais, restando em funcionamento apenas o que era mais caro. No entanto, os preços diminuíram, a fim de se adequar à nova realidade local.

Os locais de sociabilidade nas áreas estudadas são em grande parte demarcados por gênero. Os homens são a grande maioria dos frequentadores nas esferas públicas: bares, passeios públicos, praças, a árvore da Rua do Areal. As mulheres geralmente se reuniam em locais separados, a exceção de dias de festa como a “Barquinha da Enseada”<sup>57</sup>, as serestas no antigo bar de Jailson, a Festa de São Roque etc, que são tidas como atividade “familiar”, em que todos podem se divertir igualmente. Com a vinda do empreendimento, os espaços de circulação, principalmente masculinas, se ampliaram, tanto quanto as possibilidades de trabalho e de lazer.

## 2.4 SEGURANÇA

---

<sup>57</sup>“A Barquinha é uma festa que as pessoas fazem para a Dona das Águas. Esta festa acontece sempre na virada do Ano. Desde cedo, as pessoas começam a se preparar. Elas levam perfumes, sabonetes, relógios, pulseiras, correntes, fitas, anéis, um monte de coisas para colocarem dentro da Barquinha. A Barquinha é um barco feito de papelão, enfeitado com fitas e bandeirolas coloridas que é levado ao mar com os presentes” (SOUZA JUNIOR, 2013:7).

A população da Enseada era composta por 2.000 pessoas antes da construção do EEP. Apesar do relato de que existiam muitos conflitos internos, os moradores afirmaram que eram facilmente resolvidos. A exceção de conflitos mais intensos que envolviam a posse da terra e a questão quilombola. As obras do estaleiro introduziram inicialmente cerca de 3.000 trabalhadores no local, sendo a maioria constituída por homens. Para a ocupação de cargos com maior especialização, vieram pessoas de locais distantes, como Rio de Janeiro, São Paulo e outros países.

Nos primeiros momentos, o comportamento dos trabalhadores “de fora” entrou em choque com os costumes locais, principalmente na pacata Enseada. Segundo alguns entrevistados, nos fins de semana trabalhadores do estaleiro bebiam num boteco que ficava na Praça e alguns ligavam o som dos carros em alto volume, o que interferia no cotidiano dos moradores, acostumados que em sua maioria a dormir cedo. Esses episódios, às vezes, causavam inícios de brigas, porém, sem relatos de gravidade.

A partir dos primeiros contatos, surgiram alguns relatos de mulheres sobre a insegurança na estrada que ligava a agrovila da Enseada ao manguezal mais próximo, que ficava a 4 km. Segundo elas, algumas avistaram um homem escondido no mato, outras relataram que foram seguidas. Desde então elas só saíam para mariscar em grupos ou deixavam de ir, até porque, justificaram, com a perda do manguezal vizinho à agrovila, a distância que percorriam e o que conseguiam extrair não estava compensando o esforço.

Em 30 de agosto de 2013, quase um ano após o início das obras, o secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, Maurício Barbosa<sup>58</sup>, visitou as obras do estaleiro e esboçou a necessidade de planejar projetos e ações de segurança pública que beneficiassem as comunidades localizadas no entorno do empreendimento. Este fato que foi noticiado amplamente nos jornais, na época também circulava as notícias do aumento da violência na região.

Apesar das mudanças ocorridas com a implantação do EEP, os esquemas de

---

<sup>58</sup><http://www.bahiapolitica.com.br/secretaria-da-industria-naval-e-portuaria-seinp-articula-estrategias-de-seguranca-para-o-entorno-do-estaleiro-enseada-do-paraguacu/>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

segurança não foram reforçados nas localidades, principalmente na Enseada onde não existia posto policial, viaturas e nem delegacia. O problema da violência antes da implantação, não alterava de forma significativa o cotidiano das pessoas residentes nas áreas estudadas. Antes, era comum, tanto na Enseada quanto em São Roque, dormir de janelas abertas ou deixar a casa aberta e para ir trabalhar. Segundo Dona Nilma<sup>59</sup>, 57 anos, moradora de São Roque:

[...] Aqui ninguém mexia no que era do outro, meus filhos foram criados ai, solto na maré e eu não tinha preocupação. Todos os moradores são conhecidos e a maioria parente, todo mundo aqui se ajuda, quando um precisa do outro estão sempre por perto para oferecer ajuda, mas hoje, depois que o estaleiro chegou, nós estamos presos dentro de casa. Está todo mundo assustado. (Dona Nilma, marisqueira)

A partir da chegada dos novos habitantes, o tráfico de drogas começou a se instalar na área, assunto que tinham inicialmente grande dificuldade em tratar. A concentração do tráfico, na fase inicial, em 2012, ficou restrita ao Distrito de São Roque, sendo que vários jovens começaram a ser recrutados. Na época do encerramento das obras em 2015, o tráfico já havia se expandido para a Enseada, estando ativo até o encerramento da minha pesquisa em 2016.

## 2.5 PROCESSO DE AUTODEFINIÇÃO QUILOMBOLA

De acordo com a Fundação Palmares<sup>60</sup>, quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos. Uma das funções da Fundação Cultural Palmares é formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania.

Os Territórios Remanescentes de Quilombos foram reconhecidos na

---

<sup>59</sup> Nome alterado

<sup>60</sup> <http://www.palmares.gov.br/>

Constituição Brasileira de 1988<sup>61</sup>. No entanto, só em 2003, através do Decreto Federal Nº 4.887, que foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo o INCRA (Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária) o órgão competente na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos de terras estaduais e municipais.

Na década de 90, as conquistas quilombolas em Oriximiná no Pará, representaram um marco na luta quilombola. A primeira titulação quilombola do Brasil ocorreu lá, em 1995 na Comunidade Boa Vista, e a primeira regulamentação federal sobre a matéria foi a portaria do INCRA (Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária) nº. 307, de 22 de novembro de 1995, que determinava que as comunidades remanescentes de quilombos inseridas em áreas públicas federais sob a jurisdição do INCRA (arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação) tivessem suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas, mediante a concessão de título de reconhecimento, com cláusula pro indiviso, na forma do art. 68 do ADCT da constituição federal. (ANDRADE, 2015: 196)

Segundo Andrade (idem), a titulação federal de 1995 abriu dois importantes precedentes: primeiro, consolidou o artigo 68 da ADCT<sup>62</sup> como autoaplicável, não dependendo de regulamentação e firmou o entendimento de que a titulação de terras quilombolas deveria ser coletiva, inserindo assim, “uma modalidade singular de propriedade no ordenamento jurídico brasileiro: uma propriedade coletiva que

---

<sup>61</sup> A partir da constituição de 1988, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias instituiu que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Posteriormente, o decreto presidencial 4.887/2003 decretou que: Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. § 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental. Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

<sup>62</sup>Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

não pode ser vendida, arrendada ou loteada”. (ANDRADE, idem: 197).

A maior parte dos moradores da Enseada do Paraguaçu se auto-intitula como negros e/ou descendentes de pessoas que foram escravizadas, porém, só em 2005, tomaram conhecimento do que era um território quilombola e passaram a reivindicar a sua posse.

Segundo a marisqueira Anaildes, que fazia parte da diretoria da Associação Quilombola da Enseada do Paraguaçu em janeiro de 2013, ninguém na área sabia o que significava o termo quilombo, até que em 2005, três mulheres da comunidade foram participar de um evento em Brasília e lá ficaram sabendo que existiam localidades de remanescentes de escravos que estavam reivindicando os direitos como quilombolas. Inicialmente, elas não entenderam muito bem as discussões, mas quando começaram a ouvir os relatos sobre as populações que estavam reivindicando territórios, perceberam que sua história e sua realidade eram semelhantes à daqueles povos.

Ao retornarem para a Enseada com as novidades, se reuniram na Associação e passaram a explicar as novas descobertas, decidindo que entrariam em contato com a Fundação Palmares. Segundo Anaildes, os habitantes da Enseada possuíam a posse da casa no local, mas as terras ainda pertenciam a alguns fazendeiros, por isso a maior parte dos moradores estava tentando legalizar a terra e torná-la uma área quilombola, existindo um processo no INCRA em tramitação<sup>63</sup>. Tem duas Associações na área, uma chamada APEMA (Associação de Marisqueiras e Pescadores da Enseada) e outra fundada em 22 de outubro de 2010, que é a Associação dos Pescadores e Marisqueiras Remanescentes de Quilombos de Enseada do Paraguaçu. A associação quilombola foi criada porque a que existia,

---

<sup>63</sup>Processo administrativo aberto na Superintendência Regional do INCRA de Nº 54160.001703/08-15. A Enseada do Paraguaçu, localizada no município de Maragojipe, foi reconhecida como comunidade Quilombola em 2006, conforme consta nas certidões da Fundação Cultura Palmares: Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 05 – Registro 462 – Fl. 70, em 16/01/2006 – Publicado no Diário Oficial da União em 20/01/2006, Seção 1, nº. 15 – Folha 17. Dados disponíveis em [http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/documentos/DADOS\\_PROCESSOS\\_REGULARIZACaO\\_QUILOMBOS\\_INCRA\\_3.pdf/view](http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/documentos/DADOS_PROCESSOS_REGULARIZACaO_QUILOMBOS_INCRA_3.pdf/view). Acesso em 20/05/16.

tinha como membro um dos fazendeiros locais, isso fez com que a maior parte da população da Enseada aderisse à nova Associação. Ela ainda relatou que alguns moradores que são parentes de fazendeiros, não quiseram participar do movimento quilombola, no entanto os mesmos não abriam mão dos benefícios que estavam sendo conquistados através da associação.

Para saber mais sobre a reivindicação do território quilombola, Anaildes me indicou que conversasse com Dona Maria, que foi logo no início foi muito reticente, dizendo que não queria mais falar sobre as histórias de quilombo, pois as ameaças eram muitas. No entanto, depois de algum tempo de conversa Dona Maria entre uma risada e outra, começou a falar sobre a questão da posse da terra. Ela informou que nada pode ser construído na área a não ser em terrenos que já estão ocupados, em cima das casas que já existem ou nos quintais, ainda segundo a mesma, as terras são muitas, mas os que se colocam como donos estão brigando por elas, sendo que o conflito se dá inclusive entre eles por cada tarefa de terra.

Dona Maria acompanhou a questão quilombola, de perto, juntamente com seu irmão chamado Baseado. Tudo começou, segundo a mesma, quando um dos que se colocou como dono das terras chamou Gilda, Zeta e Iraci para irem até Brasília participar de um evento. Quando chegaram lá, alguns participantes começaram a explicar o que era uma área quilombola e as três mulheres se identificaram. Se autodescobrindo, a partir de então, como pertencentes a um território de “remanescentes de quilombo”<sup>64</sup>. Ao retornar para a Enseada, uma das mulheres convocou os moradores e conversou sobre o que ouviu em Brasília, mostrando para os mesmos alguns documentos da Fundação Palmares. Ela mostrou o projeto e disse que seria muito bom para eles, mas estava sozinha, neste momento Dona Maria afirmou: “você não está sozinha, está comigo”. Depois de algum tempo, essa mulher que trouxe as informações começou a sofrer ameaças dos chamados “donos das terras” e seu marido a afastou da frente do movimento. Maria continuou à frente da Associação, passando depois para seu irmão conhecido como baseado.

Na visão de Maria, os moradores do lugar ficaram muito felizes com a ideia de

---

<sup>64</sup>Termo instituído pela Constituição de 1988, que vem sendo utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. (O'DWYER,2008, p.10)

obter a posse das terras, que há muitos anos pertenciam às suas famílias. Segundo ela, os mais velhos e os já falecidos contavam várias histórias da época dos cativos, dos maus tratos que sofriam e de como conseguiram a liberdade e passaram a trabalhar em suas terras.

O relato de Anaildes e de Dona Maria, acerca da incorporação da luta de reivindicação identitária, podem ser analisados à luz do que descreve Muller (2005) sobre a autoidentificação dos remanescentes de quilombo. Segundo ela, a identidade acionada neste contexto, “opera, assim, no plano de uma estrutura macrossocial e é um fenômeno que envolve, necessariamente, considerações no nível sócio-político, histórico e semiótico” (MULLER, 2005:38). Ainda segundo Muller, ser “remanescente de quilombo” tem grande importância para àqueles que reivindicam essa nova identidade. A mesma se manifesta em um momento histórico específico, não sendo homogênea, pois é cindida por tensões internas.

[...] Ao mesmo tempo, encontra razões para se sentir um conjunto: tem origem compartilhada, encontra-se perpassada por tensões que advêm da sociedade englobante, o racismo, o desemprego, a desvalorização de sentimentos tradicionais relacionados com a sua visão sobre o que a terra representa, e acredita estar construindo um futuro possível em comum. (MULLER, 2005:38)

Segundo Bandeira e Brito (2011), essa herança quilombola de dezenas de comunidades pesqueiras existentes na BTS, com suas trajetórias de luta e resistência, evidencia-se nos últimos dez anos deste século, permeada pela constituição e reconhecimento de direitos, mas, sobretudo, pelo acirramento de conflitos socioambientais, em particular, territoriais, dessas populações com o grande capital e o Estado.

Ainda de acordo com os autores supracitados (idem), conflitos esses originados à luz da confrontação de diferentes modos de representação social e de apropriação da natureza. De um lado, um modelo de propriedade privada e estatal, que visa o desenvolvimento do capital à custa do esgotamento dos recursos, e, do outro a propriedade comunitária e de subsistência, baseada no manejo da diversidade bioecológica dos ecossistemas estuarinos e oceânicos.

A construção do estaleiro teve ação direta no mercado imobiliário. Não só a Enseada do Paraguaçu foi diretamente afetada pelo empreendimento, mas toda a região circunvizinha. Os preços dos imóveis aumentaram e os conflitos se intensificaram entre os posseiros, que reivindicavam a identidade quilombola e a



posse coletiva da propriedade, e os que se colocam como donos das terras.

Segundo Dona Maria, algumas pessoas possuíam terrenos que estavam fechados, pois tinham ido para outras localidades em busca de melhores condições de vida. Porém, com a construção do estaleiro, voltaram e construíram casas, muitas destas ficam num lugar chamado Massaranduba II, uma rua perto do estaleiro.

Algumas pessoas, segundo relatos, estavam vendendo partes do terreno, que naquele momento estavam com preços altos, comparativamente com outras regiões. Informaram que em Cairú, que é um município próximo, um terreno de 500 m<sup>2</sup> estava sendo comprado por R\$ 20.000,00. Essa mesma metragem na Enseada estava por R\$ 40.000,00. Em média os terrenos estavam custando cerca de R\$ 30.000,00 e sendo comprados por pessoas de fora.

Embora desde 2005, exista a discussão sobre questão quilombola e a reivindicação da posse do território pelos moradores da Enseada. Esses problemas relacionados à especulação imobiliária e conflitos de interesses entre posseiros e fazendeiros, foram minimizados tanto no PDDM (2010), quanto no EIA/RIMA (2009).

## 2.6 AS TRANSFORMAÇÕES DOS PAPÉIS SOCIAIS DE CRIANÇAS E JOVENS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS ALTERAÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE SABERES/ APRENDIZAGENS.

A partir de relatos de jovens e dos moradores de São Roque e Enseada, farei uma análise sobre as alterações nas relações de aquisição de saberes/aprendizagem e sobre as modificações comportamentais de jovens e crianças. Nos grupos sociais residentes em áreas de cultura diferenciadas, como as comunidades pesqueiras, o aprendizado com os mais velhos é o principal mecanismo de aquisição do conhecimento, estes são repassados oralmente e complementados pelo aprender fazendo. (BANDEIRA E BRITO, 2011; CASTELLUCCI, 2009; COSTA, 2011; DIEGUES, 2004; IVO, 1975; RAMALHO, 2006)

Segundo Rangel (1999), em cada época e em cada lugar há uma maneira específica de marcar o momento de passagem para a idade adulta. O casamento, a

procriação e as responsabilidades produtivas, somados a outras características de status, obrigações e direitos, definem essa categoria de pessoas que constituem a força maior da reprodução da vida social. Cada sociedade elege o modo e o momento de transformar uma criança em um ser adulto. Na sociedade ocidental, passou-se a construir em tempos recentes um padrão de sociabilidade que incluiu uma fase intermediária chamada adolescência. Essa etapa da vida não corresponde, necessariamente, a uma fase biológica definida. Mas, uma fase psicológica cuja finalidade é adiar a transformação da criança em adulto.

Mead (1985), em seus estudos comparativos entre adolescentes na Samoa e nos Estados Unidos analisou que os conflitos entre pais e filhos na Samoa eram resolvidos sem maiores complicações. Para os residentes deste local não existiam deuses implacáveis e prontos a castigar a todos. A criança samoana não enfrentava dilemas sexuais e o sexo era visto como natural e prazeroso, sendo que experiências homossexuais entre as mulheres, segundo a visão de Mead (*idem*), eram consideradas jogos normais. Não havia grandes distinções entre o papel do jogo, das brincadeiras e do trabalho. Portanto, ela concluiu que para os jovens da Samoa, a adolescência não era uma fase nem social nem psicológica, porque não necessária.

Nas comunidades tradicionais, da mesma forma que analisada por Mead (*ibidem*), os espaços de lazer e trabalho, na maioria das vezes, não são demarcados rigidamente, como espaços de adultos e espaços de crianças. As crianças e jovens participam ativamente das festas, das brincadeiras e do mundo do trabalho, guardados os limites de idade e de força destes últimos.

Segundo Tassinari (2007), a adolescência tem sido cada vez mais ampliada para certas camadas sociais da sociedade ocidental dominante. O retardamento do início das funções produtivas é um dos fatores mais importantes que explicam esse fenômeno. Quer seja pela falta de empregos, quer pelas exigências de formação profissional cada vez mais especializada, as camadas mais altas da hierarquia social dependem da instituição escolar para alongar a adolescência de seus filhos, deixando-os na indefinição juvenil, às vezes por mais de dez anos. Por outro lado, nas camadas sociais mais pobres, o fenômeno inverte-se, exigindo que crianças de 7 a 12 anos abandonem a escola para trabalhar, pois necessitam contribuir para o orçamento familiar. Sendo assim, para o autor (*idem*), a nossa sociedade não possui critérios nítidos para promover a passagem da infância para a idade adulta, porque a

adolescência é vivida de maneira diferenciada pelos jovens de classes sociais distintas. Ao que tudo indica, há um padrão psicológico idealizado, que faz com que todos os jovens sejam tratados como imaturos, irresponsáveis e em crise constante. Mas, não há um padrão sociológico comum, que estabeleça obrigações, direitos e atividades típicas dessa fase intermediária.

Analisando a partir desses princípios, podemos perceber que diversos programas sociais e a aplicação de leis gerais sobre as populações tradicionais nem sempre analisam as especificidades que cada território ou povos possuem. As discussões sobre a aquisição de conhecimentos tradicionais não podem deixar de serem associadas às mudanças comportamentais e educacionais nestas comunidades e muito menos às interferências dos comportamentos importados, adquiridos através das mudanças sociais, contatos Inter étnicos e transformações socioambientais.

[...] Al tratar a las familias formando parte de redes sociales, se distinguen como espacios generadores de procesos permanentes de construcción de significados sociales, tanto en lo individual como en lo colectivo. A la vez, son sistemas abiertos que a través de un intercambio dinámico, entre sus integrantes y con otros grupos sociales, potencian los recursos disponibles para resolver sus supervivencias, en sus entornos inmediatos. (FERNANDEZ & MOROS:2004:1).

Em seus estudos pela Baía de Todos os Santos, Bandeira e Brito (2011), observaram que os pescadores e marisqueiras mais antigos possuem grande número de filhos e estes se tornam pais muito cedo, assumindo a sua própria família. O trabalho infantil torna-se comum, pois as crianças acompanham os pais na maré e no manguezal, aumentando conseqüentemente a força de trabalho familiar e a quantidade da pesca ou coleta. Os autores destacam a aquisição do conhecimento sobre a natureza, o trabalho, o ambiente marinho e costeiro que se desenvolve durante esse processo e chamam a atenção para a necessidade de um olhar mais reflexivo sobre essas populações, respeitando suas particularidades e seu modo de vida.

No entanto, os estudiosos supracitados (idem) destacam que a participação de jovens menores de idade na atividade da pesca não é só um imperativo de sobrevivência baseado no cálculo econômico do uso da mão de obra familiar, característico de sociedades desse tipo, mas é também uma tradição cultural de transmissão oral e prática de saberes sobre a pesca. Segundo eles, é nesse

momento que fazem-se os novos pescadores e marisqueiras, aprendendo com os pais sobre a localização de pesqueiros, as artes de pesca, os meios de orientação no mar, o ciclo biológico das espécies, as técnicas necessárias à navegação e a sobrevivência etc.

Os saberes são essenciais para a organização social e política dos moradores de localidades pesqueiras ou haliêuticas. O trabalho que garante a sobrevivência, garante também os frequentes encontros entre pescador-baía e marisqueiras-manguezal. Os saberes tradicionais, neste caso, transcendem o simples “saber pescar”. Uma das especificidades mais evidentes é a interação e interatividade entre os sistemas vivos e o sistema de marés.

[...] Diferente das outras florestas, o manguezal convive com o movimento das marés. Não só as plantas, mas os seres da fauna também têm o seu “tempo” controlado pelas marés. No caso dos extrativistas locais essa regra não é diferente. (SANTOS, 2008:6)

Segundo Diegues (2003), o conhecimento tradicional pesqueiro é cumulativo e produzido através das gerações, como também empírico, pois deve ser experimentado, a partir da vivência diária e se transforma em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas. Em entrevistas com grupos de jovens, percebi que os mesmos querem ter acesso a outro sistema de vida, não reproduzindo as vivências dos seus pais. Foi quase unanimidade nos discursos, a impossibilidade de ter uma vida confortável através da pesca. Eles se sentem pescadores, pois como relatam, cresceram na maré, dominam a arte da pesca e da mariscagem, porém possuem outros desejos.

Programas como o “Bolsa Família” do Governo Federal criam mecanismos para que esses jovens possam estudar e tentar alternativas aos empregos exercidos historicamente pelas famílias. Porém, ao mesmo tempo em que possibilitam essa mudança de realidade, surgem conflitos em relação ao papel desempenhado por essas novas gerações no sistema familiar e a sua garantia de sobrevivência futura.

A construção do EEP e todas as notícias sobre a implantação do Polo Naval deram a esses jovens a esperança de sair do sistema extrativista, no qual as localidades estão inseridas desde o período colonial. No entanto, esse desenvolvimento regional nem sempre se dá em conformidade com o acesso dos mesmos aos empregos, que, na maioria das vezes, são ocupados por pessoas de fora e que possuem maior qualificação e ou experiência no setor industrial.

Numa das manhãs, eu estava participando de uma roda de conversa com sete mulheres marisqueiras e residentes na região. Estávamos próximas a um manguezal, em frente à Associação de Pescadores e Marisqueiras de São Roque. A conversa discorria sobre a pesca e a coleta de mariscos, até que um grupo de moças jovens se aproximou e a conversa se direcionou para uma análise, muito interessante acerca do trabalho na infância e na juventude. Uma moça de 18 anos se aproximou junto com sua filhinha de quatro anos. Dona Lourdes<sup>65</sup> a apresentou como filha e neta, e disse:

[...] Tá vendo essa menina aí? Desde pequena que vai pra maré mariscar com a mãe, e eu digo Claudia tenha compaixão, isso é um crime, ela é uma criancita, mas ela não quer sair da maré não! Ela fala pra mim: “vó vou pamalé”, nem sabe falar ainda. Mas, todo mundo aqui começou na maré desde pequeno, e agora essa lei do governo, a lei da justiça está colocando todo mundo a perder, você vê um rapaz de dezoito anos, não trabalha! (Dona Lourdes, marisqueira aposentada)

Alguns rapazes passaram em frente ao local em que estávamos e Dona Lourdes apontou para um dos meninos e gritou: “Isso é homem de não trabalhar?” Outra respondeu: “Com uma maré grande dessa aí”. Uma terceira senhora grita: “Isso é um homem!” E começa um coro: “Preguiçoso! Preguiçoso!”. A senhora que começou a conversa, aponta para outra que está sentada e diz em tom de brincadeira: “É filho dessa aí”.

Elas passaram a relatar que no passado, assim que o dia amanhecia, se avistava a passagem de diversos grupos de meninos em direção à maré. Poucas horas depois, passavam com os pratinhos vendendo mariscos. Elas demonstraram uma grande preocupação com as novas gerações que estavam se negando a trabalhar na maré. Exaltavam o papel do controle feminino sobre os comportamentos desses jovens. Dona Lourdes continuou o discurso que foi apoiado pelas demais presentes:

Esses estão aí por milagre, porque as mães estão em cima e ainda ficam com ódio da mãe, porque a mãe toda hora chama, reclama. Começa pelo meu bisneto, fica com ódio, meu bisneto é um homem! Um homem! Não trabalha! Tá errado. (Dona Lourdes)

---

<sup>65</sup> Nome alterado

E pergunta para a pessoa do lado:

Diego<sup>66</sup> não tá um rapaz? Não trabalha! Não faz nada! Há se eu tivesse meus filhos pequenos pra ver se eles não apanhavam! É lei? Quero saber de lei não, pegavam e me soltavam, não iam fazer chouriça de mim! Pra que essa lei? Pra prejudicar a mãe? Depois tira o trabalho e a mãe fica com que possibilidade de criar aquele filho que não trabalha? Fica a mãe e o filho sem trabalhar, então bote trabalho, bote estudo, bote saúde, um hospital bom pra apoiar todo mundo. (Dona Lourdes)

Um grupo de rapazes se aproximou e a conversa do grupo se voltou para o comportamento destes em relação aos vestuários. Foi ressaltado com indignação, que, nos últimos tempos, os mesmos só queriam roupas de marca, exigindo dos pais, o que estes não podiam comprar. Esse fato, segundo as mesmas, estava incentivando a entrada de alguns no universo marginal, principalmente no “negócio do tráfico de drogas”.

Dona Clara,<sup>67</sup> que aparentava uns 45 anos, entrou na conversa e falou que estava criando um neto de 13 anos. Segundo ela, ele não queria trabalhar, “(...) não quer pegar no pesado, sabe que vida de pobre tem que pegar no pesado, mas ele só quer roupa de marca”.

E, em seguida, falou sobre a resposta que usava sobre os pedidos do neto:

Você só vai usar roupa de marca, no dia que trabalhar com o seu suor, porque se depender de mim, você vai usar o que eu achar na frente, o que meu dinheiro der pra comprar. Eu tenho medo, porque o jeito, a ginga deles tá diferente, não tem como a gente se adaptar não. Só se a gente se jogar no meio do mato, porque não me acostumo não. Só querem boné disso, bermuda daquilo, não querem “roupa peba”<sup>68</sup> não. Eles hoje se a gente chamar pra pescar ou ir pra maré dizem logo: se me chamar dou queixa, vou pra delegacia. (Dona Clara marisqueira)

Na maior parte dos discursos daqueles que estavam ativos no mercado de trabalho, a pesca aparecia como uma “ajuda” a que recorriam quando estavam desempregados, como um lazer no fim de semana ou ainda como complemento da renda. No entanto, devido à extrema intermitência do trabalho formal, a pesca e o

---

<sup>66</sup> Nome alterado

<sup>67</sup> Nome alterado

<sup>68</sup> Roupas peba nesse caso se refere a roupas baratas de marcas desconhecidas. Os jovens preferiam marcas relacionadas ao surf que estavam em moda no momento.

extrativismo de mariscos e crustáceos continuavam sendo a principal atividade econômica das pessoas residentes. Devido a esse sustentáculo, é compreensível a preocupação das mulheres mais velhas em relação ao futuro dos jovens, entendendo que a aquisição dos conhecimentos tradicionais se dá, como descrito anteriormente através do aprendizado com os mais velhos e da prática, ou seja, aprender fazendo. Existe, portanto, para elas, um risco real sobre a sobrevivência e permanência desses jovens na região.

Em uma conversa com Dona Maria na Enseada, ela virou-se para o lado e apontou para um alguns jovens que estavam conversando na casa vizinha e falou:

Pergunte a um jovem desses se eles querem viver de maré? Pergunte se meus filhos querem pescar? Não tem nem peixe pra comprar, antigamente meu pai dizia mande trazer os balaios pra colocar o camarão. Antigamente tinha peixe pra vender, mas não tinha dinheiro pra comprar, trocava por farinha, por açúcar, por café. Agora tem o dinheiro, mas não tem peixe pra comprar, mas a falta dos peixes não começou agora, já dura um tempo. (Dona Maria, marisqueira aposentada)

Na casa ao lado, seis jovens conversavam, todos usavam bermudas com marcas de surf, os cabelos eram crespos e enfeitados com desenhos feitos à base de navalha, alguns usavam brincos e todos tinham correntes no pescoço. A idade variava entre 18 a 21 anos, e todos tinham tido a experiência de trabalhar no Estaleiro.

A minha presença na casa ao lado já estava causando certa curiosidade ao grupo. Dona Maria gritou que eu iria conversar com eles e falou que eu era uma moça da Universidade. Aproximei-me e foram bem solícitos. Pareciam tristes. Um deles estava com uma criança pequena no colo. Ele tinha 21 anos e tinha mais um filho que estava dentro de casa, com uma moça que aparentava ser um pouco mais nova.

O mais velho, com o filho na mão, começou a conversa e disse que foi boa a vinda do estaleiro para a Enseada, pois era o único trabalho que tinham perto de casa e todos conseguiam se empregar. “Aqui trabalho é muito difícil, só pescar, biscate, só ajudante de pedreiro, só resta o estaleiro”. Segundo ele, muita gente se empregou, mas existia sempre um problema que eram as demissões, e estas, às

vezes, aconteciam com um ou dois meses, “Teve muitos colegas da gente que fichou<sup>69</sup> e não demorou quinze dias, sacanagem, sujando a carteira da pessoa, mas antes não empregassem”.

Eles disseram que “os de fora” recebiam um melhor tratamento na empresa do que “os de dentro”. Um dos mais jovens falou com voz firme “tem que dar prioridade aos daqui, porque é o único trabalho que temos para sobreviver”. Um outro, que até então estava calado, complementou: “O que nós vamos fazer aqui? Como vou sustentar meu filho? Nem roubar a gente pode, porque é todo mundo pobre”.

Segundo os relatos dos jovens, “os de fora” vinham, principalmente das cidades baianas de Salvador e Paulo Afonso e outros, do Rio e de São Paulo. Esses eram chamados por eles de “as equipes deles”, que mandavam buscar e quando chegavam, ocupavam o lugar daqueles “da terra”.

Um jovem de 19 anos disse que estava trabalhando até dois meses atrás e agora estava sentindo algo ruim, porque estava acostumado a trabalhar e não a ficar parado. Ele tinha trabalhado como soldador. Fez o curso no SENAI de São Roque e tinha se submetido e passado no processo de classificação, que segundo eles, era um curso interno oferecido pela Empresa do Estaleiro, onde acontecia a contratação caso mostrassem talento.

A maior parte não possuía a carteira de pescador e nem era associada à Associação de pescadores e marisqueiras. Eles justificaram que, quando chegou a época em que completariam a idade para fazerem a carteira, veio a obra do estaleiro e eles preferiram se dedicar a entrar no empreendimento.

Embora falassem da pesca como o “não trabalho”, nenhum dos jovens tinha se afastado do sistema de pescaria. Quando perguntei a diversos grupos se sabiam pescar, falavam orgulhosos: “sabemos sim, nascemos aqui”. Era como se os saberes da pesca fossem inerentes ao nascimento no local e ao pertencimento ao lugar. Sempre complementavam orgulhosos “sabemos pescar siri, caranguejo, peixe, camarão” e nesse momento eles falavam com certo orgulho, “somos pescadores”. Avinda do estaleiro para o local sempre aparecia nesses momentos de conversa sobre a pesca, como algo que trouxe um malefício para a natureza e

---

<sup>69</sup> Assinou contrato com a empresa



afastou as espécies de peixes, mariscos e crustáceos da região, como podemos perceber no discurso deste jovem que prefere não ser identificado: “depois que cavou a maré a pesca está difícil e o povo do estaleiro não reconhece isso, por isso muitos jovens estão saindo da Enseada, como vou criar meus filhos sem emprego, o jeito vai ser ir embora”.

A instabilidade da pesca e da mariscagem é uma realidade para os grupos residentes em áreas pesqueiras. Embora muitas vezes pareçam isoladas, estas populações estão sujeitas a diversas transformações advindas das sociedades mais amplas como: a pesca industrial, que impede que os cardumes entrem na baía; as represas que modificam o volume das águas, como no caso de Pedra do Cavalo; os acidentes naturais não explicados, como a maré vermelha, que suspendeu no ano de 2007 a pesca por diversos meses, deixando as populações da BTS com dificuldades de sobrevivência; aquecimento das águas devido às tubulações da Petrobras, como nas regiões de Madre de Deus, entre outros.

Algumas vezes essas transformações são passageiras, em outras são profundas e causam danos duradouros. Diante desses riscos e vulnerabilidades, vislumbrar uma possível estabilidade financeira e uma possibilidade de projeção de planos e de aquisições de bens traz para essas populações e, em especial aos mais jovens, uma esperança de corte das relações históricas ligadas à falta de um capital circulante. No entanto, essa esperança, na maioria das vezes, não se concretiza, e muitos jovens deixam de adquirir saberes e direitos como o defeso, que são fundamentais para que possam continuar a se reproduzir socialmente nas localidades.

### 3 INTERMITÊNCIAS, MORTE E CARTAS: UMA BREVE ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA.

*[...] É certo que seria preciso estar cega de todo para não ver como, quase de um momento para o outro, se lhes tinham enchido os templos de gente aflita que ia procurar uma palavra de esperança, de um consolo de um bálsamo, de um analgésico, de um tranquilizante espiritual. Pessoas que até ai tinham vivido conscientes de que a morte é certa e de que a ela não há meio de escapar, mas pensando ao mesmo tempo que, havendo tanta gente pra morrer, só por um grande azar lhes tocaria a vez, passavam agora o tempo a espreitar por trás da cortina da janela a ver se vinha o carteiro ou tremendo de ter de voltar a casa, onde a temível carta de cor violeta pior que um sanguinário monstro de fauces escancaradas, poderia estar atrás da porta para lhes saltar em cima.*

(SARAMAGO, 2005: 132)

Neste capítulo, irei comparar as transformações espaços-temporais e sociais em contextos de decadência de diferentes ciclos econômicos na região do Iguape e nas áreas pesquisadas. Para isso, inicialmente irei situar o leitor sobre um dos principais acontecimentos que marcaram esta tese. No ano de 2014, uma grande crise toma conta do país. Diversas empresas nacionais que possuíam contrato com

a Petrobras, foram denunciadas numa série de operações da Polícia Federal. Dentre essas empresas, estavam as formadoras do Consórcio Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP).

Diante dos desdobramentos das investigações, diversos contratos foram suspensos e demissões começam a ocorrer. Inicialmente as obras contavam com aproximadamente 6.000 operários. Ao fim da pesquisa de campo em junho de 2016, em média 60 pessoas estavam empregadas no local.

Numa tarde de janeiro de 2015, estava conversando com um grupo de jovens da Enseada do Paraguaçu, existia um clima de tensão e angústia no ar, quando um deles falou: “Eles dão oportunidade, a gente vai se empregar e depois vai perdendo a esperança, uma falsa esperança, porque com um ou dois meses estamos saindo. Que nem aquele ali mesmo, OLHA O PAPEL!”

Um rapaz, que aparentava uns trinta e cinco anos, passou em frente a casa em que estávamos com sua farda laranja e a cabeça baixa. Nas mãos segurava um papel em forma de canudo. Perguntei, ele está saindo? E todos respondem ao mesmo tempo: “OLHA O PAPEL! OLHA O PAPEL ALI NA MÃO DELE!”. Um semblante de tristeza tomou conta de todos os rapazes e, após certo silêncio, disseram que todo dia passava um com o papel na mão, que aquilo era a carta de demissão. Outros rapazes passaram com as mesmas cartas em direção à pequena rua de areia que dava acesso a praia e os jovens novamente apontaram, àqueles ali também estão com a carta, e fizeram silêncio.

Encerrei a conversa com os jovens, me dirigi à praia a fim de pegar o barco e fazer a travessia para o Distrito de São Roque. Lá encontrei os rapazes que passaram com as cartas na mão. Estavam encostados na sombra de um grande barco e também esperavam a embarcação. Fiquei ao lado deles. Eram cinco da tarde, os três homens estavam com as fardas laranjas. Dois tinham tirado a camisa e falavam sobre os exames demissionais.

A partir desse episódio das cartas de demissão, decidi usar a obra ficcional de Saramago “As Intermittências da morte (2005)”, para destacar diferentes fases que marcam as vidas das pessoas e grupos residentes em São Roque e Enseada do Paraguaçu. A partir de três temas extraídos do romance: Intermittência, Morte e Cartas, busquei conectar redes e acontecimentos relacionados às instabilidades, rupturas, transitoriedades e analisar diferentes momentos sócio-antropológicos e históricos das áreas estudadas.

Saramago (2005), em “As Intermittências da Morte” narra os caprichos da morte, quando ela decide que a partir do dia 1º de janeiro, ninguém mais morreria naquele país. Vista sempre como negativa e odiada, a morte retira-se de cena, causando um desequilíbrio na vida dos seus habitantes, envolvidos num conflito entre o alívio e o caos. A intermitência dura sete meses, quando então a morte anuncia numa carta cor de violeta, em rede nacional de televisão que voltaria à cena. Entre o alívio de livrar-se do fardo de carregar gerações inteiras de corpos decrépitos e semi-mortos e o medo de espreitar-se com a carta que lhes ceifaria a vida em uma semana, tece-se a trama onde a previsibilidade e o medo tomam a cena e igualam todos em possíveis alvos.

O que fazer diante da morte anunciada? Em todos os cantos sempre se escutava alguém falar: “Só existe uma certeza que é a morte”. Não sabendo quando ocorrerá esse inexorável destino, afastamos a tal certeza do cotidiano a fim de não amargarmos o resto da nossa finitude. Sem a existência de uma ordem, numa roleta russa onde o tambor possui milhões de câmaras, somos alvos incertos, observadores daqueles menos afortunados, talvez menos competentes em assegurar a própria existência.

### 3.1 INTERMITÊNCIAS

Intermitência: descontinuação, interrupção, intervalo, parada, ir e voltar<sup>70</sup>, sinônimos que determinam recortes temporais. Usei essa palavra para analisar o processo histórico que acompanha as populações ribeirinhas das localidades em estudo. A maior parte dos entrevistados e das pessoas que conversei durante o meu processo de pesquisa, descende historicamente de populações que foram trazidas à região desde o período colonial, sendo que a maior parte se autodenomina como descendentes de escravos.

A partir da chegada da colonização na BTS e mais particularmente em São

---

<sup>70</sup><https://www.sinonimos.com.br/intermitencia/>

Roque e Enseada do Paraguaçu, o território vivenciou diversas intermitências, principalmente de caráter exógeno. Entre estas destaco a invasão portuguesa aos territórios indígenas no século XVI e expulsão desses povos da região; a ruptura com a terra natal e fixação dos africanos e seus descendentes nos engenhos, fazendas e armações; o desmantelamento de regime escravista; à chegada em 1977 do Canteiro de obras da Petrobras; a implantação das obras do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e do Polo naval a partir de 2006 e mais intensamente a partir de 2012. Essas intermitências tiveram ação sobre a vida das pessoas que residiam nas localidades e apresentaram em comum a precarização do trabalho e a inconstância do emprego formal.

No processo de descobrimento do século XVI, os portugueses constituíram um núcleo colonial na Baía de Todos os Santos, ponto de apoio na costa atlântica ocidental para a carreira das Índias e para a conquista das terras do Brasil, entre as terras cobiçadas pelos colonizadores, estava Baía de Iguape, onde as águas do Rio Paraguaçu permitiam acesso privilegiado à diversos pontos do Recôncavo baiano. De acordo com Araújo (2011), a apropriação deste espaço constituído pela Baía e seu entorno tornou-se possível pela articulação de elementos da tecnologia avançada no século XVI: o engenho de açúcar, as artes de navegação e as técnicas de construção naval. “Sobre esta base tecnológica instalou-se uma agroindústria açucareira e uma complexa sociedade escravista que, qual um umbigo, alimentou a construção do Brasil português” (ARAÚJO, idem: 51).

Segundo Bandeira e Brito (2011), a partir dos registros históricos dos intercâmbios socioculturais de técnicas e conhecimentos, e das alianças eventuais entre índios, populações negras aquilombadas, negros libertos sem senhor, empregados no ofício de pescador, bem como de trocas econômicas e sociais entre quilombos e pequenos comerciantes, que começou a se formar-se nesta região da BTS, uma cultura da pesca, associada a grupos mais ou menos coesos, durante os séculos XVIII e XIX.

[...] Terras extremamente férteis da Bacia sedimentar do Recôncavo garantiam uma espetacular produção de açúcar. As penetrações francas pelos estuários Jaguaripe, Paraguaçu e Subaé para o interior imediato e o sertão, compunham a receita ambiental de sucesso que moveu a economia do Brasil por mais de quatro séculos. (BANDEIRA e BRITO, 2011:294)

Barickman (2003) analisa que a produção açucareira no Recôncavo,

remontava a meados do século XVI, sendo que no início do século XIX, os engenhos da região provavelmente forneciam a terça parte de todo o açúcar exportado pelo Brasil, tornando a região uma das freguesias açucareiras mais ricas e mais produtivas da Bahia. Em 1835, foi realizado um censo nominativo para investigar os fogos (as unidades domésticas) dos senhores de engenho e dos lavradores de cana abastados numa freguesia açucareira tradicional do Recôncavo baiano. Segundo esse censo, funcionava na Baía de Iguape 21 engenhos “moentes e correntes”, cada um dos quais consta no censo como um fogo.

A partir da análise de autores como Barickman (2003), Castellucci (2005), Bandeira e Brito (2011), Guimarães (2015), observamos que no contexto de desagregação do regime escravista, as populações remanescentes da Baía do Iguape se agruparam nas proximidades dos engenhos, passando a viver de atividades ligadas principalmente à pesca, ao plantio e ao extrativismo. De forma intermitente, diversos ciclos econômicos se instalaram na Baía de Iguape e seu entorno.

Segundo Carvalho e Heimer (2015), no século XIX, grande parte da vegetação nativa da Baía de Iguape foi desmatada para dar lugar a plantações de cana, mandioca e, a partir do século XIX, do fumo. No entanto, algumas fazendas preservavam porções do mangue, onde agricultores livres e principalmente escravos da lavoura de cana pescavam e mariscavam. Segundo os autores acima, com o declínio das produções açucareiras e fumageiras na região, algumas fazendas foram abandonadas e o comércio portuário de transporte destes produtos para o Porto de Salvador, diminuiu. A pesca que já fazia parte do cotidiano dessa população se tornou uma alternativa de sobrevivência.

De acordo com Castellucci (2005), os escravos e os forros das regiões do entorno da BTS estavam envolvidos nos negócios da caça da baleia, e após o fechamento das armações (locais de produção agrícola e pesqueira), no final do século XIX, muitos deles conseguiram constituir o seu próprio patrimônio e criar a partir do comércio do cetáceo uma rede de solidariedade. Primeiro, para a compra da liberdade dos cativos e, depois, para auxílio financeiro para aqueles que não conseguiam constituir um patrimônio.

[...] Em seus últimos anos, enquanto antigos senhores, donos de armações, mergulhavam numa grave crise econômica, a pesca da baleia foi o meio pelo qual ex-escravos encontravam possibilidades de sobrevivência, ascensão econômica e resgate de seus conterrâneos do cativo. (CASTELLUCCI, 2005: 167-168).

Na ausência do emprego no setor formal de trabalho, a pesca e a mariscagem, se colocam como uma das únicas frentes de trabalho na região da BTS. No entanto, como afirmam Bandeira e Brito (2011), não é apenas uma alternativa de sobrevivência, na falta do emprego gerado pela economia regional e praticadas por populações excluídas do mercado de trabalho formal, ela é “uma herança secular que dá sentido à existência individual, que cimenta e regula a vida em grupo e provê matéria à imaginação social”. (BANDEIRA E BRITO, 2011:304).

Até a década de 70, as populações residentes nas áreas de São Roque e Enseada do Paraguaçu tinham como principal alicerce a economia autossustentável que incluía além da pesca, extrativismo e criatórios de animais, beneficiamento da piaçava, processada de maneira simples, fabricação artesanal da farinha de mandioca nas casas de farinha e do azeite de dendê.

Pela proximidade de Salvador, outras regiões do Recôncavo e das estradas do Baixo Sul da Bahia, a migração era uma constante entre as famílias locais. A oferta esporádica de emprego passou a atrair pessoas para estas localidades, a partir da implantação do canteiro de obras da Petrobras em 1977. O canteiro funcionou de forma intermitente, chegando a ficar mais de uma década sem funcionamento.

A partir de 2006, o fluxo de pessoas aumentou em função dos empregos oferecidos com a construção da plataforma de rebombeio autônoma PRA-1, que foi construída pela Petrobras. Com a implantação das obras de construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e reabertura do canteiro de obras da Petrobras em 2012, São Roque e Enseada do Paraguaçu experimentaram a maior imigração de pessoas e circulação de bens e serviços da sua história.

A implantação da indústria naval na região e o planejamento do Polo Naval era um projeto que alimentava a ideia de desenvolvimento e de aumento de renda e empregabilidade para as pessoas residentes, não só nas áreas em que foram implantadas, mas, para toda a região circunvizinha.

Minha pesquisa de campo começou em março de 2013, período em que as obras do Canteiro de obras de São Roque foram retomadas e a Construção do

Estaleiro Enseada do Paraguaçu estava iniciando, àquela era a primeira fase da implantação do Polo Industrial Naval projetado pelo Governo do Estado da Bahia. Na época estava sendo construído o dique seco<sup>71</sup> e diversos navios dragavam o fundo da Baía para dar profundidade e permitir a entrada e saída de navios de grande porte. Nessa etapa grande parteda mão de obra local foi absorvida, porém era um emprego provisório, já que após a conclusão desta etapa, outras contratações entrariam em cena, para o desenvolvimento da etapa de produção.

Embora soubessem da finitude da obra, existia uma crença, de acordo com os depoimentos, de que seriam logo absorvidos nas etapas sucessórias e de que haveria prioridade para os “da terra” na distribuição dos empregos. Na primeira fase da minha pesquisa, a rivalidade entre empregados e desempregados, “os de dentro” e “os de fora”, foi um dado constante dos depoimentos. O estar ou não vestindo a farda laranja era um marcador de status, como expresso nas palavras da marisqueira Lívia<sup>72</sup> “Algumas pessoas do local, quando começam a trabalhar no canteiro de obras de São Roque ou nas obras do estaleiro, passam e não falam mais com os vizinhos, mudam o comportamento com àqueles que estavam fora das empresas”.

A igualdade e a diferença naquele momento se estabeleciam a partir do acesso ao emprego formal. Essa diferenciação marcava, de forma bem nítida, as relações temporais e trabalhistas. De um lado, o tempo da fábrica; do outro o tempo da vida cotidiana. De um lado, o “estar trabalhando”, o orgulho; do outro, o “nesse momento não estou fazendo nada, só pescando”, a tristeza presente na fala. A pesca, que historicamente sustentou e serviu de alicerce para a sobrevivência das populações locais, foi descrita nos depoimentos como o “não trabalho”, a forma de sobrevivência que não os distinguia, que os tornavam iguais, historicamente excluídos e invisibilizados, mas que, no entanto, fazia parte da construção da própria concepção do existir no mundo.

O ano de 2014 foi marcado por dois acontecimentos que afetaram fortemente a maior e mais importante empresa estatal brasileira, a Petrobras. Foram estes a

---

<sup>71</sup>Recinto cavado à beira de um braço de água (mar, rio, etc) de forma a receber uma ou mais embarcações em simultâneo para vistorias, fabrico, limpeza ou construção, sendo mais uma Oficina-Naval que um Estaleiro, propriamente dito.

<sup>72</sup> Nome alterado



queda no preço do barril de petróleo a nível mundial e uma série de denúncias envolvendo a Petrobras, executivos de empreiteiras, altos funcionários e partidos políticos.

Em 17 de março de 2014, um estranho movimento passa a tomar conta do país, a Polícia Federal deflagrou a “Operação Lava-Jato”. Segundo as notícias coletadas do site da Polícia Federal<sup>73</sup>, o objetivo era desarticular organizações criminosas que tinham como finalidade a lavagem de dinheiro em diversos Estados da Federação. A operação recebeu o nome “Lava-Jato” porque a começou com a descoberta de um esquema de movimentação de valores e lavagem de dinheiro, onde supostamente um grupo usava uma rede de lavanderias e postos de combustíveis. O posto pertencia a Carlos Habib Chater, que operava uma casa de câmbio no DF<sup>74</sup>.

Nos primeiros momentos acompanhei as notícias que surgiam nas mídias televisivas e virtuais sobre a “Lava-Jato” como expectadora e cidadã. No entanto, novas notícias surgiam diariamente, novos envolvidos, novas prisões e delações. Entre as empresas alvo das investigações, três estavam diretamente relacionadas à minha pesquisa como sócias do EEP (Odebrecht, OAS e UTC), além da principal cliente e financiadora da obra a Petrobras. Empresas nacionais de alto prestígio estavam no centro das investigações.

Diante da crise estabelecida, diversas categorias emergiram em meu campo de pesquisa, relacionadas à natureza, à política, à economia, à sociabilidade, à construção identitária, aos discursos etc. Diante da abertura destes diversos campos de análises, a crise passou a instalar-se no próprio processo de investigação, passei a me tornar mais um elo desta crise. Estabeleceu-se um ponto de tensão entre mim e o meu objeto de estudo. A crise deixou de ser contexto e se tornou ator, se tornou ação.

---

<sup>73</sup><http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/operacao-lava-jato>. Acesso em 06 de janeiro de 2015

<sup>74</sup><http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/operacao-lava-jato>. Acesso em 06 de janeiro de 2015.

### 3.2 A MORTE: CRISE E QUEBRA DE CONTRATO

Embora a etapa da obra de construção do EEP tivesse prazo para terminar e as demissões fossem inexoráveis, a ideia de desenvolvimento e esperança de alcançar a modernidade criavam uma falsa segurança de vida, uma efemeridade de sucesso. As demissões eram aleatórias, assim como a possibilidade da morte. Aparentemente não havia predileções. A cada demissão se vencida uma batalha em assegurar a permanência no trabalho.

Mais um período de fartura tinha se instalado na região, um período de intermitência, como no livro de Saramago em que parecia estar tudo bem com a ausência da morte. A construção do Estaleiro e os planos decorrentes do PAC pareciam, enfim, trazer o tão sonhado desenvolvimento. O início do empreendimento deu às populações dos distritos a esperança de estabilidade no emprego, a segurança financeira, a expectativas de viver mais e melhor.

Tanto a morte quanto o desemprego eram fatídicos: A construção iria acabar, embora tivessem a sensação efêmera do sucesso. As demissões de 2014 e 2015 anteciparam algo que seria natural ao fim da obra. De qualquer forma o tempo de vida daquela etapa da obra era curto, mas antecipar o seu fim causou um grande mal estar, como a morte infantil, pois era um projeto que vislumbrava um futuro e que poderia ter dado frutos, como os empregos advindos das construções dos navios do Estaleiro ou das demais obras do polo naval. Sendo assim, essa morte ou interrupção se tornou mais dramática.

### 3.3 CARTAS

No livro de Saramago, sem saber quando se vai morrer, as pessoas se conformavam mais ou menos com os que partiam. Conformavam-se com o inexorável destino, até que as cartas da morte começaram a chegar. Não se podiam mais regozijar-se dos pobres infelizes, aqueles sem sorte, menos afortunados, talvez

menos competentes em assegurar sua própria vida. A carta igualava a todos em possíveis vítimas. Qualquer um poderia ser o escolhido, amedida que um a recebia intensificava-se a certeza de que o processo continuava de forma cronológica. Cada dia poderia ser o último.

Assim como a morte do corpo, a morte da primeira etapa do Empreendimento Enseada do Paraguaçu, aconteceria. A efemeridade da vivência no empreendimento era de amplo conhecimento, mas assim como a vida, esperava-se apreender cada instante, imaginando que algo mágico pudesse acontecer, como a vida eterna. As intermitências não eram tão recentes, desde a implantação do canteiro de obras em 1977, aprenderam a lidar com essa realidade de saída e retorno ao emprego formal. A interrupção prematura, a morte na infância é que assustou. Não a morte natural que seguiria seu curso, e sim a morte trágica, inesperada.

Para aqueles que estavam afastados, as cartas que circulavam nas mãos dos recém demitidos, reafirmavam que estava distante a possível volta à “normalidade”. As cartas de demissão, neste momento, traziam à tona não só as angústias do desemprego, mas a criação de uma rede de solidariedade.

As cartas de demissões são analisadas aqui, como elementos não humanos que agem sobre os atores sociais, ou como Latour (1994) define, um objeto que atua modificando os comportamentos e ações. A carta de demissão é um objeto, que possui ação real sobre a vida das pessoas, ela indica a inserção ou não no mercado de trabalho. No entanto, no momento que estas cartas passam a circular intensamente nas mãos de diversos trabalhadores dos empreendimentos, ela expande sua atuação.

As relações estabelecidas com o advento da implantação do Estaleiro se tornaram cada vez mais individualizadas, separando àqueles que pertenciam ou não ao que se configurou como “mundo do trabalho”, repercutindo nas relações de vizinhança e muitas vezes na ruptura de laços sociais e de parentesco. A crise instalada após as demissões passa a reconstruir essas antigas relações. A carta passa a ser um veículo de solidariedade, não mais um objeto que pertence a um indivíduo, ela nesse momento representa uma coletividade, onde estão atribuídos medos, desejos, esperanças e frustrações. O passar com a carta de demissão invoca um sentido de solidariedade, onde a rivalidade antes existente cede espaço para o acolhimento e a coesão social.

### 3.4 A CRISE MUNDIAL E A LAVA-JATOCOMO CAUSA MORTIS

Desenvolverei a seguir um breve relato das ações que se desenrolaram após a “Operação Lava-Jato” de março de 2014 a fevereiro de 2015, quando se encerrou provisoriamente as atividades no Consórcio Enseada do Paraguaçu. Essa análise se faz necessária, pois a minha pesquisa ficou comprometida em função do envolvimento das empresas formadoras do consórcio com as investigações da Polícia Federal e das demissões que se seguiram.

A operação inicial contou com a participação de aproximadamente 400 policiais federais que deram cumprimento a 81 mandados de busca e apreensão, 18 mandados de prisão preventiva, 10 mandados de prisão temporária e 19 mandados de condução coercitiva, em 17 cidades<sup>75</sup>.

Segundo informações do Ministério Público Federal<sup>76</sup>, normalmente as empreiteiras para executar obras ligadas à Petrobras, concorriam entre si nas licitações, vencendo a que estipulasse o menor preço. No entanto, foi supostamente descoberto um esquema em que as empresas se cartelizaram em um “clube”, a fim de substituir a concorrência real por uma ilusória.

No dia 17 de março de 2014, a Polícia Federal deflagrou a “Operação Lava-Jato” em seis Estados brasileiros e no Distrito Federal. Inicialmente dezessete pessoas foram presas, entre elas, Alberto Youssef, doleiro suspeito de comandar o esquema de corrupção. Dias depois, o Diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi preso. No dia 11 do mesmo mês ampliaram-se as investigações sobre negócios da Petrobras e a sede da estatal no Rio foi ocupada numa operação de busca e apreensão. No dia 14 de maio de 2014 a CPI<sup>77</sup> da Petrobras foi instalada no Senado.

Em agosto de 2014 a “Lava-Jato” começou a utilizar um processo que foi alvo

---

<sup>75</sup>PR (Curitiba, São José dos Pinhais, Londrina e Foz do Iguaçu), SP(São Paulo, Mairiporã, Votuporanga, Vinhedo, Assis e Indaiatuba) DF(Brasília, Águas Claras e Taguatinga Norte), RS(Porto Alegre), SC (Balneário Camboriú), RJ (Rio de Janeiro), MT(Cuiabá). Os mandados foram expedidos pela Justiça Federal no Estado do Paraná. <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2014/03/operacao-lava-jato-desarticula-rede-de-lavagem-de-dinheiro-em-7-estados> . Acesso em 06/01/2017

<sup>76</sup><http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> Acesso em 06/01/2017

<sup>77</sup>Comissão Parlamentar de Inquérito

de grandes controvérsias, designado acordo de delação premiada. De acordo com Jesus (2006), a delação premiada é uma incriminação de terceiros, feita por um sujeito investigado, indiciado ou réu, durante um interrogatório. Esse processo é incentivado pelo legislador, que premia o delator, concedendo-lhe benefícios como (redução de pena, perdão judicial, aplicação de regime penitenciário brando etc). Segundo Fonseca (2008), para ter direito a delação premiada o acusado deve ser réu primário, ou seja, apesar de estar sendo processado criminalmente, não tem qualquer sentença penal condenatória transitada em julgado<sup>78</sup> contra si num período de 5 anos.

Segundo Ribeiro (2010), a doutrina jurídica e a jurisprudência divergem sobre o valor da delação premiada como prova, sendo que há quem atribua ao instituto força incriminadora e outros que acreditam que a delação por si só, sem apoiar-se em outras provas constantes nos autos, não tem o valor de estabelecer um decreto condenatório. Portanto, essa delação, é prova insuficiente para ensejar uma sentença condenatória do acusado, visto que o delator poderia falsear informações visando vingança ou obtenção de benefício.

Em 22 de agosto de 2014, Paulo Roberto Costa (diretor da Petrobras), aceitou fechar acordo de delação premiada com procuradores que atuavam na Operação Lava-Jato para deixar a prisão. A ação da PF atinge dez empresas, entre elas gigantes como a Camargo Corrêa e a OAS. Em depoimento, o executivo Augusto Mendonça Neto afirma que havia um "clube da propina" de empreiteiras com a Petrobras, liderado pelo empresário Ricardo Ribeiro Pessoa, sócio da UTC Engenharia. No dia 16 de dezembro de 2014 a Justiça Federal do Paraná aceitou denúncias contra mais 17 acusados na Operação Lava-Jato, dentre os quais Ricardo Ribeiro Pessoa, sócio-proprietário da UTC Engenharia, e dirigentes da Camargo Corrêa e da Mendes Júnior, algumas das principais empreiteiras do país.

Em 30 de dezembro de 2014, a Petrobras suspendeu negócios com 23

---

<sup>78</sup> Sentença Penal condenatória transitada em julgado é aquela sentença a qual não cabe mais nenhum recurso, ou seja, é aquela sentença que não se pode mais recorrer ou por ter se esgotado as instâncias recursais ou por decurso de prazo. Constituição Federal (Brasil, 1988).

fornecedoras citadas na Operação Lava-Jato. Tornando-as temporariamente impedidas de serem contratadas e de participarem de licitações da estatal. Entre elas a OAS, Odebrecht e UTC.

Em 6 de dezembro de 2014, o preço do petróleo nos mercados de Londres e Nova York, alcança o menor valor desde 2009. A queda do preço do petróleo no mercado internacional também diminui a rentabilidade dos projetos de exploração no pré-sal, que foram planejados levando em conta um preço mínimo do barril entre US\$ 45 e US\$ 52 para a produção poder ser considerada economicamente viável.

No início da queda do preço do barril de petróleo a nível mundial, o então Ministro da Fazenda (Guido Mantega) em entrevista à BBC news em outubro de 2014<sup>79</sup>, dimensionou os impactos sofridos pela Petrobras, afirmou que esse evento poderia prejudicar tanto a receita com exportações da Petrobras quanto os planos de investimento da estatal no pré-sal, porque os custos para se extrair petróleo das reservas do pré-sal seriam mais altos do que os de reservas tradicionais. Esse fato repercutiu sobre os investimentos no EEP, pois a principal função do Empreendimento até aquele momento era a fabricação de navios para a exploração do pré-sal.

Dentre as primeiras medidas a serem tomadas com a suspensão dos contratos entre a Petrobrás e o Consórcio EEP, aparece o enxugamento do quadro de funcionários, que ocasionou a demissão em massa de trabalhadores, e deu início a uma série de mobilizações. A principal delas aconteceu na cidade de Salvador na Praça Newton Rique em frente ao Shopping Iguatemi, ponto estratégico de grande circulação de pessoas e tráfego de veículos, os trabalhadores saíram em caminhada em direção à Avenida Tancredo Neves (centro comercial moderno de Salvador), com trio elétrico, faixas e cartazes.

---

<sup>79</sup>[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141014\\_petroleo\\_perde\\_ganha\\_pai](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141014_petroleo_perde_ganha_pai)

Figura 10: Protesto dos trabalhadores da Enseada contra as demissões do EEP



Fonte: <http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1645786>

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Industrial do Estado da Bahia (Sintepav), as primeiras demissões atingiram 470 funcionários em dezembro de 2014. No dia 6 de janeiro, 500 funcionários. Os desligamentos foram sucessivos e teve a culminância com o encerramento das atividades do Consórcio Estaleiro Enseada do Paraguaçu em 28 de fevereiro de 2015. Entre novembro de 2014 e janeiro de 2015, 1.081 funcionários foram demitidos. Em 11 de fevereiro de 2015, mais 350 e outros 600 foram desligados no fim de fevereiro.

As sucessivas crises do ano de 2014 abalaram profundamente as empresas relacionadas à Petrobras, principalmente àquelas que direta ou indiretamente estavam ligadas à exploração e/ou processamento de produtos relativos ao pré-sal. Todo o processo de fortalecimento das empresas nacionais e da inserção das mesmas como competidoras no mercado mundial, que vinham se desenvolvendo desde o início do projeto neodesenvolvimentista teve uma suspensão provisória, iniciando processos de demissões em massa em diversas obras do PAC. Mais particularmente, exponho nesse trabalho, as demissões do Consórcio EEP como causa mortis do empreendimento e o início de mais uma intermitência produtiva em São Roque e Enseada do Paraguaçu.

As ações decorrentes dessa operação e a crise instalada no Brasil, após a sua deflagração, modificaram o cenário político e econômico, tendo como principais alvos o setor empresarial, os investimentos estatais e o projeto

neodesenvolvimentista. Iniciando assim, uma fase de retomada do projeto neoliberal no país.



#### **4 CENÁRIO PÓS LAVA-JATO: SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU (DE NOVEMBRO DE 2014 A FEVEREIRO DE 2015)**

Neste capítulo irei analisar os efeitos da crise nacional e da instabilidade política e econômica sobre a paralisação das obras do EEP e descontinuidade do projeto neodesenvolvimentista. A partir dos relatos etnográficos e observações de campo, irei mapear os danos causados às pessoas e grupos sociais residentes em São Roque e Enseada do Paraguaçu.

No dia 12 de janeiro de 2015, uma segunda feira, cheguei em São Roque pela manhã, as ruas estavam pouco movimentadas e parei na padaria para tomar um café. Na mesma se encontrava apenas dois senhores, que conversavam sobre cursos que seriam oferecidos aos jovens da localidade, e relatavam que não sabiam mais o que responder àqueles que os ligavam constantemente para saber das contratações do EEP.

Dirigi-me ao bairro do Areal, onde mora grande parte das famílias de pescadores e marisqueiras de São Roque. Chegando ao local, avistei um grande grupo de homens trabalhando em suas canoas. Algumas pessoas conversavam à sombra da grande árvore que fica no início da prainha, nos passeios de algumas casas, homens costuravam redes de pesca.

Aproximei-me do grupo da árvore, como sempre fazia ao chegar no local. Ali sempre tinha alguém disposto a conversar e contar histórias. O grupo era grande e muitas mulheres também faziam parte da roda. As conversas, dessa vez, não estavam muito animadas, uma preocupação pairava no ambiente. Começaram a relatar sobre as demissões que aconteceram no Consórcio. Estavam muito inseguros sem saber o que estava acontecendo de fato e nem o que esperar. A expectativa se tornava ainda mais preocupante, pois segundo boatos, um novo montante de demissões estava previsto para o dia 20/01/2015.

Após dois anos de pesquisa, a diferença do cenário era marcante, não só pelo número de pessoas que circulavam no local, pelos dois bares que tinham sido construídos no início da rua, como pelo grande aumento do número de embarcações, elas tinham mais que triplicado e tomava boa parte da areia e das

águas próximas da prainha do Areal. Ao contrário das pequenas canoas de madeira que dominavam a área, agora eram em sua maioria feitas de fibra de vidro.

Observei a fala do grupo sobre os acontecimentos mais recentes e fiz pequenas intervenções para esclarecer e/ou aprofundar algumas questões. Segundo uma senhora chamada Dona Valda, no período de um ano e meio, poucas coisas mudaram de fato. No entanto, a mesma relatou que estava tudo calmo no distrito, até que aconteceu o que ela designou como “esse roubo aí”. Estavam muito preocupados, pois muitas pessoas estavam sendo demitidas das obras, e em função disso algumas estavam saindo da região.

[...] Agora tá tudo parado aqui, todo mundo com medo, quem investiu como paga agora? só Deus na causa. Tinha bastante gente na cidade, todo mundo abrindo seu negócio, alugando suas casas, caiu bastante aqui” (Dona Valda).

Esse primeiro relato de Dona Valda iniciou diversos discursos que se seguiram nessa nova fase da pesquisa, onde predominantemente houve a evocação da crença no poder divino enquanto transformador.

Sobre a pesca, me informaram que as algas que anteriormente estavam impedindo a pesca, desapareceram. A explicação dos pescadores locais era que as elas tinham sido trazidas pelos navios que fizeram a dragagem para a construção do dique seco, e que quando eles foram embora tudo se normalizou.

Existia uma grande preocupação com as palavras que estavam sendo ditas. A naturalidade existente nas visitas anteriores cedeu espaço para um comportamento mais reservado e temeroso. Existia uma grande expectativa de que a crise fosse superada e isso se refletia nos comportamentos.

A Rua do Porto e Areal são duas localidades próximas e de separação espacial incerta, onde moram a maior parte dos pescadores e marisqueiras de São Roque. Segundo Dona Dalva, a maior parte das canoas foi substituída pelas de fibra e ganharam motores. Ela atribuiu isso a melhoria de vida da população local em função do estaleiro. Para ela, o que as pessoas ganhavam lá, investiam nas canoas para complementar a renda, e ter um “ganha pão” quando estivessem desempregadas. De acordo com relatos, as canoas que usavam anteriormente eram de madeira, a remo e vela e de difícil movimentação, mesmo assim as usavam para navegar até a Barra do Paraguaçu, Bom Jesus dos Pobres, Salinas das Margaridas etc. Elas eram pesadas e, segundo eles, causavam muito cansaço e dores, pois na

ausência de vento, tinham que remar até oporto. As embarcações de fibra, mais leves e com motores mudaram essa realidade.

Em relação ao lazer, a principal diversão era encontrar com os amigos para beberem nos bares da redondeza. Próximos à grande árvore da Rua do Areal abriram dois bares, onde os moradores passaram a frequentar para beber e ouvir músicas. Os donos reclamaram que após o início das demissões, houve uma grande queda no número de frequentadores.

Durante uma das conversas na Rua do Areal, as senhoras presentes afirmaram que os jovens gostavam de pescar nos fins de semana e juntavam-se vários grupos para ir à pesca. Nestes dias, podia-se procurar um barco no local e não seria achado. Nesse momento, foi passando um jovem e uma delas falou: “ele estava fora e voltou”. O rapaz imediatamente respondeu “com fé em Deus vou de novo”. O jovem parou e se reuniu ao grupo. Aparentemente angustiado ele relatou que as pessoas que trabalhavam na obra da Enseada seriam desempregadas a partir do dia 20 de janeiro de 2015 e as que trabalhavam no canteiro de obras de São Roque iriam ser deslocadas para lá.

Muitas eram as especulações e as inseguranças relativas à veracidade dos fatos que estavam sendo propagados boca a boca e das explicações para todo aquele conflito. Após ficar por um tempo com o grupo, o jovem, relatado anteriormente, se afastou dizendo: “não dá mais para ficar aqui, pois viver da pesca, só para os atravessadores. Viver uma vida digna não dá mais, porque a vida é cara”.

Nas conversas da Rua do Areal, a todo o momento se retornava os problemas relativos aos pescados, mariscos e crustáceos da região. Os mais velhos falavam inflamados que os mesmos vinham desaparecendo e acreditavam que isso estivesse ocorrendo em função do aumento da quantidade de pessoas, pois, segundo os mesmos, “de onde se tira e não se repõe, sempre acaba”.

Esse discurso da finitude dos recursos, em função do aumento populacional será repetido em diversas entrevistas realizadas nas localidades. Para controlar esse desaparecimento, os mesmos falaram que estavam tendo o acompanhamento de uma empresa de monitoramento da pesca chamada Biomonitoramento e Meio Ambiente Ltda (BMA)<sup>80</sup>, que estudava os impactos ambientais na BTS, a situação e

---

<sup>80</sup>O licenciamento ambiental é uma etapa fundamental no processo de implantação de um

os riscos potenciais. Essa empresa monitorava o peso dos pescados e o que era resgatado da maré pelos pescadores em São Roque e Enseada.

Para Everaldo e José<sup>81</sup>, dois moradores do Areal que conheci numa tarde, costurando suas redes de pesca, o consórcio deu emprego para pouca gente, mas ainda assim, foi um grande benefício. Um deles de 50 anos, trabalhou seis meses no estaleiro e queria voltar, sempre existia um receio de que algo que falassem, pudesse comprometer o desejo de retomar os postos de trabalho. Segundo Everaldo, durante o período de fabricação da PRA-1 entre o ano de 2006 até janeiro de 2015, muitos pescadores trabalharam e compraram canoas para ajudar na pesca. A vida segundo os mesmos tinha melhorado, mas estava piorando de novamente.

Mais uma vez em sua história, as populações daquelas localidades se viram mergulhados em zonas de conflitos e de perdas socioeconômicas e ambientais. Para Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos ambientais decorrentes das alterações econômicas impostas às populações tradicionais criam contradições na medida em que não as incorporam no chamado desenvolvimento, como também impõe as mesmas o ônus dele resultante.

Assim, segundo as autoras (idem), as situações de injustiça decorrentes dos grandes empreendimentos destinam a maior carga dos danos ambientais aos grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

Meu contato com a Associação de Pescadores e Marisqueiras de São Roque do Paraguaçu se deu através da presidenta da Associação Vera Lucia Ferreira. A mesma me falou dos problemas que a comunidade estava vivenciando e me apresentou para algumas mulheres que estavam na frente da sede. Fizemos uma roda de conversa, na qual direcionei algumas perguntas, mas deixei que as mesmas expusessem suas histórias de vidas e as impressões sobre os novos acontecimentos.

Durante a conversa acima, me contaram que elas estavam comprando mais e

---

empreendimento e requer o cumprimento de leis e regulamentos específicos. Em função disso, o Consórcio Enseada do Paraguaçu deve desenvolver em todo processo de implantação e funcionamento o monitoramento do meio ambiente.

<sup>81</sup>Nomes alterados

vivendo melhor do que no passado. Naquele momento estavam desempregadas, mas, as famílias tiveram muitos êxitos, àqueles que não tinham casa, fizeram casa, o que não viam acontecer há muito tempo na localidade. No entanto, até aquele momento, a paralisação e as demissões estavam deixando-as preocupadas. Disseram que sempre viveram do mar, mas ele estava dando sinais de falência há algum tempo. Não tinha muita ostra, nem sururu, nem peixe. Algumas espécies diminuíram e não sabiam em que lugar procurar ajuda. Segundo os relatos, poucas pessoas ainda viviam exclusivamente da pesca.

Como em outras entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, enfatizaram que o aumento da violência na área era preocupante. Mas, muitos a associaram a algo inexorável, o preço a pagar pelo progresso, e deram uma especial atenção aos problemas decorrentes do aumento do consumo e venda de drogas, bem como o envolvimento dos jovens no tráfico.

São Roque cresceu bastante com o estaleiro, mas quando cresce também chega a violência e a drogas, às vezes tem toque de recolher, essas coisas de local quando vai crescendo” (Dona Célia, marisqueira aposentada)<sup>82</sup>.

O aumento da renda familiar no auge das obras teve, segundo os entrevistados de São Roque, diversos fatores. Alguns deles foram relacionados pelos moradores ao aumento da população que passou a residir temporariamente na localidade. Muitos moradores alugaram as casas, e foram morar na casa de outros parentes, como pais/mães, filhos/filhas, irmãos/irmãs etc. No entanto, essa alternativa de renda desapareceu com a crise estabelecida após as demissões do ano de 2014.

Quanto ao que estava causando os problemas de demissão, as explicações eram vagas. Não conseguiam compreender o que ocorreu e esperavam que os chefes do estaleiro explicassem o porquê. Nos discursos, pairava uma ideia geral de que alguém fez algo de errado e que após resolverem o caso, tudo voltaria à normalidade.

Dentre as explicações para a crise, uma me chamou bastante a atenção, foi a análise da presidenta da Associação Vera Lucia Ferreira (2015):

---

<sup>82</sup> Nome alterado

Hoje nós estamos esperando a melhora, e que Deus entre com a providência para resolver isso. O que a gente tinha de certeza, hoje não tem mais que é o mar. Então esperamos a providência do senhor, que ele venha fazer ou mover nessa área ai, e que ele venha tirar mais a corrupção e a perseguição do coração do homem, e que eles venham pensar nas barrigas vazias que vão ficar no Brasil se ficarem olhando pelo lado pessoal, que essa guerra ai, eu tenho pra mim que é pessoal, não é guerra do todo não, é pessoal, cada um querendo seu poder e metem o povo pelo meio e depois os que mais sofrem são os pobres. Pra gente aqui isso foi um relâmpago, estava tudo bem e depois despencou, acho que devem depois fazer uma mobilização deles pra explicar o que aconteceu, mas espero que a explicação venha com a solução. Não só de pão viverá o homem, mas o homem precisa do pão e da água pra viver. (Vera Lúcia, presidenta da Associação de Pescadores e Marisqueiras)

Uma das senhoras presentes se dirigiu a mim e falou: “você que estão no poder que têm que dar uma providência”. Falei que não tinha poder de resolução dos problemas e mais uma vez expliquei sobre a minha pesquisa. A líder da Associação entrevistou e falou: “Nós cremos que a providência virá do Senhor, porque a falência está total e vamos orar em Deus pra dar tudo certo”. Mais uma vez ficou evidente a crescente exteriorização da fé e da entrada de Deus nos discursos, evidenciando que em momentos de desagregações conflitivas, de tensões e de perdas, mecanismos de agenciamentos religiosos atuam como mediadores de resoluções. Também ficou evidenciado, a crença de que os problemas eram locais e ou pessoais, portanto possivelmente solucionáveis.

#### 4.1 ETNOGRAFIA DA ENSEADA DO PARAGUAÇU (DE JANEIRO A FEVEREIRO DE 2015)

No dia 13 de janeiro de 2015 retornei às minhas pesquisas de campo na Enseada do Paraguaçu. Andei da Praça de São Roque até a Prainha, onde ficam os barcos que fazem a travessia. Da praça até a praia percorri uns 700m. A paisagem da baíaem nada lembrava àquela das minhas primeiras entrevistas. Um enorme galpão, plataformas, estruturas de ferro, se destacava onde antes existia um manguezal. A cancela que ficava na margem em frente à prainha e que era usada

como a passagem mais próxima para o barco, também havia desaparecido. Do barco avistei poucos homens de fardas laranjas circulando nas zonas abertas do estaleiro. Desci na praia, onde um senhor de em média 45 anos pintava seu barco na areia, ele usava a blusa de manga comprida que compunha a farda laranja do EEP.

As ruas estavam quase desertas. Apenas algumas crianças que brincavam no chão de areia. Mais à frente, avistei um homem com a calça que compunha a farda laranja, passando com uma vara de pescar e um covo<sup>83</sup>. A praça estava com alguns brinquedos quebrados, o mato crescendo, visivelmente sem manutenção.

As pessoas da localidade estavam muito assustadas. Temiam dar informações e prejudicar a possível volta da normalidade em relação à crise instalada no EEP. As expectativas geradas pela vinda do estaleiro e as novas experiências de consumo desenvolvidas nos últimos dois anos estavam agora ameaçadas. O temor do fechamento das obras criou naquele momento um silêncio sobre os danos. No entanto, fatos recentes estavam assustando os moradores, dentre eles o tráfico drogas que tinha se instalado na área e o consumo e venda dessas substâncias psicoativas que até recentemente eram incomuns na localidade.

Quando perguntei sobre a convivência entre os vizinhos, a maior parte dos relatos não indicou grandes modificações, no entanto, nas observações e conversas informais percebi que a questão da empregabilidade na obra, não era mais uma questão individual, a preocupação com o desemprego era coletiva e isso ficava evidenciado quando relatavam os problemas enfrentados por vizinhos, parentes e amigos.

Os moradores de Enseada acreditavam que após a construção do estaleiro, o lugar não cresceu no mesmo ritmo que regiões circunvizinhas. A chegada dos trabalhadores para a obra, embora tenha inicialmente causado estranhamento, conflituose situações de vulnerabilidade, principalmente para as mulheres, não alterou profundamente o cotidiano da agrovila. Pois, a maior parte dos trabalhadores da obra usava a localidade apenas como passagem. Algumas “gatas”<sup>84</sup> alugaram casas, mas os contratos tinham sido rescindidos. Os relatos sobre conflitos entre “os

---

<sup>83</sup> Armadilha para captura de peixes.

<sup>84</sup> Empresas terceirizadas que prestam serviços ao estaleiro.

de dentro” e os “de fora”, relativos ao choque de comportamentos dentro da agrovila foram evitados, nos primeiros momentos de crise. No entanto, era consenso que em múltiplos aspectos foi a área mais impactada, principalmente socioambientais.

Quanto ao envolvimento das mulheres ou homens da Enseada com “os de fora”, a maioria das entrevistas negou o fato. Segundo os depoimentos de algumas mulheres, os caçambeiros reclamavam que “ali era um lugar que eles vinham e não achavam mulher”. A prostituição na área ou envolvendo mulheres da localidade nos prostíbulos de São Roque foi negada em todos os relatos.

Em relação à pesca, as informações foram similares às encontradas em São Roque, estava muito escassa. Os pescadores só conseguiam o peixe se fossem para o canal, mas não conseguiam a mesma quantidade que pegavam anteriormente à construção do EEP. Segundo a maior parte dos entrevistados, o pescado e os mariscos que traziam para casa eram suficientes apenas para a subsistência. Com muito trabalho conseguiam um ou dois quilos para a venda.

Dona Maria (marisqueira aposentada), me contou com tristeza que o afilhado dela colocou uma gruzeira<sup>85</sup> no mar por quatro dias, num local que era um bom pesqueiro, mas não tinha conseguido nenhum peixe. O fechamento da passagem para a cancela, que dava acesso a algumas áreas de manguezal e pesca, e que foi ocupado pelo EEP, também foi um dos pontos abordados em relação às dificuldades locais.

Como foi relatado nas primeiras entrevistas, restavam poucas áreas para as mulheres mariscarem, por isso as mesmas precisavam se deslocar de canoa para outras localidades, a fim de alcançar os manguezais. Segundo algumas entrevistadas, o único caminho dentro da área que restou para mariscagem, além de distante, possuía uma ladeira imensa, o que tornava sacrificante carregar o marisco na cabeça até chegar ao vilarejo.

Conforme relatos, na ponte de acesso ao estaleiro, as pilastras de sustentação estavam atraindo alguns peixes. Na ausência do manguezal, as ostras e diversos animais da fauna marinha estavam se fixando e criando um pesqueiro

---

<sup>85</sup>Gruzeira – uma corda esticada com vara de ambos os lados e com vários anzóis presos a linhas de mais ou menos meio metro, pendentes e enfileiradas nessa corda. Geralmente é colocada ao entardecer, e, na manhã seguinte, nota-se o movimento das varas esfincadas, produzido pelos peixes presos nos anzóis.



artificial. Este local antes das obras ficava o principal ponto em que os peixes e os demais animais aquáticos se reproduziam. Porém, a fiscalização dos seguranças do EEP impediam que os pescadores se aproximassem.

De acordo com Dona Ditinha (marisqueira aposentada), os homens do Distrito ainda pescavam à noite. Os que saíram “do trabalho” voltaram para a pesca, e falou com uma voz triste: “Estão pescando de redinha de noite para alimentar os filhos, até ver o que Deus vai fazer, mas tenho fé em Nossa Senhora do Rosário, (...) ela abriu as portas pra chegar até aqui, e é de ir até o fim”.

Além do processo da dragagem do fundo da baía, que relataram como um fator de dano, havia a pesca com bomba que era praticada próxima às áreas da Enseada e São Roque por bombeiros<sup>86</sup> vindos de regiões circunvizinhas, e que após o início das obras do EEP, passaram a se tornar mais frequentes. Um dos fatos levantados como possível para a explicação desse evento seria o desejo de algumas pessoas residentes nas áreas próximas, de manter os padrões de consumo que alcançaram como trabalhadores do EEP e canteiro.

O que estava mantendo a economia da Enseada naquele momento era: o trabalho de alguns homens que ainda estavam empregados no estaleiro, as aposentadorias e pensões do INSS, o Programa Bolsa Família do Governo Federal, a pequena agricultura familiar, a pesca e a mariscagem.

Cheguei ao único restaurante do Distrito, descansei um pouco e escrevi no meu diário de campo, enquanto observava o movimento. No restaurante, apenas duas mesas estavam ocupadas. Em cada uma dois homens com fardas laranjas almoçavam. Perguntei o que estava sendo servido e me informaram que só tinha frango. Apesar de o restaurante estar vazio, o equipamento onde era servida a comida *self-service* quase não tinha alimento, principalmente saladas. Fiquei ali por cerca de uma hora e chegou apenas um carro com uma moça e um rapaz, vestidos com calça jeans e camisas de botões, aparentemente trabalhadores do Estaleiro.

O restaurante tinha sido ampliado, contava agora com dois andares. Segundo Dona Ditinha, mãe da proprietária, sua filha pretendia construir uma pequena pousada no local, no entanto, com as mudanças ocorridas não se sabia o que viria

---

<sup>86</sup> As pessoas que pescam com bombas, não são vistas como pescadores e sim como bombeiros, pois a pesca com bomba está associada a uma rede criminosa, que danifica o meio ambiente e tramita em torno do tráfico do dinamite.

no futuro. Dona Ditinha suspirou e falou que o restaurante começou bem pequeno, e teve muitos frequentadores, mas naquele momento estava esvaziado. Muitas vezes faziam comida e não aparecia nenhum cliente, então estavam cozinhando menos e às vezes, recebiam apenas dois ou três clientes.

Em uma das conversas sobre as alterações processadas no lugar Dona Ditinha relatou que tinha um grande orgulho, mudando completamente o olhar ela falou que muita coisa tinha mudado para melhor, que antes era um local apagado e que ninguém conhecia, porém naquele momento:

Era um lugar muito apagado e ninguém conhecia, e hoje é um lugar reconhecido, é um lugar pequeno, mas todos os países agora conhecem. (...) Antes ninguém sabia onde era a Enseada e agora ela tá no mapa, só falta ter movimento. (Dona Ditinha, marisqueira aposentada).

Esse ponto evidencia a visibilidade e a invisibilidade. O local estava ganhando destaque em diversas reportagens e noticiários nacionais. Como relatado por Dona Ditinha, a Enseada agora era “vista”. No entanto, os relatos nas mídias televisivas e virtuais, não mostravam os danos relativos às pessoas e ao meio ambiente, mas os danos relativos aos investimentos desenvolvimentistas.

Poucos membros da comunidade ainda estavam trabalhando no estaleiro e os rumores da demissão geral do dia 20 estavam deixando a todos muito apreensivos. Apenas dois comércios ainda funcionavam na área, o restaurante e o mercadinho de Jailson, e estes corriam o risco de fechar em função das demissões dos moradores e da impossibilidade de alguns em honrarem suas dívidas.

Em janeiro de 2015, a Enseada do Paraguaçu tinha se tornado notícia em todo o Estado. O principal telejornal tinha realizado uma reportagem sobre as demissões no Estaleiro Enseada do Paraguaçu e entrevistado vários dos moradores. Entre os entrevistados estava Jailson, antes de ele abrir o mercadinho, todos tinham que atravessar a barco para comprar qualquer tipo de mantimento. Com as demissões e a saída dos trabalhadores de fora, não só os moradores ficaram com dificuldades de pagar as dívidas realizadas, como o movimento despencou, as vendas caíram.

Jailson (38 anos) era único morador da área com formação superior, formado em Matemática pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), de Santo Antônio de Jesus. Segundo ele, com a chegada do EEP, viu a primeira e grande oportunidade surgir na Enseada, logo transformou o seu pequeno bar em um mercadinho,

investindo assim todas as suas economias. O mercadinho chamado “Cinco Estrelas” tinha uma ampla variedade de mercadorias. No auge das contratações do estaleiro, ele relatou que as filas se expandiam em frente ao comércio.

Segundo Jailson, muitos compravam fiado<sup>87</sup> e colocavam os valores num caderninho para pagar com 30 e 60 dias, como a circulação de valores era alta, ele acreditava não existir nenhum prejuízo nessa transação. Ele afirmou que quando iniciou o processo de demissões, a queda nas vendas foi imensa. Chegou a jogar fora 8,5 mil em mercadorias vencidas, não conseguia cumprir os acordos com os fornecedores, e pagar as contas mínimas da manutenção do mercado e da sua casa que ficava ao fundo. Jailson avaliou que suas vendas caíram cerca de 90%, o que fez com que paralisasse as obras da pequena pousada que estava construindo ao lado do mercadinho.

Houve diversas mudanças em relação à alimentação da população residente na Enseada do Paraguaçu, durante o auge das obras. Antes a alimentação comum eram os frutos do mar, os animais de criatório como porcos e galinhas. Poucas vezes na semana comiam carne, apenas quando conseguiam uma boa pesca, ou recebia aposentadorias e pensões. As principais formas de cozimento eram moquecas feitas com coco retirado na área, ensopados, sapeca (assado na brasa) no caso do peixe fresco, frituras, geralmente servidas com a farinha feita por eles e feijão geralmente oriundo da feira. Como temperos e ingredientes dos pratos, hortaliças e legumes plantados nos quintais e roças próximas. Os lanches eram à base de frutas, doces feitos pelas mulheres, beijus, geladinhos<sup>88</sup> de frutas da região e biscoitos de goma.

Com a vinda do estaleiro as famílias passaram a incorporar cotidianamente produtos industrializados na alimentação como biscoitos, doces, embutidos, carnes congeladas, enlatados. Um carro distribuía iogurtes e leite fermentado e uma das mulheres da vizinhança começou a comercializar esses produtos, que as famílias compravam semanalmente, passando a ter uma conta semanal.

A irmã de Jailson abriu uma lanchonete onde vendia sanduíches a base de queijo, presunto, salsichas, hambúrgueres e tinha alta vendagem, principalmente entre os jovens. Com o fechamento das obras essa alimentação novamente foi

---

<sup>87</sup> Compras realizadas por acordos de confiança entre cliente e fornecedor.

<sup>88</sup> Suco de fruta colocado num saco de plástico e congelado.

modificada. Para Jailson, os que mais sentiram a falta desses produtos foram as crianças, pois ele acreditava que experimentaram uma nova forma de consumo

Dona Carlinda é evangélica, acredita que Deus vai ajudar pra que “os homens que estão lá em cima, resolvam a situação e tudo volte ao normal”. Enquanto conversávamos dona Carlinda catava siri, que segundo a mesma, tinha sido trazido de barco do outro lado da Ilha, “tiveram que jogar o manzuá<sup>89</sup> lá”, apontando para o outro lado do rio. Vários netos circulam pela casa e ao seu lado estava sentado um menino chamado Levi. Ela lembrou-se da chegada do estaleiro e da euforia da população em torno da grande novidade que ninguém esperava. No entanto, afirmou que logo no início a mariscagem já ficou difícil, porque acabaram com o manguezal, e para conseguir os mariscos, tinham que se deslocar para Maragojipe, para a Ilha de Itaparica ou para um lugarejo chamado Olho de Vidro.

A angústia e a incerteza que se fizeram presentes em todas as entrevistas realizadas entre janeiro e fevereiro de 2015, o que transparece na conversa com Dona Carlinda “A empresa não diz nada sobre o que está acontecendo (...), eles estão na deles, nós é que estamos mal”.

Em novembro de 2014, a empresa ameaçou demissão em massa, o que gerou uma grande mobilização na área. Homens e algumas mulheres, empregados e desempregados, colocaram suas fardas laranjas e foram para Salvador. Após a manifestação, alguns empregos foram mantidos, no entanto, um mês depois começou novamente as demissões.

Muitas pessoas que tinham migrado para outras regiões, retornaram para a Enseada e São Roque quando o estaleiro foi construído. Estes e demais moradores expressavam nas conversas, a angústia pelo não entendimento do processo que os estava atingindo: “o povo lá do estaleiro faz reunião com a comunidade, mas não explica o que de fato está acontecendo” Jorge<sup>90</sup> (Operário da obra e pescador).

Dona Célia<sup>91</sup>, 65 anos se mostrou irritada com as demissões que ocorreram no Estaleiro. Os filhos dela estavam sob aviso prévio. Ela acreditava que um dos motivos era o privilégio da manutenção dos trabalhadores “de fora”, e afirmou de

---

<sup>89</sup> Engradado de varas, empregado na pesca, espécie de covão, onde o peixe entra por uma abertura e não encontra a saída.

<sup>90</sup> Nome alterado.

<sup>91</sup> Nome alterado

forma bastante irritada que: “além de vim incomodar a gente, ainda estão tomando nosso trabalho, estão tirando os da terra e deixando os de fora”.

Foram comuns os relatos de que o estaleiro estava priorizando “os de fora”, ou relegando “os filhos da terra”. A categoria de dentro e de fora também foi incorporada ao discurso após a crise, sendo que os últimos passaram a ser vistos como ameaças à manutenção do emprego. Essa afirmação de que “os de fora” estavam sendo mantidos não foi confirmada a partir dos relatos e entrevistas. Alguns cargos de chefia, ocupados por pessoas de outras regiões e com maior qualificação, continuavam sendo mantidos, no entanto existia homogeneidade nas demissões, todos estavam sendo atingidos.

Havia em todos os discursos dos moradores locais, muita esperança na volta da normalidade nas obras e na reabertura do estaleiro, mas não compreendiam o processo ocorrido para a deflagração das demissões. As reuniões realizadas com os moradores das áreas atingidas traziam em pauta discussões sobre as paralisações e demissões, mas sempre evidenciando as possíveis alternativas para o retorno da produção, com novas possibilidades de acordos entre o EEP e investidores.

Foi comum em diversas entrevistas, a tentativa de compreender os problemas que estavam se processando, como problemas de “pessoas”. Acreditava-se que ações individuais estavam causando a crise no EEP e as demissões.

Os moradores acompanhavam as notícias nos jornais, mas as informações eram inúmeras, a crise pessoal, local, nacional e global estava se instalando cada vez mais forte em suas vidas. Uma fala de Dona Maria com voz temerosa, tentou explicar o que estava acontecendo: “deve ser algum segredo deles, que eles não podem revelar para os moradores”.

Numa manhã, enquanto conversava com Dona Ditinha, ela apontou a praça e disse que antes ela era “uma maravilha de bonita”, e que “no ano da inauguração estava maravilhosa, muito enfeitada no Natal, espetacular”. Ela e a filha tinham tentado organizar um mutirão para arrumá-la e enfeitá-la para o Natal, mas não conseguiram reunir os moradores e desistiram de fazer sozinhas. Naquele momento, a praça sem manutenção, refletia o momento de decadência produtiva e organizacional, que caracterizavam os discursos e práticas.

Em janeiro de 2015, a Associação Quilombola estava parada, diversos conflitos internos estavam se processando, inclusive entre os membros da Associação. As reuniões não conseguiam atingir um quorum para a eleição da nova

diretoria e a ata estava vencida. Diante dessa situação irregular, estavam impedidos de receber novos benefícios governamentais e, inclusive, ações compensatórias do setor de recursos humanos do EEP. As desinformações sobre o processo quilombola e acesso a projetos eram generalizadas. Existia naquele momento uma desorganização social em torno da reivindicação sobre a posse da terra e mobilização para reivindicações dos postos de trabalho. O que não significou uma estagnação ou abandono da luta, ou do reconhecimento por parte da população da Enseada da importância de se reconhecerem enquanto quilombo.

No dia 17 de janeiro de 2015, enquanto estava fazendo entrevistas e observações na área, sob um intenso sol do meio dia, passei por um rapaz que deveria ter em média uns 35 anos e estava com uma bermuda laranja feita com a calça do estaleiro, cortada um pouco acima do joelho.

As fardas, antes motivo de orgulho, estavam se decompondo e perdendo ação. Partes delas circulavam pelas ruas. Uns usavam as calças, outros as camisas. As calças viravam shorts, os shorts panos de chão. Assim como a praça, aqueles elementos que antes simbolizavam a chegada do progresso, agora mostravam a decadência e a morte ainda na infância do tão sonhado desenvolvimento.

## 5 DA POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA AO PROJETO DO POLO NAVAL 2 DE JULHO: PAC E ACELERA BAHIA.

Neste capítulo, propus-me traçar um histórico dos acontecimentos macro políticos e econômicos, relacionados às situações que marcaram as fases dessa pesquisa. Vejo como de fundamental importância realizar uma breve discussão sobre a indústria naval brasileira, a função estratégica que esta passou a desempenhar para a economia nacional após as descobertas do pré-sal<sup>92</sup>; a política neodesenvolvimentista que começa a ser implantada no Brasil após o governo Lula em 2002, e seus desdobramentos a partir da criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Programa Acelera Bahia e a escolha da Baía de Iguape para implantação do Polo Naval 2 de Julho e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

Farei uma incursão sobre os acontecimentos globais, para analisar como estes marcaram a vida das pessoas e grupos residentes em São Roque e Enseada. Nesse sentido, farei um levantamento interdisciplinar, trazendo discussões da economia e da sociologia sobre os planejamentos governamentais e suas implicações sobre as pessoas residentes em áreas protegidas como a RESEX- Baía do Iguape. Os dados presentes neste capítulo se encerram no projeto neodesenvolvimentismo da presidenta Dilma Roussef.

Segundo Jesus & Gitahy (2010), na segunda metade do século XX a indústria de construção naval ganha impulso a partir do plano de metas do governo Juscelino Kubistchek. A partir do fim da década de 50, foram criadas políticas públicas como a lei do Fundo de Marinha Mercadante (FFM) e o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) um tributo específico sobre os fretes de importação e exportação.

Ainda segundo as autoras acima citadas (idem), a década de 70 foi a mais produtiva para a Indústria Naval brasileira, se tornando o segundo maior parque

---

<sup>92</sup> Jazidas de petróleo na camada do pré-sal na Bacia de Santos, localizada em águas profundas do leito marinho, abaixo da camada geológica de sal. Após a confirmação da descoberta em 2007, iniciou no Brasil um intenso debate sobre a exploração do petróleo, impulsionando diversos investimentos na área.(RIBEIRO, 2013:1281)

mundial deste setor em volume de processamento de aço, perdendo apenas para o Japão. Já ao longo da década de 80, o setor sofreu grandes perdas, que continuam se aprofundando a partir dos anos 90, com a paralisação dos principais estaleiros do país, como o Verolme<sup>93</sup>.

De acordo com Jesus & Gitahy (ibidem), a indústria naval brasileira só retoma seu impulso nos fins dos anos 90 com a criação de políticas de incentivo à indústria naval, criada em função do aumento de demanda da Petrobras por construção e reparo de embarcações de apoio marítimo para a exploração de petróleo *off-shore*, como Plataformas e Projetos de *Floating, Production, Storage and Offloading System* – FPSO (Sistema Flutuante de Produção, Armazenamento e Descarregamento de Petróleo)<sup>94</sup>. Porém, só a partir do início do século XXI, a reativação do setor naval brasileiro começa a atrair investimentos de grupos estrangeiros, principalmente mega-operadoras asiáticas a exemplo da Kawasaki.

Assim, de acordo com os autores supracitados (ibidem), a partir das políticas neodesenvolvimentistas e em respostas as novas demandas da Petrobras, tanto para a exploração de petróleo *off-shore*, quanto, mais recentemente, para exploração de petróleo no Pré-sal, se deu no Brasil a internacionalização/entrada intensa de grandes construtores navais. As empresas nacionais tornam-se crescentes no setor, a exemplo da Odebrecht, OAS, UTC e empresas estrangeiras passam a atuar, principalmente, como sócias das empresas e consórcios nacionais.

Em 2006 com a descoberta do pré-sal a indústria naval nacional ganhou grande impulso, a Petrobras, por exemplo, anunciou uma expectativa de encomendar um pacote com dezenas de navios para transporte do óleo e de embarcações de apoio marítimo para as plataformas. Em 19 de maio de 2008, o Governo do Estado da Bahia lançou um programa chamado Acelera Bahia, este projeto encontrou um momento favorável para sua implantação através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007 pelo governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula). De olho neste mercado, o governo

---

<sup>93</sup>O estaleiro está situado na Marina Verolme em Angra dos Reis, polo náutico no litoral do Rio de Janeiro, com 5000 m<sup>2</sup>.

<sup>94</sup>Lei do Petróleo (Lei 9.478/97); Programa Navega Brasil (em 2000); Índices de Nacionalização pela Agência Nacional do Petróleo – ANP; Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP (no ano de 2003); Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF, em 2005.



baiano começou o planejamento de um Pólo Naval, da ampliação do canteiro de obras de São Roque do Paraguaçu e a construção de um estaleiro através do Projeto Acelera Bahia.

## 5.1 O NEODESENVOLVIMENTISMO E O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

É importante analisar o contexto mais amplo em que se iniciou às principais mudanças que vem se desenrolando nas áreas estudadas. Primeiro é importante compreender o Neodesenvolvimentismo e o PAC (Plano de aceleração do crescimento) que faz parte de uma ampla política implantada no Brasil desde o primeiro governo Lula.

Segundo Giovanni Alves (2011), o Brasil esteve sob o efeito da crise do capitalismo nacional-desenvolvimentista desde 1973-1975. A década de 1980 foi caracterizada pela ascensão do sindicalismo e dos movimentos sociais e políticos de oposição à ditadura civil-militar. Porém, foi considerada, segundo o autor como a “década perdida”, tendo em vista a estagnação da economia brasileira e os impasses políticos para a construção de um projeto de desenvolvimento burguês capaz de integrar o país à mundialização do capital, em curso nos centros dinâmicos do sistema capitalista.

Segundo Barros e Ramos (idem), a partir das últimas décadas do século XX, e principalmente, a partir da década de 90, verificam-se na América Latina a emergência de governos com orientação política neoliberal, comprometidos com propostas de ajustes estruturais defendidos pelos Estados Unidos e por instituições mundiais como o Fundo Monetário internacional (FMI) e o Banco Mundial. Nesse cenário, o papel do Estado é redesenhado no que diz respeito à implementação e manutenção de suas funções, medidas de contenção de gastos públicos são criadas, transferindo os mesmos para a iniciativa privada e fomentando o aumento das privatizações.

Ainda segundo Barros e Ramos (ibidem), no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) se estabelece a ruptura do modelo desenvolvimentista até

então implantado no país, que passa a adotar diretrizes de abertura ao comércio internacional, privatizações, desregulamentação do mercado, flexibilização trabalhista e redução dos investimentos da máquina pública, tendo como base as metas do superávit primário<sup>95</sup>, que no ano de 1999 significava 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Siscu et al (2007), algumas questões são fundamentais em uma política de desenvolvimento, principalmente, a relação entre as esferas pública-privada, econômica-social e nacional-internacional. Sendo assim, a teoria monetarista neoliberal se delineou com base na abordagem da mão invisível do mercado. Em que é convencional ter um Estado mínimo, fraco, onde se amarra as mãos do governo, para que a mão invisível do mercado possa operar livremente.

Ainda de acordo com Siscu et al (idem), em 1990, John Williamson, economista do Banco Mundial, sugeriu no Consenso de Washington um conjunto de proposições e aconselhamentos políticos para os países latino-americanos e outros países em desenvolvimento apoiados pelo Banco Mundial e FMI. Tais proposições objetivam programar reformas liberalizantes em vários países da América Latina, incluindo Argentina, Brasil e México ao longo da década de 1990. (SISCU et al, 2007).

Em contraposição às ideias de Williamson propostas no Consenso de Washington, Stiglitz (1999) defende a que o Estado deve intervir complementando o mercado. Para ele, o Estado deve desenvolver ações que garantam o melhor funcionamento da máquina pública e corrigir suas falhas de funcionamento. Ele destaca a importância de forma regulada, do papel da proteção social do Estado, no sistema previdenciário e na promoção da educação pública.

A partir do governo Lula, começa a ser implantado no Brasil um novo modelo de desenvolvimento, com o intuito de acalmar os ânimos do mercado financeiro

---

<sup>95</sup>Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo. Ambos constituem o "resultado primário". O resultado primário é importante porque indica, segundo o Banco Central, a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos. A formação de superávit primário serve para garantir recursos para pagar os juros da dívida pública e reduzir o endividamento do governo no médio e longo prazos.

nacional e internacional. O governo manteve os pilares da economia neoliberal, sinalizando que ao contrário dos discursos relacionados à sua trajetória política como ex-dirigente sindical e membro de um partido de cunho trabalhista, não teria em seu governo aspirações anticapitalistas. Ao contrário, se comprometeria entre suas primeiras ações a honrar a dívida pública que comprometia até 50% do orçamento público da União. A política implementada pelo governo foi denominada de “lulismo” e tinha como objetivo reorganizar o capitalismo no Brasil, sem alterar significativamente seus pilares. A esse novo projeto alguns autores como Giovanni Alves (2011), Armando Boito Jr. (2003), Thiago Marques Mandarino (2014), Lisandra Pereira Lamoso (2012), Plínio de Arruda Sampaio Jr.(2012) etc., simpatizantes ou não, denominaram de Neodesenvolvimentismo.

De acordo com Boito (2012), a partir desse projeto social-democrata do lulismo, o papel do Estado de indutor da economia não se restringia ao mercado, ele assumiria também um papel crucial seja como financiador ou como investidor. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os fundos de pensões de estatais cumpriram o papel basilar de reorganizar o capitalismo brasileiro, sendo que esse Estado neodesenvolvimentista seria o regulador competente para financiar e construir grandes corporações de capital privado nacional com capacidade de competir de forma efetiva no mercado mundial.

**O ANTIGO E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO<sup>96</sup>**

<b>Neodesenvolvimentismo</b>	<b>Antigo Desenvolvimentismo</b>
1. Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte.	1. A Industrialização é baseada na substituição de importações.
2. O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas.	2. O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos.
3. A política industrial é subsidiária.	3. A política industrial é central.
4. Rejeição dos déficits fiscais.	4. Atitude mista em relação aos déficits orçamentários.
5. Sem complacência com a inflação.	5. Relativa complacência com a inflação.

Para Boito (2012), o desenvolvimentismo é um programa de política econômica e social, que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal. Segundo ele, para buscar o crescimento econômico os governos Lula e o seu sucessor Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social, como: Crescimento do salário mínimo e de transferência de renda, aumentando o poder aquisitivo das camadas mais pobres; forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; medidas para manter a demanda agregada nos

---

<sup>96</sup>[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do\\_antigo\\_ao\\_novo\\_desenvolvimentismo.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf)

momentos de crise econômica e incremento do investimento estatal em infraestrutura.

Segundo Alves (2011), o Estado investidor passa então a colocar em ação grandes obras de infraestrutura, designadas a atender às demandas exigidas pelo grande capital. A expressão desse Estado investidor se exprime em programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Essa inserção do Estado na economia é o que distingue de forma evidente o projeto burguês desenvolvimentista do projeto burguês neoliberal. A legitimidade do novo projeto no Brasil não se deu apenas pela estabilidade econômica gerada, que já vinha sendo conquistada em parte com a implantação do Plano Real, mas pelo amplo programa de transferência de renda para a classe trabalhadora pobre, visando transformá-los em indivíduos monetários com capacidade produtiva, capazes de atender a reprodução política da ordem burguesa.

Muitas dessas obras do PAC se desenvolveram em espaços de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, enfim, grupos que podem ser englobados pelo polêmico conceito “populações tradicionais” e ou de “pessoas e/ou grupos sociais residentes”<sup>97</sup> em áreas de culturas diferenciadas. A aplicação desse plano causou diversas transformações, conflitos e danos sócio-ambientais em todo o país, o que influenciou o aumento de trabalhos em diversas áreas das ciências sociais e humanas, dispostos a compreender e dar visibilidade a essas populações, além do acompanhamento e execução de laudos, consultas públicas, diagnósticos e relatórios. Uma das áreas escolhidas para o desenvolvimento dessa política neodesenvolvimentista na Bahia, foi a região da Baía de Iguape, mais especificamente São Roque do Paraguaçu.

De acordo com Prost (2010), o Estado da Bahia, possui vantagens notórias em relação aos recursos costeiros com quase mil quilômetros de costa, em uma localização central em relação ao país e ao continente. A Baía de Todos os Santos (BTS) possui vantagens por ser umas das maiores Baías do mundo com 1.052 km<sup>2</sup> de águas protegidas e profundas, em função disso, desde as décadas de 1970 e 1980, cinco pólos navais foram implantados nela, sendo três numa área denominada Baía de Aratu que se localiza no trecho Norte da Baía de Todos os Santos, a 21

---

<sup>97</sup> Conceito cunhado por Barreto Filho (2006)

quilômetros, por mar, do porto da capital baiana. Um localizado no Bairro de São Joaquim, na Baía de Todos os Santos, e o maior em São Roque do Paraguaçu, no sul da Baía do Iguape.

Segundo Prost (2010), três áreas foram estudadas para receber o futuro polo naval na BTS, sendo que em audiência pública na Câmara Legislativa de Salvador se justificou a opção pela localização preferencial em São Roque do Paraguaçu, em detrimento aos dois outros locais estudados: Aratu e Madre de Deus. Dentre os argumentos se destacaram o profundo calado existente em São Roque (10 metros), permitindo a entrada de navios de grande porte, a ausência de impedimentos ambientais e a fraca circulação de embarcações, devido a distância em relação aos portos de Salvador e de Aratu, e por se tratar de uma Resex.

Em 2009, o governo do Estado da Bahia propôs a instalação de um Pólo Naval na extremidade sul da (Resex) Reserva Extrativista marinha da Baía de Iguape, situada na Baía de Todos os Santos. Nesse mesmo ano foi aprovada a instalação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que ocuparia 150 ha e deveria gerar 3600 empregos na fase de implantação e 4000 empregos na fase de operação. A Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária da Bahia (SEINP) surgiu em 2010 para a implantação inicial de dois projetos principais: a implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e do Porto Sul. Este último vai se integrar à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).

A implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e os demais investimentos propostos para o setor visava transformar a região do Recôncavo em um dos maiores parques navais do país. Com capacidade de processar 70 mil toneladas/ano de aço. O estaleiro, que tem entre as suas principais funcionalidades a produção de plataformas de petróleo, sondas de perfuração com alta tecnologia e embarcações militares, e ocuparia uma área de 160 ha às margens do Rio Paraguaçu<sup>98</sup>.

No caso da construção do Polo Naval em uma Resex marinha federal, o governo mostrava uma grande contradição interna onde de um lado está o discurso da preservação ambiental e do outro a promoção do desenvolvimento econômico, embora muitas vezes mascarado pelo discurso do desenvolvimento sustentável.

---

<sup>98</sup><http://www.enseada.com/#Home>. Acesso em 10-01-2016

Prost (2010) analisa que o projeto governamental na região do Iguape, defendia uma visão desenvolvimentista que anunciava uma larga oferta de emprego, mas foi precedida de um estudo breve de impactos que não levou em conta os potenciais efeitos sociais e ambientais do empreendimento. Para ela o processo significou uma desterritorialização econômica, política e cultural na imobilidade das populações tradicionais colocarem-se frente à imposição da lógica global.

Em março de 2010, técnicos do IBAMA fizeram uma análise do EIA/RIMA<sup>99</sup> Estaleiro Enseada do Paraguaçu, emitindo Parecer Técnico recomendando complementação dos estudos. Mesmo assim, o órgão emitiu a Licença Prévia ao empreendimento, sendo a análise técnica desconsiderada, a partir de instrumentos de gestão governamental, que abrem espaços para essas estratégias.

Segundo o documento EIA/RIMA a audiência pública, normatizada pela Resolução CONAMA nº 09/1987, aconteceu no dia 18 de janeiro de 2010, na Associação Atlética Maragojipana, tendo início às 18:30 e sendo encerrada às 2:00 horas da manhã do dia 19 de janeiro. A Audiência foi conduzida pelo Coordenador de Obras Civas do IBAMA José Luís Brito Cunha Reis e teve a participação de 1313 (um mil trezentos e treze) pessoas. Segundo o mesmo documento, as intervenções em 87% dos casos versou sobre os impactos sociais do empreendimento. Destes, cerca de 40% relacionava-se à questões de emprego, capacitação da mão de obra e ao programa de primeiro emprego para os jovens. Algumas perguntas relacionaram-se aos impactos causados pela grande massa de trabalhadores que iriam se instalar na região. Cerca de 10% dos questionamentos foi acerca dos impactos sobre o meio físico e biótico. Por fim foram feitas referências ao acompanhamento das medidas compensatórias e mitigatórias. Os 3% restante referiu-se a manifestações não relacionadas aos impactos do empreendimento.

Prost (2010) analisa que a construção do polo naval foi apresentada como uma excelente oportunidade para redinamizar a economia do Recôncavo Sul. Mas, se por um lado ele foi visto com aprovação para a população não pesqueira de Maragogipe, por outro lado, ele não foi tão bem recebido pelas populações

---

<sup>99</sup> A Análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) referente ao licenciamento ambiental prévio do Polo da Indústria Naval do Estado da Bahia (Estaleiro Enseada do Paraguaçu), proposto para área do município de Maragogipe, BA, está sob o Processo nº 02001.006831/2008-76.

pesqueiras da Resex, assim como pelas organizações sociais e ambientalistas da região e de parte da comunidade universitária.

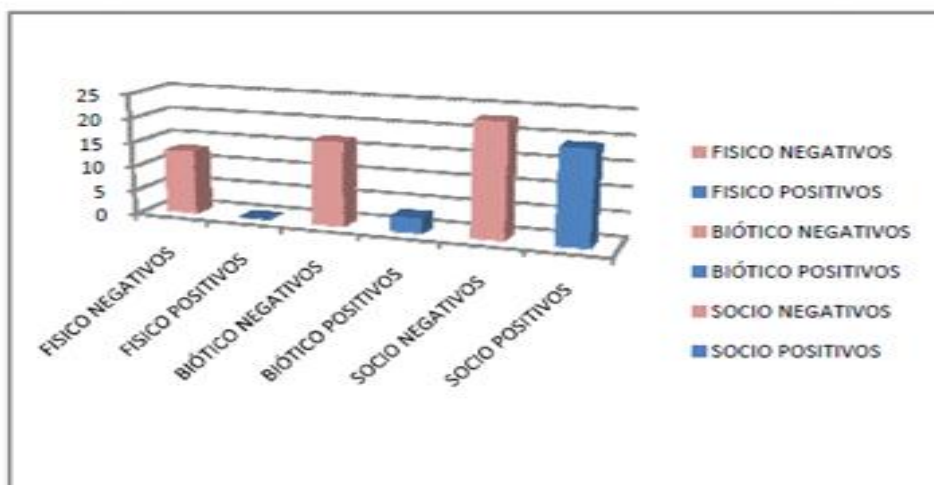
De acordo com a autora acima citada (*idem*), em todas as oportunidades, o anúncio da ampla oferta de empregos, foi questionado pela população que já vivencia instabilidade do setor industrial na região. Foram citados exemplos de empreendimentos como Pedra do Cavalo e da Indústria Petrolífera de Madre de Deus ou São Francisco do Conde, que mostram que a população local, é geralmente marginalizada nesse tipo de empreendimento, sofrendo impactos em suas atividades tradicionais de pesca.

Ainda de acordo com os estudos de Prost (*ibidem*), em pesquisa realizada em Madre de Deus, as populações pesqueiras do município sentiram uma diminuição sensível das capturas desde o início das atividades industriais, por razões diversas, elencadas a seguir: poluição por vazamentos de óleo e derivados, obstrução de canal na maré baixa por causa da instalação de dutos, redes rasgadas nas estruturas de perfuração, dentre outros fatores. Nessas condições, pescadores e marisqueiras enfrentam muitas dificuldades de sobreviver apenas da pesca. Embora procurem se empregar na indústria de petróleo, muitos se queixam da precariedade da estabilidade do trabalho, além da necessidade de investimento prévio para adquirir as qualificações necessárias. Nem os *royalties* que as prefeituras recebem da Petrobras se traduzem em benefícios econômicos e sociais para esse segmento da população.

Para PROST (*ibidem*), os estudos do EIA/RIMA tendem a minimizar os efeitos negativos do empreendimento nas áreas de influência direta, assim como relativizar os impactos socioambientais, reduzir os conceitos de territorialidade e colocar uma visão pessimista em relação a sustentabilidade da pesca artesanal. Nas tabelas a seguir, extraídas do EIA/RIMA, podemos observar que do ponto de vista social, os pontos negativos e positivos do empreendimento são colocados de forma equilibrada. Segundo o EIA/RIMA os benefícios trazidos pelo empreendimento superam os possíveis impactos.



### Gráfico de distribuição dos impactos positivos e negativos nos meios avaliados

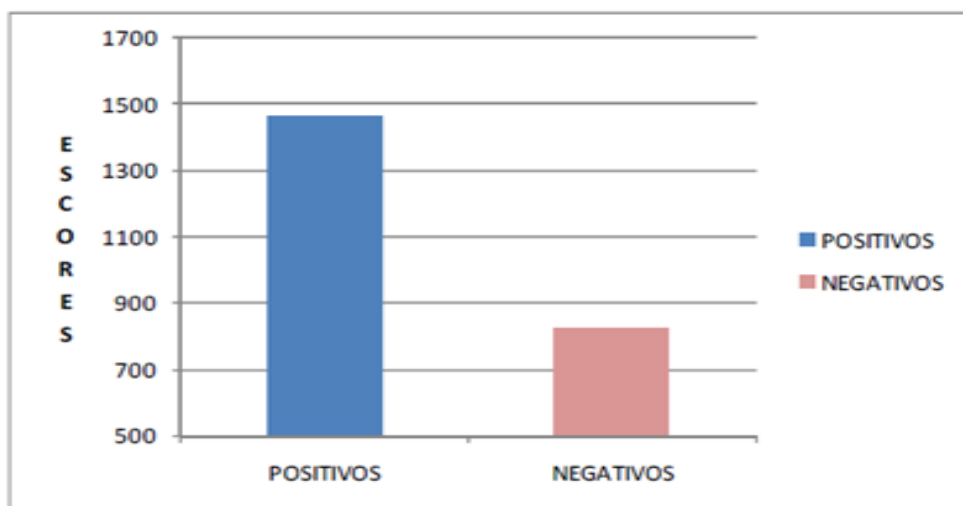


**FIGURA 81 – Distribuição dos impactos positivos e negativos nos meios avaliados.**

Fonte: (RIMA, 2009: 57)

Figura 12:

### Gráfico de comparação dos escores cumulativos dos impactos negativos e positivos de média e alta significância.



**FIGURA 84 – Comparação dos escores cumulativos dos impactos negativos e positivos de média e alta significância.**

Fonte: (RIMA, 2009: 59)

Inserido nessa política neodesenvolvimentista<sup>100</sup>, o Consórcio formado para a construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, entre outras obras do PAC, teve início em 2010 com a Odebrecht Participações e Investimentos S.A., a OAS Investimentos S.A. e a UTC Participações S.A. Em 2012, a Kawasaki Heavy Industries Ltda, juntou-se ao grupo como acionista e parceira tecnológica. O consórcio Estaleiro Enseada do Paraguaçu foi criado tendo como principal cliente e parceiro, a Petrobras. As primeiras metas do Consórcio foi a produção para a Petrobras de quatro navios petroleiros nas futuras Plataformas P-74, P-75, P-76 e P-77<sup>101, 102</sup>.

Figura 13: Imagem da construção do Estaleiro EEP



Fonte: SECOM

Em 13/07/2012, foi lançada a pedra fundamental do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e o batismo da Plataforma P-59 do canteiro de obras de São Roque do Paraguaçu. O evento contou com a presença da presidenta Dilma Rousseff, do governador Jaques Wagner, além de empresários do setor, sendo considerado um marco para a indústria naval brasileira. Na época o ex-presidente da Petrobras e que

<sup>100</sup>Modelo econômico que passa a vigorar no Brasil a partir do ano de 2002, com o governo de Luis Inácio Lula da Silva, e que será discutido ainda neste capítulo.

<sup>101</sup><http://www.eepsa.com.br/>

em 2012 exercia a função de secretário do Planejamento do Estado, José Sergio Gabrielli, deu entrevistas apostando que era um momento de impulsionar a indústria naval no Estado. "Até 2015 teremos R\$ 15 bilhões de investimentos na Baía de Todos os Santos e um deles é o estaleiro, mas haverá um polo industrial no Recôncavo, além da ampliação de portos, como o de Salvador"<sup>103</sup>.

O protocolo de intenções para a construção do Polo Produtivo 2 de Julho Cadeia de Óleo & Gás off-shore, on-shore e Indústria Naval Recôncavo – Bahia foi lançado no dia 26/11/2013 pelo então governador da Bahia Jacques Wagner; Assinaram o acordo as empresas: ASK Assessoria, OAS, Odebrecht, UTC Engenharia e Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP), tendo como objetivo: Implantação de um complexo Industrial para atender até então crescente demanda da Indústria de Óleo & Gás do Pós-sal e do Pré-sal, e a revitalização da Indústria Naval.

Segundo a cartilha Fieb (2012) sobre a Implantação do Polo Produtivo Dois de Julho: Cadeia de Óleo & Gás off-shore, on-shore e Indústria Naval Recôncavo - Bahia<sup>104</sup>, as empresas que se instalariam no complexo seriam selecionadas a partir da identificação das principais cadeias de produção e da infraestrutura a serem implantadas na região. Assim, as indústrias que iriam compor o complexo seriam forjarias<sup>105</sup>, fundições, indústrias de metal mecânica, sistemas e fornecedores, produzindo módulos de acomodação naval, de processo de tratamento e outros, voltadas para o Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP). De acordo com esse documento o Estado assumiria as obrigações de fornecer a infraestrutura externa necessária para o desenvolvimento das atividades do Pólo 2 de Julho, como água, esgoto, acesso e, ainda, benefícios fiscais para as empresas investidoras.

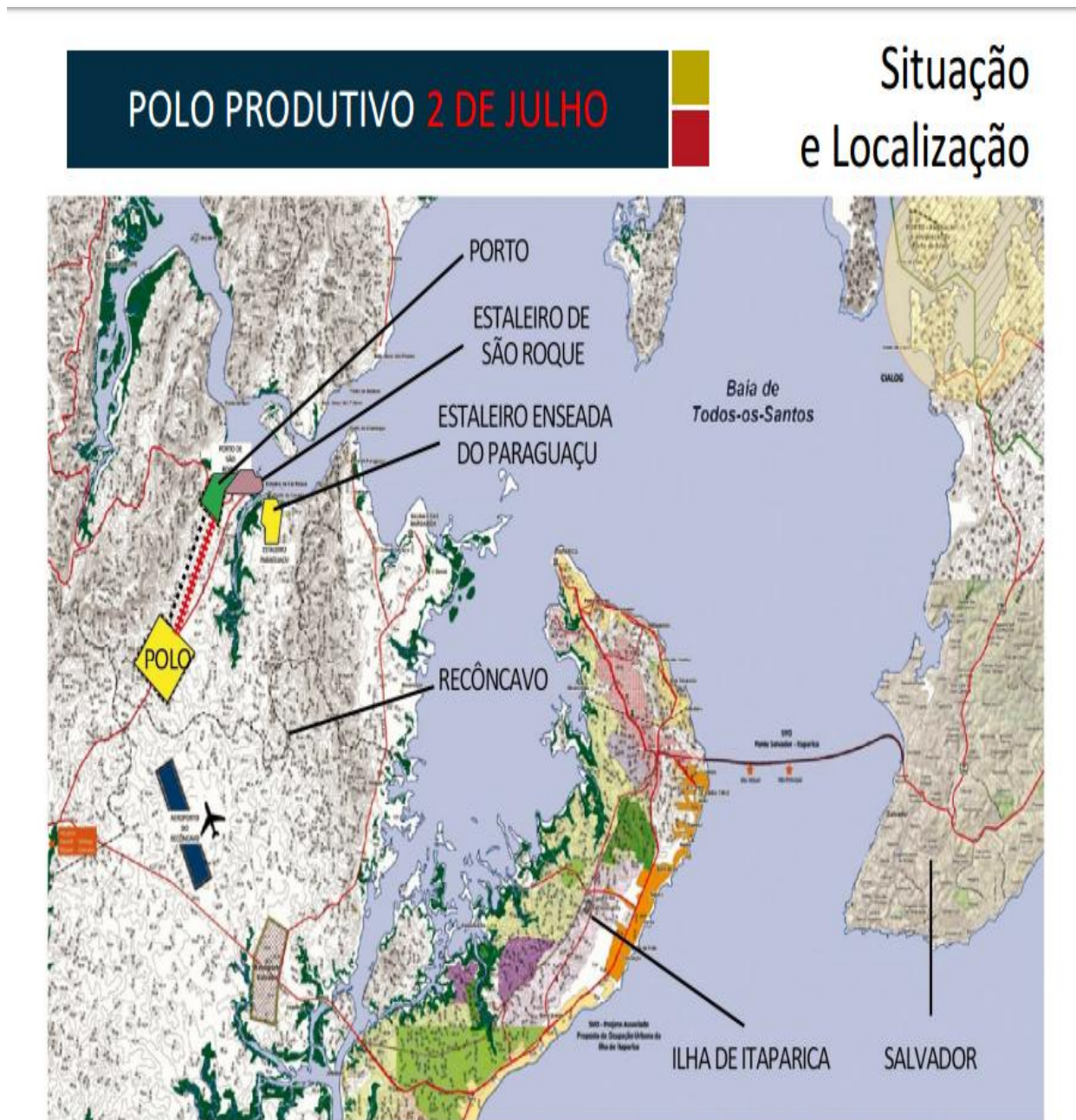
---

<sup>103</sup>[http://www.tibahia.com/tecnologia\\_informacao/conteudo\\_unico.aspx?c=NOT\\_GOV&fb=B\\_FULL&hb=B\\_CENTRA&bl=LAT1&r=NOT\\_GOV&nid=17571](http://www.tibahia.com/tecnologia_informacao/conteudo_unico.aspx?c=NOT_GOV&fb=B_FULL&hb=B_CENTRA&bl=LAT1&r=NOT_GOV&nid=17571)

<sup>104</sup><http://www.fieb.org.br/Adm/FCKimagens/file/Conselhos/2012/Agosto/Estaleiro%20Enseada%20do%20Paraguac%CC%A7u%20-%20Polo%20%20de%20Julho.pdf>.

<sup>105</sup>Empresas produtoras de peças forjadas de metais.

Figura 14: Mapa de situação e localização do Polo de Dois de Julho.



Fonte: Cartilha da FIEB (2012)

Figura 15: Mapa racional estratégico do Polo 2 de Julho



<sup>106</sup>Fonte: Cartilha da FIEB (2012)

Os governos Lula e Dilma, segundo Boito (2012), encontraram meios de moderar os efeitos dos pilares do modelo capitalista neoliberal e permitiu a expansão dos negócios da burguesia interna, estimulando emprego em diversas áreas, a exemplo da construção naval e construção pesada.

<sup>106</sup>ibdem

O PAC abriu uma rede de negócios e investimentos para a burguesia brasileira, e numa escala muito menor para a abertura de empregos. De 2003 a 2014, o neodesenvolvimentismo cresceu e se instalou no país, até que, a partir do primeiro semestre de 2014, a crise econômica mundial atingiu o Brasil, e a burguesia internacional, aliada classe alta brasileira, iniciou um processo de retomada dos modelos neoliberais.

Boito (2012) analisa que com a operação Lava-Jato iniciada pela Polícia Federal, grande parte das empresas que estavam inseridas nas construções das obras do PAC e foram citadas na investigação, ficaram impedidas de continuar executando projetos junto ao Governo Federal. As obras foram paulatinamente paralisadas e esse processo atingiu diversas obras em todo o país, dentre estas a construção do Polo naval 2 de Julho e do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

A trajetória de implantação do EEP e do Polo Naval seguiu a uma lógica histórica que vem se desenvolvendo desde década de 90. Nesta, diversos projetos foram implantados em detrimento de uma discussão aprofundada com pessoas e grupos residentes em áreas de cultura diferenciadas sobre os riscos e danos que poderiam exercer sobre elas. Muitas obras foram iniciadas sem o cumprimento das recomendações do EIA/RIMA, através de estratégias como licenças provisórias, atingindo amplamente os espaços sociais e ambientais de comunidades residentes em áreas protegidas, a exemplo de São Roque e Enseada.

No entanto, esses danos produzidos pelas grandes obras, não se deram de forma isolada, eles estão inseridos numa lógica do capital a nível mundial e nacionalmente estão atrelados à ideia do neodesenvolvimentismo, que coloca em choque as populações tradicionais com suas relações sócio-econômicas, ambientais e simbólicas e os interesses das grandes corporações do terceiro setor.

## 6 O ANTROPÓLOGO E AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: LIMITES E POTENCIALIDADES

*“Entre estatais e multinacionais quantos ais”*

*Carlos Drummond de Andrade*

Neste capítulo analiso os limites e potencialidades das audiências públicas, enquanto palco de exposição do que alguns autores definem como estado teatral<sup>107</sup>. Discutindo a partir destes, o papel da antropologia tanto no campo de pesquisa, quanto nas atuações em órgãos públicos. Para isso, farei um relato etnográfico dos acontecimentos em torno da audiência pública realizada em São Roque do Paraguaçu no dia 03 de junho de 2016, uma análise bibliográfica sobre as audiências anteriores à construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e por fim, discussões sobre os debates contemporâneos realizados na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, acerca do neodesenvolvimentismo, impacto de grandes empreendimentos, licenciamentos ambientais e reconfiguração de conceitos. Por fim, farei uma comparação das audiências e das participações dos diversos grupos envolvidos.

Em 1977, Jorge Amado escreveu um dos seus mais famosos romances “Tieta do Agreste”, o mesmo apresenta a história de uma pacata cidade no Agreste Baiano, no qual as estruturas pareciam funcionar imóveis com o passar do tempo; as “moçoilas casadoiras” a espera de seus pretendentes, como boas donzelas participavam das missas matinais; os homens geralmente eram pescadores ou criadores de cabras, vivendo do ócio e da vida boemia na maior parte do tempo; as beatas cuidavam para que tudo se mantivesse dentro dos costumes e assim a vida passava sem grandes novidades. Até que surge um novo período, marcado por dois acontecimentos que abalam a ordem de Santana do Agreste, a chegada de Antonieta Esteves Cantareli, mais conhecida como Tieta e de uma empresa de

---

<sup>107</sup>Gueertz (1991), Balandier (1999), Benjamim (2003), Renk e Winckler (2016).

dióxido de titânio chamada Brastânio (Indústria Brasileira de Titânio S. A), que decide se instalar nas dunas de Mangue Seco.

A partir destes dois acontecimentos, a pequena Santana do Agreste tem as engrenagens da sua rotina alteradas. De um lado Tieta, personagem irreverente que sempre foi de encontro às estruturas locais se une ao ecologista comandante Dário, defendendo a natureza e denunciando a poluição que seria produzida na região; do outro, os empresários da Brastânio, apoiados pelo jovem e sonhador Ascânio, trazendo as promessas do desenvolvimento. A criação da empresa prometia aumentar a renda da população, gerar empregos para as pessoas do lugar, colocando a pacata Santana do Agreste na modernidade.

Sete anos antes do romance “Tieta do Agreste” ser lançado, uma indústria de Dióxido de Titânio foi implantada na Bahia. Na época não existiam leis para a proteção do meio ambiente, o que levou o jovem antropólogo Phillip Kottak a escrever seu livro “Assalto no paraíso”, publicado em 1983<sup>108</sup>. O romance “Tieta” segue a linha de denúncia social e de inspiração em fatos reais, muito presente nas obras amadianas. O romance nasce quando o escritor Jorge Amado se depara no ano de 1975 com um projeto industrial para a cidade de Estância/Sergipe, que ameaçava destruir o ecossistema local, através do que ele denominava “conceito anti-humano de progresso”. Anos antes, ele, ao lado de artistas e escritores baianos, tinham sido vencidos numa batalha contra a construção da fábrica de dióxido de Titânio (Tibras) em Arembepe<sup>109</sup>, e assim Amado (1977), descreve esse progresso trazido pela Brastânio:

[...]Sabes tu, meu poeta, que no mundo inteiro existem apenas seis fábricas de dióxido de titânio? Que recentemente um juiz condenou à prisão os directores de uma delas, na Itália, pelo mal causado ao Mediterrâneo, pela poluição das águas e destruição da flora e da fauna marítimas? Sabes que nenhum país civilizado aceita no seu território essa monstruosa indústria? Que a empresa cuja presença ameaça o Brasil, não obteve autorização para erguer as sua chaminés malditas na Holanda, no México, no Egipto? Vade retro! Exclamaram os governantes recusando os imensos capitais, não somente por estrangeiros, mas, sobretudo por assassinos da atmosfera e das águas. (AMADO1977:312)

---

<sup>108</sup> Maiores detalhes sobre a chegada do TIBRAS em Arembepe sobre o trabalho de Kottak se encontram na introdução desta tese.

<sup>109</sup><https://aviagemdosargonautas.net/2012/08/10/entrevista-com-jorge-amado-por-giovanni-ricciardi/>



No romance amadiano, uma longa batalha se trava na cidade entre defensores e contrários à chegada da empresa. Na época em que o romance foi escrito, os marcos regulatórios ambientais ainda não estavam definidos, o que só iria acontecer na década de 80. Assim sendo, as batalhas não se davam a partir das vias institucionais. A partir da criação de leis que regulamentam o acesso a terra, a demarcação de áreas de proteção ambiental e de Resex, surgem mecanismos que deveriam regular as relações de acesso e proteção ao meio-ambiente, este entendido aqui como inseparável da relação pessoa/natureza.

As tramas envolvendo a chegada ou não do progresso, colocam no romance amadiano, os personagens ocupando papéis e posições diversas, onde se evidenciam relações de poder, persuasão, dominação, performance e disputa política. Analisando as audiências públicas e a forma como os diversos atores sociais interagem, podemos fazer o trajeto inverso, imaginar a chamada vida social, como um grande espetáculo, como bem expressa Balandier:

[...] Todo o universo político é um palco ou de uma maneira geral um lugar dramático onde são produzidos efeitos. O que mudou particularmente desde alguns decênios são as técnicas utilizáveis para este fim cuja utilização se modifica segundo o tipo de sociedades. (BALANDIER, 1999: 98)

Para Balandier (1980), as situações e as circunstâncias podem contribuir para acentuar a teatralidade política. Na América Latina, que historicamente é aberta para a dominação exterior, é não igualitária e tem o poder concentrado nas mãos de poucos, “tem a hipertrofia do poder, de um modo que associa a tragédia, de que sofrem povos e o grotesco autocrático, com que os governantes enfeitam sua mediocridade” (BALANDIER, 1999:8).

No teatro da democracia moderna se evidenciam as potencialidades dramáticas e os jogos de representação. A arte da persuasão no debate e a capacidade de criar efeitos definem, segundo Balandier (1999), os funcionamentos políticos reconhecidos, independente da convivência dos deuses, do respeito à tradição, do surgimento do herói ou do controle das correntes históricas. No entanto:

[...] A intensidade da ação resulta da incerteza quanto à maioria, sua manutenção ou sua mudança; o momento espetacular é o das crises de governo. Ocasionalmente, a surpresa, vulgarmente denominada um ‘golpe’, quebra a rotina, espanta e dá vantagens. (BALANDIER, 1999:8)

De acordo com Benjamim (2003), existe um oceano entre a legislação ambiental e o alcance de seus objetivos. Portanto, a promulgação de uma lei não retifica automaticamente o problema que lhe deu origem, pois o Estado nem sempre conjuga a atuação legislativa e implementadora, sendo comum o Estado legislar para aplacar a insatisfação social e não para aplicar os regimentos. Dessa forma, a realidade político-administrativa e o poder dos grandes grupos econômicos, responsáveis pela degradação ambiental, impedem que o poder público implemente a lei, sendo que a teatralidade separa a norma escrita e a norma praticada, resultando numa ordem pública ambiental incompleta.

Ainda de acordo com o autor acima (idem), esse vácuo entre a implementação e a lei, não deveria existir, pois, a intervenção estatal não é facultativa e a omissão sempre favorece os degradadores. A ausência do governo estabelece um licenciamento ao contrário, o qual Benjamim denomina de “O Estado Teatral e a Implementação do Direito ambiental”, neste ao invés de salvaguardar o direito da maioria, as vítimas, o Estado salvaguarda o direito da minoria, os poluidores.

[...] O problema é que o Poder Público, muitas vezes, fica refém de projetos econômicos particulares, principalmente em áreas pobres, mesmo que signifiquem a violação da legislação e possam acarretar sérios prejuízos às gerações futuras. A peregrinação de políticos nos gabinetes oficiais é do conhecimento geral, não se faz para pedir medidas de proteção da natureza, mas para demandar licenciamento de obras de legalidade duvidosa, sob o argumento habitual da geração de renda e empregos. (BENJAMIN, 2003:53)

Na análise de Medeiros et al (2016), o governo tem insistido em investimentos que reproduzem o modelo mais tradicional de desenvolvimento, adensando investimentos que infringem leis ambientais. Dentre os prejuízos, estes autores (idem) destacam o desmatamento, a perda da biodiversidade local, a poluição e alagamento de algumas áreas, além de conflitos territoriais. No entanto, as populações atingidas são silenciadas pela mídia ou pelos órgãos que deveriam auxiliá-los. O Estado ao invés de implementar políticas de proteção, muitas vezes, atua em sentido inverso, “[...] Em muitas regiões do Brasil, o controle realizado pelas agências do Estado sobre as populações que vivem desta faina têm sido motivo de conflitos e transgressões de regras”. (NETO, 2005:3)

Na 36ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia realizada em agosto de 2016, em João Pessoa-Paraíba, a temática sobre os programas

neodesenvolvimentistas e os impactos produzidos pelas obras do PAC foram amplamente debatidos e expostos nos grupos de trabalhos, seminários e palestras.

Nas discussões sobre grandes obras na 36ª RBA ficou evidenciado o uso de novas estratégias, que estão sendo usadas como formas de burlar as normas dos licenciamentos ambientais, como a licença parcial ou temporária para construção de canteiros de obras, que embora não exista no marco regulatório, vem sendo comumente usada como forma de aprovação de projetos e de flexibilização do licenciamento, sendo que as falhas no cumprimento das condicionantes do marco regulatório são passadas para as etapas seguintes, e muitas não são cumpridas.

Renk e Winckler (2016), em seu artigo publicado na 36ª reunião da ABA, chamam atenção para a alteração compulsória do modo de vida, a quebra dos vínculos vicinais, comunitários e de organização de trabalho, que vitimam os atingidos por grandes obras. De acordo com elas, os projetos desenvolvimentistas expressam o desequilíbrio das relações de poder entre populações locais e *outsiders*.

A partir de Zhouri e Oliveira (2007), podemos analisar que os termos crescimento e desenvolvimento não são sinônimos, as projeções das obras deveriam visar o chamado desenvolvimento da região e/ou país. Mas, as populações não são contempladas em grande parte por essas obras, esse crescimento não se dá de forma equitativa e não salvaguardam os direitos dos atingidos. No entanto, àqueles que se opõem são designados como “guardiões da miséria”.

Em um seminário sobre "A Hidrelétrica de Belo Monte e a Questão Indígena" ocorrido no dia 07 de fevereiro de 2011 na Universidade de Brasília (UNB)<sup>110</sup>, Andréa Zhouri, já trazia em sua palestra os problemas que estavam se processando nos licenciamentos ambientais<sup>111</sup>, suas limitações, a centralização dos

---

<sup>110</sup>Belo Monte e a Questão Indígena: Andréa Zhouri. <https://www.youtube.com/watch?v=npoLn9pzJ5E>. Visualizado em 19/03/2016.

<sup>111</sup> O licenciamento ambiental foi colocado em prática a partir de 1975, inicialmente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Foi estabelecido nacionalmente por meio da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente e definiu os princípios e os objetivos que norteiam a gestão ambiental. Posteriormente, a Política Nacional de Meio Ambiente instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e elaborou um conjunto de instrumentos os quais vêm sendo desenvolvidos e atualizados por meio de resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, órgão também criado pela Lei Federal nº 6.938/81 com poder para estabelecer normas e regulamentos. A consagração desta lei e de seus respectivos instrumentos

planejamentos do PAC, a colisão das obras com o modo de vida dos povos tradicionais, o paradigma da adequação ambiental, os discursos produzidos sobre os impactos e a desqualificação técnica e científica das posições dissonantes e, por fim, as chamadas flexibilizações do licenciamento, como ocorreu na obra do Estaleiro Enseada do Paraguaçu onde mesmo com parecer solicitando complementação do EIA/RIMA, uma licença provisória foi liberada.

Segundo Zhouri (2004), no Brasil, existe três visões sobre o licenciamento ambiental: uma que trata o licenciamento como uma barreira ao desenvolvimento e que corresponde à parte dos setores governamentais e do empresariado; uma segunda que trata o licenciamento como suficiente, e que só precisaria ser posto em prática e aplicado corretamente(boa parte dos técnicos ambientais compartilham dessa visão); e uma terceira que acha que o licenciamento é insuficiente como instrumento de avaliação da viabilidade socioambiental e cultural dos povos atingidos pelas obras e pelos impactos que estas geram.

Ainda de acordo com a autora supracitada (idem), os movimentos sociais a partir da década de 60, buscavam novas bases para superar as dicotomias como objetividade e subjetividade, indivíduo e sociedade, natureza e cultura. Os esforços da superação da dicotomia natureza e cultura ligavam-se a uma crítica ambiental acerca da sociedade industrial, que vinha de um movimento político e acadêmico chamado “ecologia política”. Segundo ainda a autora, a crítica da ecologia política suscitou diversas reações por parte daqueles que defendiam a industrialização como inevitável, e os ecologistas passaram então a serem vistos como românticos e ingênuos. No entanto, os problemas relacionados à poluição e à escassez de recursos fizeram com que essas noções fossem revistas, sendo então incorporadas como “variáveis ambientais”, causando uma despolitização do debate ecológico e uma institucionalização dos temas ambientais pelas forças hegemônicas da sociedade.

Zhouri (ibidem) afirma que o licenciamento ambiental foi um avanço no marco regulatório desde a década de 80, contudo, é limitado porque é desenhado dentro de uma lógica urbana e capitalista de apropriação da natureza. O processo de

licenciamento se inicia quando os projetos já foram aprovados pelo planejamento centralizado e a obra aparece então como fato inexorável e inquestionável. A construção da Usina de Belo Monte foi um dos casos mais repercutidos no país em relação a esse processo de licenciamento. Essas obras estão em franca colisão com os modos de vida dos povos indígenas, dos ribeirinhos, das (APA's) Áreas de proteção ambiental, das (U.C.) Unidades de Conservação permanente.

[...]O processo de licenciamento ambiental, neste paradigma, deixa de cumprir sua função precípua de ser um instrumento de avaliação da sustentabilidade socioambiental das obras para ser mero instrumento viabilizador de um projeto de sociedade que tem no meio ambiente um recurso material a ser explorado economicamente. (ZHOURI, 2008:101).

Zhour (2008) destaca que, nessa perspectiva, a apropriação e o uso dos territórios são concebidos apenas como tensões entre os diferentes “setores” da sociedade, passíveis de negociações através de técnicas eficientes. Na década de 90 entra em cena o chamado “Desenvolvimento sustentável”, onde a natureza é entendida como uma variável manejada, equacionada e assimilada como um recurso para a produção. Muitas ONGs e ambientalistas foram convidados à participação e à parceria. O ambientalismo de resultados incorpora, assim, a negociação como palavra de ordem.

Na palestra, realizada em 2011, sobre Belo Monte e a questão ambiental na Universidade de Brasília (UNB), Zhour afirma que o planejamento que se faz para a construção dessas obras é um planejamento abstrato, a revelia das concretas condições ecológicas e socioculturais que regem a vida nos lugares. Assim, “o planejamento” analisa os potenciais produtivos naquele espaço geográfico, mas não aprofunda as análises sobre a vida das pessoas enquanto parte dos lugares. Ela denomina esse processo de “paradigma da adequação ambiental”, que segundo a mesma, caracteriza-se como um processo em que as pessoas, as comunidades e as culturas é que têm que se adequar ao projeto técnico, e não o projeto técnico que se adequa às condições ecológicas e culturais preexistentes.

No entanto, Henri Acselrad (2010) defende a possibilidade de que as ações desenvolvimentistas possam ocorrer em consonância com a proteção ambiental. A noção de “movimento ambientalista” tem sido evocada no Brasil para designar um espaço social de circulação de discursos e práticas associados à “proteção ambiental”. Nesta está incluída diferentes organizações, que no Brasil estão

atravessadas por uma questão central:

[...] Como engajar-se em campanhas que evocam a 'proteção ao meio ambiente' sem desconsiderar as evidentes prioridades da luta contra a pobreza e a desigualdade social ou mostrando-se capaz de responder aos propósitos desenvolvimentistas correntes que almejam a rentabilização de capitais em nome da geração de emprego e renda. (ACSELRAD, idem: 103).

Sendo assim, o autor (ibidem) continua a questionar a legitimidade das ações sobre a proteção do meio ambiente, na medida em que esta é apresentada como um obstáculo ao desemprego e a superação da pobreza.

Alguns problemas do Licenciamento ambiental são recorrentes. A falta de transparência é um dos principais entraves da participação dos grupos atingidos. Os conhecimentos tradicionais como os conhecimentos pesqueiros, que são desenvolvidos em um contexto de convívio com o ambiente natural não são elencados entre os aspectos relevantes nos estudos que compõe o EIA/RIMA dos empreendimentos.

Uma das principais críticas ao EIA/RIMA é a de que eles desqualificam e minimizam os impactos. Onde segundo Zhouri<sup>112</sup>, a linguagem técnica é o mecanismo pelo qual se dá a desqualificação e deslegitimação das populações culturais e étnicas atingidas pelas obras. Neste íterim, qualquer pronunciamento de um cidadão ribeirinho, agricultor etc, é visto como um pronunciamento emocional não fundamentado em conhecimento técnico científico, absolutamente desqualificado em qualquer audiência pública, em qualquer peça de Licenciamento ambiental. Do mesmo modo, o público alvo do empreendimento geralmente toma conhecimento da situação tardiamente. Isso impede, inclusive, o cumprimento da legislação expressa na resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental, onde se afirma que os estudos devem contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução, com os impactos ambientais e suas alternativas.

Zhouri (2008) observa que a retórica técnica dos EIA/ RIMA não impede a

---

<sup>112</sup>Belo Monte e a Questão Indígena: Andréa Zhouri.  
<https://www.youtube.com/watch?v=npoLn9pzJ5E>. Visualizado em 19/03/2016.

verificação de que são, em geral, documentos com muitas falhas do ponto de vista da informação. A linguagem imprecisa tende a desqualificar os impactos para favorecer o projeto técnico. Ademais, existe uma visão patrimonialista, cartorial e mercantil, que contabiliza propriedades e objetos passíveis de indenização, não os sujeitos atingidos, com suas apropriações e usos do território, além dos laços societários e culturais.

## 6.1 AUDIÊNCIAS PRÉVIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU

Silva (2014), em sua dissertação de mestrado, fez um relato das discussões da Audiência Pública realizada na sede do município Maragogipe em 11 de dezembro do ano de 2008, com objetivo de avaliar e discutir a implantação do Polo Naval na RESEX. Os estudos preliminares indicavam que o empreendimento provocaria impactos na Baía de Todos os Santos e Baixo Paraguaçu, com raio de influência direta nos Municípios de Maragogipe, Saubara, Salinas das Margaridas, Cachoeira e São Felix, além de alcançar outros municípios do Recôncavo que não estavam no entorno da área diretamente atingida.

A Audiência Pública contou com representantes dos poderes públicos e da sociedade civil, entre as presenças estavam representantes da Procuradoria da República, Promotoria de Justiça, Coordenadoria do Núcleo de Defesa da Baía de Todos os Santos, Coordenadoria do Núcleo de Defesa do Rio Paraguaçu, Superintendência do IBAMA, representantes do ICMBio, Representantes da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC) e membros das comunidades ribeirinhas e do seu entorno. De acordo com (Silva, idem), o Procurador da República destacou a necessidade da aplicação do “Princípio da Prevenção”<sup>113</sup> como principal objetivo da Audiência.

---

<sup>113</sup>Por este princípio, implicitamente consagrado no artigo 225 da CRFB e presente em resoluções do

Ainda em sua narrativa da Audiência (Ibidem), destacou-se que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEDUC-BA) anunciou o início de um plano de educação profissional que ocorreria independente da instalação ou não do polo naval. O representante do IBAMA afirmou a responsabilidade do órgão como agente licenciador do empreendimento e que eles analisariam, não as "janelas de oportunidades", mas sim condições objetivas para a implantação do empreendimento, não abrindo mão do rigor, o representante do ICMBio leu a resposta enviada ao Procurador da República através do of. 707/08-DIUSP/ICMBio, ressaltando que a RESEX é de domínio público e as terras da RESEX constituem patrimônio da União e deveria atender aos fins especificados em lei, sendo assim, a implantação do empreendimento estava subordinada às Leis de criação da RESEX.

Entre as principais preocupações destacadas por Silva (ibidem) por parte das comunidades a serem atingidas pela obra de construção do Pólo naval, o autor ainda destaca as preocupações com os aspectos negativos não falados pelos agentes públicos como aumento da criminalidade, prostituição, tráfico de drogas, ocupação imobiliária indevida, invasões, privatização das águas, delimitação de inúmeras áreas de pesca, os perigos dos navios de grande porte e a possível falta de emprego. Ainda de acordo com o autor (ibidem), o público presente afirmou que até aquele momento, os programas de desenvolvimento implantados não significaram melhorias em suas vidas e que as discussões não estavam sendo aprofundadas com todos àqueles que seriam atingidos.

Segundo Silva (ibidem), duas decisões emergiram da audiência de 2008 e coube ao Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado da Bahia, registrar as decisões da audiência pública e comunicar oficialmente ao Governo do Estado da Bahia que a ausência de estudos qualificados sobre alternativa

---

CONAMA já se tem base científica para graves danos ambientais decorrentes de determinada atividade lesiva ao meio ambiente, devendo-se impor ao empreendedor condicionantes no licenciamento ambiental para mitigar ou elidir os prejuízos. [...] Ele se volta a atividades de vasto conhecimento humano (risco certo conhecido ou concreto), em que já se definiram a extensão e a natureza dos danos ambientais, trabalhando com boa margem de segurança. [...] Em Direito Ambiental, deve-se sempre que possível buscar a prevenção, pois remediar normalmente não é possível, dada a natureza irreversível dos danos ambientais, em regra. Exemplo de sua aplicação é a exigência de estudo ambiental para o licenciamento de atividade apta a causar degradação ambiental. (SILVA apud AMADO, 2014, p. 182)



locacional, deveriam implicar na adoção de medidas judiciais para que o Polo Naval não fosse implantado no local pretendido; e que foram solicitados esclarecimentos ao ICMBio e ao IBAMA quanto ao projeto em questão (o denominado Polo Naval da Bahia). Sendo assim, ainda de acordo com esse autor, os agentes do Estado transferiram para o governo as responsabilidades de conduzir estudos mais aprofundados e os agentes do IBAMA e ICMBio deveriam acompanhar o processo, afim de prestar os esclarecimentos reivindicados pelas comunidades.

Em 2010 foi realizada uma nova Audiência pública, onde foram mostrados os resultados do EIA/RIMA (2009), os resultados foram mostrados através do parecer técnico nº 042/2010, sobre o Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.006831/200876. O parecer concluiu que os dados analisados foram insuficientes e que no meio físico o estudo foi realizado com baixa representatividade de dados. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) das obras de implantação do terminal portuário apresentava falhas, erros e falta de dados que comprometiam a viabilidade do empreendimento e que, portanto, eram necessários novos estudos. Em relação ao diagnóstico socioeconômico, o estudo mostrou a defasagem de alguns dados. Além disso, identificaram que o EIA deveria propor a criação de alguns programas de medida mitigadora e uma avaliação de como se daria a desmobilização da mão de obra temporária das fases de execução do empreendimento. Silva (Ibidem), concluiu que as audiências públicas realizadas na fase consultiva foram insatisfatórias e que permaneceram as promessas de desenvolvimento socioeconômico com a implantação e início das obras.

## 6.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA EM SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU PÓS-DEMISSÕES.

O ano de 2016 foi marcado por diversos acontecimentos que alteraram significativamente a política e a economia brasileira. No dia 17 de abril a Câmara Federal dos Deputados aprovou um relatório favorável ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff. No dia 12 de maio, o Senado Federal aprovou o

afastamento temporário da presidenta, até que o processo de impedimento fosse concluído. Nesse ínterim, o vice-presidente assume o comando da política nacional e inicia um processo de retração do estado na economia.

Na sexta-feira 3 de junho de 2016 foi convocada pelo deputado federal Bebeto Galvão, por vereadores do Município de Maragogipe e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada (SINTEPAV-BA), uma audiência pública na sede da Comunidade Beneficente de São Roque do Paraguaçu (COBEP), situada no Centro de São Roque. A Audiência teve como objetivos: dar explicações sobre as demissões e expectativas para vencer a crise econômica da região; relatar o conjunto de medidas que os órgãos representativos de classe, os órgãos públicos e os políticos presentes estavam encaminhando para corrigir os efeitos da crise; apresentar por parte dos representantes do empreendimento Estaleiro Enseada do Paraguaçu, informações sobre as perspectivas de reativação das atividades e as alternativas produtivas para reabertura de mercado.

Farei inicialmente um relato sobre os discursos, performances e reações dos participantes da audiência. Posteriormente, uma breve comparação com as Audiências Públicas realizadas para a implantação do EEP e finalizo com uma análise do evento, traçando um paralelo entre o exposto e o absolvido, o dito e o entendido, expectativas e realidades, os discursos globais e os sentidos locais.

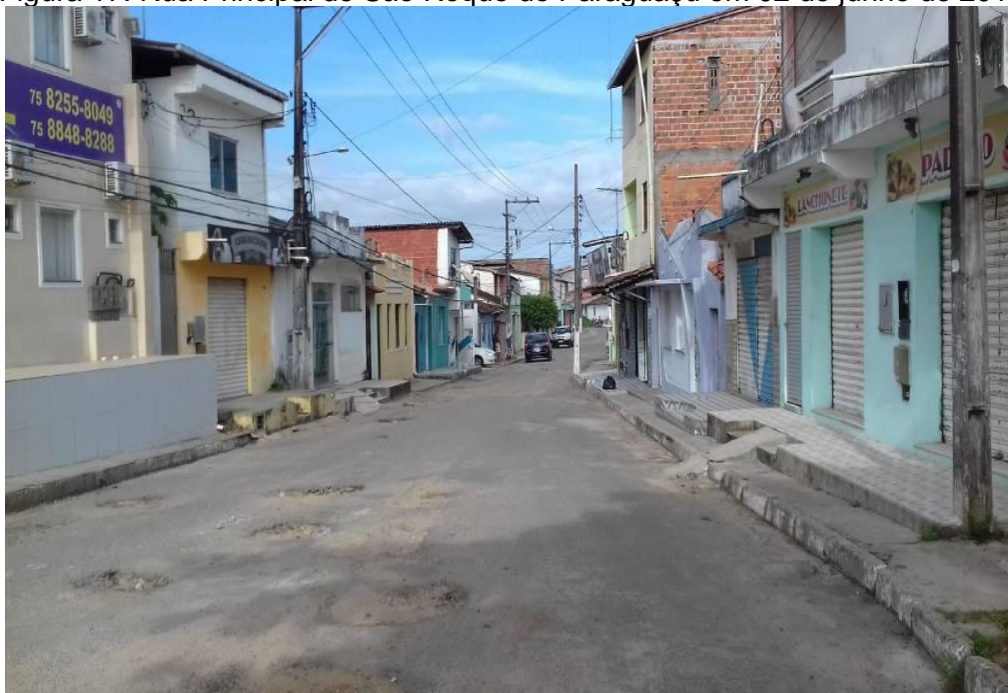
Cheguei a São Roque do Paraguaçu às 14:00 do dia 02 de junho de 2016. O ônibus parou num pequeno terminal em frente à Praça, onde no auge da construção do estaleiro e do canteiro de obras, ficavam várias barracas vendendo produtos diversos: cafés, bolos, sanduíches, mingaus, cigarros, bebidas etc. Nesse dia havia apenas uma senhora, que aparentava uns sessenta anos, sentada com uma “pequena guia” de doces. As ruas antes movimentadas onde circulavam muitas fardas laranjas e algumas azuis, veículos particulares, veículos com símbolos de empresas, caminhões, agora estavam completamente desertas. Quase todo o comércio (padarias, lanchonetes, restaurantes), estava fechado. A grande casa de dois andares que fica em frente ao terminal e que alugava quartos para trabalhadores do estaleiro e do canteiro também estava fechada. Um pouco adiante a pousada Pôr do Sol, construída no auge das obras e que, segundo os vizinhos, tinha o funcionamento previsto para abril de 2015, mas nunca chegou a inaugurar.

Figura 16: Pousada Pôr do Sol em 02/06/2016 (São Roque do Paraguaçu)



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 17: Rua Principal de São Roque do Paraguaçu em 02 de junho de 2016



Fonte: Arquivo pessoal

Procurei um local para me hospedar. Como não existia movimentação de pessoas de fora no distrito, me dirigi até o maior e mais confortável hotel em que ficavam hospedados os fardas azuis (engenheiros e empresários ligados às obras). Talvez, em baixa temporada, tivesse um preço que coubesse no meu investimento de pesquisadora para uma semana de campo. Chegando ao

estabelecimento, que fica ao lado da igreja, entrei na recepção que estava deserta e toquei a campainha no balcão. Aparentemente o hotel estava sem hóspedes, esperei uns cinco minutos e ninguém apareceu, toquei novamente e gritei no pequeno corredor que dava acesso aos quartos e para a área aberta, ninguém apareceu, após quinze minutos de tentativa, desisti e fui para uma pousada menor ao lado da COBEPA, onde aconteceria a audiência pública.

Na pequena pousada onde fiquei hospedada só existia um ponto de energia, o que era um problema para conectar os aparelhos de que necessitava. Fui até a loja de materiais para construção comprar uma *plug* para tomadas e lá de novo a mesma situação de silêncio. Chamei por algum atendente e ninguém apareceu. A loja estava aberta, cheia de equipamentos, mas sem vendedores. Como precisava de fato do equipamento e já tinha o visto na prateleira, fui para frente do estabelecimento na expectativa de ser atendida por algum responsável. Depois de dez minutos, chegou um senhor. Era o dono da loja. Muito solícito ele me explicou sobre a falta de movimento e expectativas na região, mostrou-me o terreno ao lado do material de construção e disse que comprou para ampliar o negócio, mas que com a crise estabelecida o investimento perdeu o sentido. Depois, me chamou até o balcão e disse que olhasse atrás. Quando me curvei, vi muitas pastas classificadoras espalhadas no chão. Ele explicou que eram pastas de fiado<sup>114</sup>, de pessoas que compraram para investir em construções, reformas de casas, pousadas e afins, mas que deixaram de pagar quando o desemprego começou a aparecer na região. Segundo o mesmo, o prejuízo era enorme e provavelmente não teria o retorno do que investiu.

À noite, alguns grupos se reuniram na praça e na prainha do areal. Estavam ansiosos com a audiência e a possibilidade do retorno dos investimentos na região. Falaram-me que o carro de som tinha passado, anunciando a reunião, os que não ouviram souberam pelos vizinhos. Desde as demissões de quase todo o contingente de trabalhadores em fevereiro de 2015, nenhuma explicação formal tinha sido dada à população sobre as reais causas das demissões e paralisações das obras. Diante disso havia um clima de grande expectativa para saber principalmente quando as

---

<sup>114</sup> Compra com contrato informal entre comerciante e consumidor, com pagamento geralmente acertado para um determinado dia do mês.

obras iriam reiniciar e quando voltariam a trabalhar.

A reunião foi marcada para as 9:00 da manhã. Logo cedo, dezenas de pessoas começaram a se aglutinar em volta da praça, em frente à sede da COBEPA. Aos poucos foram chegando ônibus com pessoas vindas de Maragogipe e da Estrada da Ilha de Itaparica. Chegaram também algumas motos das regiões circunvizinhas como Salinas das Margaridas e muitas bicicletas. O local escolhido para a reunião era relativamente pequeno para a quantidade de pessoas. Devido a esse fato, auto-falantes foram colocados do lado de fora para que todos pudessem ouvir os encaminhamentos. A grande maioria dos presentes era homens, aparentemente entre de 20 e 50 anos.

Figura 18: Imagem do Deputado Federal Beбето Galvão chegando à audiência.



Fonte: [https://www.facebook.com/pg/bebetogalvao/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/bebetogalvao/photos/?ref=page_internal)

A audiência começou com cerca de uma hora de atraso. Dentro do local muitas de pessoas se espremiavam na entrada e na parte do fundo da sede da cooperativa. Só os que chegaram muito cedo conseguiram sentar. As cadeiras da frente estavam ocupadas por políticos, representantes sindicais e de órgãos de classe. A mesa colocada de frente para as cadeiras enfileiradas foi composta ao centro pelo Deputado Federal Beбето Galvão e pela Deputada Estadual Fabíola Mansur e ao lado destes estavam o Prefeito de Salinas da Margarida Jorginho, Prefeito de Nazaré das Farinhas Miltinho, Vereadores de Maragogipe Fernandinho de São Roque, Didi da Avenida e Neto do PT, Vereadores de Nazaré das Farinhas

Edson da Ladeira e Nagib, Major Márcio Amorim Comandante da 27ª CIPM de Cruz das Almas, Vereador de Salinas da Margarida Terrinha, o Presidente do SINTEPAV Irailson Gazo e o Gerente do Estaleiro Enseada do Paraguaçu Danilo Albano.

Figura 19: Audiência pública, sede da COBEPA, ao Centro o Deputado Federal Bebeto e a Deputada Federal Fabíola Mansur



Fonte: [https://www.facebook.com/pg/bebetogalvao/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/bebetogalvao/photos/?ref=page_internal)

O Deputado Bebeto Galvão foi o principal interlocutor da audiência. Também foi o que falou por mais tempo. O pronunciamento inicial do deputado durou cerca de uma hora. As explicações foram desde o início da crise financeira nacional e internacional em 2014, até as decisões políticas que estavam se processando até a data da audiência. No discurso proferido, o deputado destacou as articulações que estavam sendo organizadas em várias frentes, envolvendo governo municipal, estadual e federal, empresas privadas nacionais e internacionais, a empresa estatal Petrobrás e as ações desenvolvidas na Câmara dos Deputados em Brasília, traçando uma rede de relações que estavam sendo estabelecidas a nível econômico e político, do global ao local. Em sua linha explicativa, o deputado delineou os acordos e tentativas de resoluções dos problemas relacionados ao EEP, em contextos do governo Dilma e Temer.

Figura 20: Sede COBEPA



Fonte: blog oficial da Enseada Indústria naval<sup>115</sup>

O Deputado iniciou a audiência apresentando os membros da mesa e dando os encaminhamentos e esclarecimentos sobre a reunião. Segundo ele, a audiência foi votada na Câmara de vereadores de Maragojipe, e coube a ele e aos demais presentes fazer a divulgação para os moradores dos municípios atingidos pelas obras e para os representantes do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. O pedido da audiência foi ainda estendido para os prefeitos das cidades circunvizinhas impactadas pela presença do estaleiro e pela interrupção das atividades.

Inicialmente o deputado explicou que a sessão deveria ter um caráter oficial, pois a memória desta foi solicitada pelo Ministro de Minas e Energia do governo provisório, para compor a decisão da região sobre os processos que envolvem o estaleiro. No entanto, na manhã da audiência, chegou até os responsáveis pela organização do evento, a informação de que a prefeita de Maragojipe e a promotora pública da cidade teriam solicitado a suspensão oficial da audiência, o que acarretou a não formalidade do ato. A sessão, no entanto, foi mantida e o deputado iniciou as explicações sobre as demissões, paralisação das obras e tentativas de acordos

---

<sup>115</sup><http://www.navegandojuntos.com.br/institucional/evento-sobre-perspectivas-para-a-enseada-reune-200-pessoas-em-sao-roque/>

políticos e econômicos.

O deputado pediu aos vereadores, prefeitos e representante da empresa (EEP), presentes à mesa que se pronunciassem sobre os problemas enfrentados com a crise que se instalou na região e as tentativas de resoluções. Foi sugerido que os discursos fossem curtos para dar acesso às perguntas dos presentes.

O deputado relatou os acordos feitos pelo governo do Estado para trazer o estaleiro para São Roque. Enfatizou a importância do pré-sal para o investimento e quais seriam os equipamentos que seriam produzidos. Explicou que com o avanço da crise econômica nacional e com a operação lava-jato, algumas empresas que atuam junto à Petrobras, entre elas a Sete Brasil, passaram a ser investigadas no processo, não tendo até aquele momento nenhum fato que ligasse a obra do Estaleiro Enseada do Paraguaçu com as investigações. No entanto, devido a “lava-jato” ter alcançado a Sete Brasil, gerou-se uma desestruturação econômica do modelo de contratação e dos investimentos que foram inicialmente realizados. Após esse processo, a Sete Brasil tentou a contratação de empréstimo ponte, em seguida, do fundo da marinha mercante, depois um arranjo entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica, porém nenhum destes prosperou até o final do ano de 2015. Com a ausência dos empréstimos e com aumento da dívida, a empresa passou a ter um grande débito que gerou a interrupção das atividades e paralisação da obra.

Ainda de acordo com o deputado, com o avanço da crise, foram realizadas diversas reuniões entre os investidores japoneses e da Sete Brasil, acionistas, Petrobras, e representantes dos Governos baiano, federal e japonês. De acordo com o Deputado, em março de 2015, após diversas negociações, o governo japonês mandou uma carta para o Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio do Brasil, fazendo referência a uma declaração conjunta de cooperação. Em dezembro de 2015, uma missão japonesa veio para o Brasil, integrada com representantes da Kawasaki, onde esteve presente o diretor e membro do conselho do Estaleiro Enseada. Foi solicitada uma audiência com o presidente do Banco do Brasil<sup>116</sup>, e o mesmo anunciou que não poderia autorizar o desacoplamento do estaleiro da Enseada de Indústria Naval da Sete Brasil, pois o governo tinha interesse em resolver o problema internamente com a referida empresa. Após a negativa, o grupo

---

<sup>116</sup>Aldemir Bendini



recorreu ao Governador da Bahia Rui Costa e ao Ministro da casa civil Jacques Wagner. Por fim, houve no mesmo mês uma negociação direta com o presidente da Petrobras, que anunciou a manutenção da negociação direta com a Sete Brasil. Ainda segundo o Deputado, com a evolução da crise política nacional, de janeiro a março de 2016, a Petrobras parou as negociações.

Naquele momento da audiência, o deputado falou que superado os dilemas políticos do afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, estava em negociação com o ministro de Minas e Energia<sup>117</sup> do governo provisório, e que em reunião, o mesmo afirmou que “o presidente Michel tinha clareza de que diante da crise, tinha que ser dinheiro novo de iniciativa privada, para garantir que a iniciativa privada possa realizar os seus negócios”.

Após o discurso do deputado, a audiência foi aberta para os demais representantes da mesa e posteriormente para inscrições do público presente. O gerente do EEP, Danilo Albanorelatou que desde o primeiro dia em que começou o desligamento das pessoas, havia um “clima de tristeza”, pois segundo o mesmo visavam contribuir para o desenvolvimento da educação na região, juntamente com o SENAI. O que foi estagnado, segundo ele, quando tiveram que desmobilizar as equipes.

De acordo com Danilo Albano foram desenvolvidas três alternativas de negócios para o retorno das atividades: A primeira, continuar a produção de navios, ou seja, o projeto inicial; a segunda desenvolver um parque logístico, pois, foi avaliado que o Porto de Salvador estava super carregado e não conseguia atender à demanda do Estado e da região, portanto o EEP traria parte dessa movimentação logística de carga, container, recebimento de produtos e mercadorias para a região da Enseada, operando como um porto privado, já que possuem uma autorização de operação portuária; a terceira seria desenvolver uma produção destinada aos parques eólicos, com a produção de torres e pás eólicas. Não deu, no entanto, um prazo para que isso pudesse acontecer.

Falaram ainda, o prefeito de Nazaré das Farinhas e de Salinas das Margaridas, abordando os investimentos logísticos que tinham sido investidos por estas localidades, em função do retorno de renda e emprego para as populações e

---

<sup>117</sup>Fernando Bezerra Coelho Filho

da crise instalada com o fechamento das obras. O Major da polícia militar falou sobre a segurança nas localidades atingidas.

Figura 21: Major Márcio Amorim comandante da Cia independente da polícia militar com sede em Cruz das Almas



Fonte: [https://www.facebook.com/pg/bebetogalvao/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/bebetogalvao/photos/?ref=page_internal)

A seguir a audiência foi aberta para inscrições, o primeiro a falar foi um aluno da UFRB e poeta de Maragogipe. Ele apresentou o livro que tinha escrito e publicado; outros dois inscitos falaram que deveriam esquecer o pré-sal e trazer qualquer “outra coisa” para lá, o primeiro falou “vamos botar qualquer coisa aqui que venha atender mil ou duas mil vagas”; uma moça ressaltou que a deputada Fabíola era a única mulher da bancada. A mesma perguntou sobre a qualificação para as pessoas da região, diante das promessas apontadas; o presidente do sindicato das empresas pesadas questionou o que fazer com o canteiro de obras de São Roque, já que tudo o que foi dito se referia ao estaleiro e sobre o que fazer enquanto as obras não chegavam, para ajudar àqueles que estavam passando fome.

Uma das falas que mais causou reação ao público presente na audiência foi de uma mulher chamada Maurici, representante da Enseada do Paraguaçu. Ela falou que a sua comunidade era um pontinho de Maragogipe. Um lugar composto por filhos, netos e bisnetos, mas que lá foi construído o estaleiro e foi a comunidade que sofreu o maior dano com todos os acontecimentos. Aparentemente emocionada disse que presenciou por toda a sua vida, parentes e amigos migrarem para outras

regiões. No entanto, com a vinda do empreendimento, viu estas pessoas retornarem, acreditando que lá poderiam ter uma vida melhor. Posteriormente, convidou todos os presentes a fazerem uma visita à sua comunidade e verificar como estavam vivendo: “pegando canoa debaixo de sol e chuva, seja para estudar, para ir ao médico ou para trabalhar”. Falou que estava ali enquanto cidadã, marisqueira, mãe solteira abandonada com três filhos, que criou os três da “lama do Paraguaçu”. Ela disse que era em nome daquele povo que falava, e concluiu: “olhem para nós da comunidade, mas não para pegar os votos, olhe como nós da comunidade que estamos lá” (Aplausos e assovios- Primeira reação da plateia em toda a audiência), “que não temos uma coleta de lixo, temos uma escola precária”. Ela afirmou que ficava muito triste quando via o mundo olhando para a Enseada como “um empreendimento e não como um local onde vivem pessoas”.

Ao fim do pronunciamento dos inscritos, uma senhora um pouco exaltada levantou e se dirigiu à representante feminina da mesa, falando que estava ali como mulher. Ela disse que foi para a lama do mangue, mas “o mangue não tem condições para a gente viver, eu tirei ostra, cortei meu pé”. Ela falou que os siris que encontrou eram muito pequenos, fazendo um gesto com as mãos. Nesse momento a Deputada Federal Fabíola Mansur falou que como representante da Comissão da Mulher da Assembléia Legislativa iria fazer um encaminhamento para que fossem criadas cotas para mulheres no empreendimento.

A audiência foi aos poucos se esvaziando. Em certo momento havia mais pessoas fora do que dentro do local. Ao término, muitos pediram para tirar fotos com o deputado e em pouco tempo o espaço se esvaziou completamente. As ruas rapidamente voltaram a ficar desertas. Fui almoçar com um grupo que tinha vindo de Salinas das Margaridas. Um dos membros tinha sido supervisor de equipe do Estaleiro. Procuramos um local para almoçar e só um restaurante estava preparado para receber clientes, pois um grupo de políticos e sindicalistas locais tinham feito encomendas.

### 6.3 CENÁRIO PÓS-AUDIÊNCIA: “NINGUÉM ENTENDEU NADA”

Após a audiência conversei com pessoas que estavam na sessão e foram ex-trabalhadores do Estaleiro: dois moradores de Salinas, sete moradores da rua do Areal em São Roque e seis moradores da Enseada do Paraguaçu. Desses, apenas dois ocupavam cargos ligados à chefia. Apenas um fez referência à Lava-jato e às alternativas propostas pelo representante do estaleiro, os 14 restantes usaram quase por unanimidade a frase “ninguém entendeu nada”. O objetivo destas conversas era entender de que forma a população residente compreendeu a audiência e as repercussões dessa sobre o seu cotidiano.

Na tarde do dia 03/06/17 desci para a rua do areal e conversei com o dono do bar e alguns pescadores que ali se encontravam. À medida que os grupos se aproximavam, alguém gritava “e a audiência?”, e do outro lado se ouvia, “não falaram nada, ninguém entendeu nada ali”. O mesmo se repetiu entre os moradores da Enseada. Fiquei pela manhã no mercadinho de Jailson (o único comércio que restou no local), conversando sobre os eventos e sobre as mudanças na região. Toda hora entrava um morador local e ex-empregado do consórcio e ele perguntava, “e ai como foi?”, e a resposta era a mesma.

A audiência foi composta por políticos da região e nacionais, um representante da segurança pública e representantes do (EEP). Não estiveram presentes representantes do INCRA, IBAMA, Ministério público e de nenhum órgão regulador ambiental. A fala do Deputado Bebeto Galvão ressaltava os acontecimentos nacionais e internacionais que envolveram a crise política e econômica, as articulações que estavam se processando, mas não respondeu de forma clara o que mais inquietava os atingidos pelo empreendimento, que era a volta das contratações e reinício das obras.

Durante as conversas, perguntei o que eles acharam das propostas feitas para o retorno das obras do estaleiro e as saídas que foram propostas pelo representante da empresa. A proposta que dizia respeito à energia eólica, foi entendida por apenas dois dos entrevistados. Quanto a construção dos navios, esta já era de conhecimento de todos. Mas, a construção de um porto privado para movimentação logística de carga, de container, recebimento de produtos e mercadorias para a região, não pareceu ser compreendida a partir dos discursos. Perguntei como eles achavam que esse porto iria funcionar e só os dois primeiros entrevistados que possuíam cargos de chefia responderam que acreditavam que iria ocupar uma parte maior parte da área costeira da Enseada.

A utilização do local direcionado à obra do (EEP) como porto, não foi problematizada durante a audiência, assim como também não foi discutido, como os moradores locais seriam atingidos e quais seriam as consequências dessa alteração de proposta. Também não foi previsto no EIA/RIMA, a chegada diária de visitantes de diversas partes do mundo, bem como a circulação intensa de navios de grande porte no interior da baía e a convivência destes com as pequenas embarcações. No entanto, foi ressaltado pelo representante do EEP que o consórcio possuía licença portuária, e que, portanto, poderiam levar adiante essa possibilidade.

Nesse ponto, se torna de extrema importância a análise do discurso da moradora da Enseada na audiência pública, chamada Maurici, no qual ela coloca: “fico muito triste quando o mundo olha para a Enseada do Paraguaçu como um empreendimento e não como um lugar onde vive pessoas”. A ocupação do território para a implantação do Polo Naval é nesse sentido, imposta de forma exógena, alheia à realidade local, às questões ambientais e de direitos das pessoas pertencentes àquela realidade.

Os problemas são percebidos como ressalta (De Mendonça, 2008), como globais e não locais, expostos assim a planejamentos globais para além de um espaço geográfico específico.

Diversos atores sociais se destacaram durante evento, se colocando em lados demarcados. A inquietação com a não validação jurídica daquele ato, pela promotora pública do município, foi destacada em diversas falas dos presentes na mesa, fato que impediu o cumprimento da exigência do ministro do governo provisório. Os moradores participaram com pequenas intervenções, relatando suas dificuldades locais, num palco onde as explicações dos fatos e exposições das possíveis soluções seguiram a lógica do nacional/global. As explicações conectavam àquela realidade com o panorama nacional e internacional. O “grande evento” mostrava uma realidade e expunha uma linguagem, que, embora determinassem o futuro daquelas pessoas, parecia alheia às aspirações do público presente. Ao final da audiência o que se via pode ser resumido como frustração. Existia uma esperança de resolução imediata dos problemas locais a partir da audiência, ou de uma resposta clara sobre a volta do funcionamento do empreendimento. Porém, ao final da audiência, embora houvesse explicações sobre os processos de negociações, estas não pareciam dialogar com as expectativas do público presente.

Analisando e comparando as duas audiências públicas acima relatadas,

percebe-se que talvez pela não validade da última, por ordem da Promotoria de Justiça do Município, não houve presença de órgãos de importância estratégica do governo, como INCRA e IBAMA, também não estiveram presentes o IMCBio, a Superintendência de desenvolvimento, indústria e comércio (SUDIC), nem de órgãos representativos de classes como a CPP (Comissão Pastoral da Pesca).

Figura 22: Imagem aérea de Estaleiro Enseada do Paraguaçu.



Fonte: <http://www.secom.ba.gov.br/2014/08/120594/Estaleiro-Enseada-em-Maragogipe-ja-esta-com-75-das-obras-concluidas.html>, acessado em 06/06/2016

As preocupações expressas nos dois momentos também foram distintas. Nas audiências que antecederam as obras de implantação do EEP, surgiram debates acerca do aumento da criminalidade, prostituição, privatização das águas, poluição etc. Na audiência de 03/06/16 as principais preocupações se deram para a reativação das obras, a exceção da intervenção de duas mulheres que falaram das dificuldades que estavam enfrentando e da falta de políticas direcionadas aos seus dilemas. Alguns problemas se evidenciaram nesta audiência, principalmente relacionados ao alto grau de expectativa dos presentes para o retorno da obra.

Nos relatos em que perguntei sobre o que achavam que tinha provocado a paralisação das obras, muitos disseram que deveria ser algo relacionado aos “chefes”, chamados por eles muitas vezes de “os homens lá de cima”, e seguido por “devem ter feito coisa errada”. Ficou evidente nos discursos, que grande parte

acreditava em um conflito local, que envolvia pessoas e que deveria ser resolvido de forma rápida, já que não acreditavam que uma obra daquela dimensão pudesse ficar parada.

Mesmo quando as audiências são oficiais, elas não possuem caráter decisório e muitas vezes não são de fato representativas. Existem vários casos de fragmentação do licenciamento das obras, algo inclusive comum nos empreendimentos do PAC. Muitas vezes os EIA/RIMAs apontam diversos elementos que devem ser cumpridos pelas empresas para que as obras sejam iniciadas. Entretanto, as empresas adotam estratégia de fragmentação dos licenciamentos, como licenças provisórias, licença para construção do canteiro de obras, a exemplo do EEP, que viabilizou o andamento do projeto.

A partir do que foi analisado neste capítulo, pode-se perceber que as audiências públicas funcionam como um grande teatro, o que Balandier (1980) chama de “teatro da ilusão”, indissociáveis das relações de poder. Os projetos desenvolvimentistas são debatidos em esfera pública. Todavia, as pessoas e grupos residentes em áreas atingidas pelas obras, nem sempre conseguem dimensionar o alcance das transformações no âmbito local, seja por omissão de fatos ou por inadequação do uso da linguagem nas audiências prévias de responsabilidade dos poderes públicos, enquanto mediadores do processo. De qualquer forma, cabe ao Estado exercer através das leis existentes, sua função de garantir, não só o desenvolvimento econômico, mas salvaguardar o direito das pessoas e grupos culturalmente diferenciados.

## 7 CONCLUSÃO

A partir das pesquisas realizadas com as pessoas e grupos residentes nas áreas de São Roque e Enseada do Paraguaçu e dos documentos analisados, percebi que a ideia de progresso e a implantação de atividades econômicas exógenas, como os engenhos do passado ou os complexos industriais, parques turísticos, grandes comércios da atualidade, muitas vezes, não dialogam com as reais necessidades das populações locais, seus conhecimentos e suas formas de se relacionar com o ambiente costeiro.

Historicamente, as populações dessas regiões estão submetidas a diversos ciclos econômicos intermitentes, que interferem na sua organização social e ocupação espacial. A pesca artesanal, a agricultura e as atividades extrativistas que se reproduziram historicamente a partir da apropriação dos modos do ambiente marinho, dos conhecimentos do mundo social e histórico no qual predominam a tradição oral, ainda se constituem nestas localidades como um alicerce de sobrevivência em face das intermitências produtivas.

Os ganhos fixos e a projeção concreta de recebimento de um salário criaram uma noção de estabilidade dos ganhos e possibilidade de projeções de gastos, portanto de um planejamento de futuro. Fato que muitas vezes foram desconstruídos pela instabilidade do setor formal. Apesar das dificuldades de adaptação às regras do uso do tempo e às formas diferenciadas de controle do trabalho, foi uma constante o desejo dos pescadores e marisqueiras entrevistados, em ter acesso ao trabalho nas obras do estaleiro e canteiro da Petrobras, na maior parte das vezes justificado pelas dificuldades e instabilidade do setor pesqueiro e extrativista.

A ocupação nas obras não significou o afastamento das atividades de pesca e coleta de mariscos, sendo que parte da renda obtida nas obras do EEP e do canteiro da Petrobras foi usada na aquisição de canoas de fibra (mais leves que as anteriores de madeira) e de aviamentos.

O aumento da renda nas localidades alterou as relações de gênero anteriormente estabelecidas. Os espaços públicos que já eram ocupados majoritariamente por homens, foram ampliados pela aquisição de uma renda maior. As mulheres passaram a ser objeto de uma maior fiscalização de seus corpos e



ações, o que não impediu que as relações entre elas e os “de fora” ocorressem, ao passo que os homens aumentaram sua liberdade sexual e ocupação nas esferas de poder.

A não inclusão da categoria gênero no EIA/RIMA que precedeu à construção do empreendimento EEP, repercutiu fortemente nos danos causados às mulheres residentes. Impedindo que as mesmas tivessem acesso ao principal meio de trabalho, seja pela ocupação dessas áreas, seja pelos danos causados pelos desequilíbrios ecológicos.

As alterações se tornaram mais profundas com o advento da “crise” em 2014. Como pesquisadora, a citação das empresas do Consórcio EEP nas investigações, me despertou a atenção desde o início. Passei a acompanhar os desdobramentos e observar as repercussões sobre o campo. A crise se instalou sobre os grupos estudados com a paralisação das obras e demissões em massa. Isso alterou profundamente os rumos da pesquisa e maximizou os danos sobre as pessoas e grupos residentes nas áreas de São Roque, Enseada do Paraguaçu, e regiões circunvizinhas.

Ter acesso ao emprego formal, as benesses prometidas pelo progresso, a uma renda fixa e principalmente marcar isso a partir do uso da farda laranja, estabeleceu diferenças no desempenho de papéis, nas relações de poder e de acesso a bens e serviços no interior da comunidade, que até então era formada majoritariamente por pescadores, marisqueiras e agricultores.

Nessa pesquisa, ficou evidenciada a instabilidade do setor industrial na região e os conflitos estabelecidos entre os que estavam dentro e os que estavam fora das obras. As categorias “os de dentro” e “os de fora” não só atuaram em relação àqueles que ocuparam cargos no EEP, vindo de outras localidades, como para classificar os que estavam dentro e fora do mercado de trabalho formal, assim como para analisar a rivalidade histórica entre os moradores de São Roque e da Enseada do Paraguaçu.

A construção do estaleiro e a implantação do Polo Naval tiveram até o fim deste trabalho, o que proponho chamar de eficácia reversa, ou seja, um efeito negativo que não contemplou nem os interesses econômicos governamentais e empresariais e nem as aspirações e desejos das populações residentes. O EIA/RIMA trabalha com o conceito de impactos positivos e negativos, no caso da construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, nenhum desenvolvimento positivo

permanente foi processado. Os ganhos em termos de imóveis e de aquisição de bens durante o processo de dois anos do empreendimento, não foram suficientes para suprir os danos causados pela degradação ambiental e as perdas financeiras que se desenvolveram sobre as populações atingidas, após o encerramento das obras.

Essa tese foi muito instigante e propôs vários desafios, a deflagração da operação lava-jato e suas repercussões no meu campo de estudo, tiveram implicações profundas, exigindo novas análises de campo, novas entrevistas, acompanhamento dos acontecimentos políticos nacionais e internacionais, mudança no título e no problema de pesquisa, ampliação dos objetivos e estratégias de análise. Muitos dos aspectos e problemas aqui analisados merecem maior aprofundamento, no entanto busquei destacar as principais questões levantadas pelas pessoas residentes nas áreas pesquisadas.

As intermitências produtivas causaram historicamente diversos desequilíbrios ambientais e sociais na região. A chegada dos “fardas laranjas”, trouxe uma promessa de desenvolvimento exógena, aplicadas em todo o território nacional, sem aprofundar os reais danos que poderiam ser causados sobre a vida de pessoas e grupos residentes em áreas de culturas diferenciadas.

As políticas e os interesses de grupos dominantes nacionais e internacionais se sobrepuseram aos interesses dos grupos locais e meio ambiente, tanto no momento de elaboração e aplicação do projeto neodesenvolvimentista, quando no momento de encerramento do processo.

Os acontecimentos econômicos e políticos que nortearam essa pesquisa tiveram grandes influências no desenvolvimento das análises, no entanto procurei obedecer aos padrões exigidos para uma pesquisa antropológica, interpretar e mapear os eventos a partir do referencial teórico e conceitual da antropologia e ao mesmo tempo, desenvolver um trabalho que desse visibilidade aos danos sofridos pelos grupos sociais residentes em São Roque e Enseada do Paraguaçu.

Nas minhas construções textuais, não só nesta tese, sempre uso referências da literatura. Talvez seja por um gosto próprio ou pela descoberta de como lidar com a frustração, a dor, o sofrimento que me acomete ao imergir na vida do outro. Através destes romances, músicas, poemas, da bela forma como os artistas as constroem, tento minimizar essas angústias.

Deste modo, compreendo que a Literatura e as Artes podem contribuir para a

Antropologia, apesar de toda crítica contrária a essa união. Entendo que a literatura pode ser usada na antropologia como um gancho para o desenho do problema e composição da análise, sem, com isso, se alinhar à ficção. Usando desse subterfúgio, busco dialogar com o leitor de forma intersubjetiva, porque um texto, por mais objetivo que seja, não deixa de ser uma ficção alicerçada a partir de um perspectivismo.

Seguindo esse caminho, encerro minhas conclusões sobre esta tese, pedindo uma licença poética aos leitores para parafrasear Drummond, tomando como foco o poema “A Flor e a Náusea”. Tracei através deste, uma analogia entre o poeta e a antropóloga, a partir da minha condição de pesquisadora e intelectual, busquei criar uma composição entre o proposto e o encontrado, o dito e o feito. Utilizando das palavras do poeta, procurei expressar meus incômodos, descortinar os meus olhares sobre a vivência de campo e as sutilezas que tanto me tocaram neste trabalho.

*Preso à minha classe e a algumas roupas/vou de branco pela rua cinzenta- Melancolias, mercadorias, espreitam-me.* Fui de branco, tentando-me passar isenta, despercebida, me misturando à paisagem. O destaque nada tinha para me oferecer. A melancolia do pescador, das marisqueiras e do grupo de populações residentes se colocava de um lado, apontando as dores e incertezas; do outro, o espaço da natureza, transformado em um templo do consumo e da indústria. Na borda, avistava adeslumbrante paisagem, que talvez evocasse o retrógrado e perigoso exotismo de quem observa. De branco, buscava me tornar tão “imperceptível”, quanto Malinowski entre os trobriandeses, quase uma árvore.

Em determinado momento, aquele espaço, não era mais a paisagem intocada e nem um palco transformado pelo progresso e modernidade. As mercadorias imóveis perdiam a circulação que dava sentido à sua existência. A paralisação tomava conta das ruas cinzentas e vazias. Assim, tropecei entre o projeto e o trajeto. Eis que o imprevisto e o imponderável aconteceram, no espaço e tempo da Baía. Local habitado por seres humanos e não humanos. Local onde me propus a compreender as transformações e os seus efeitos da ação antrópica que emergia da desordem. Naquele momento me vi perdida e me perguntava, tal como Drummond: *Devo seguir até o enjôo?/Posso, sem armas, revoltar-me?*

Qual é a minha arma? É a minha escrita. É o meu texto. Mas o que descrever ou narrar sobre esse espaço que nem se transformava completamente nem reagia

de uma forma tão contundente à intervenção, de modo que eu pudesse reconhecer os efeitos desse processo de transformação/degradação sobre as populações residentes e meio ambiente?

Permaneci, por certo tempo, com *Olhos sujos no relógio da torre*. O que medirá o tempo? Não existia mais o relógio da fábrica e pararam o relógio da natureza. *Tempo pobre, poeta pobre*. O tempo passava e estava presa, refém de algo que disciplinava o meu fazer. O tempo que regulava, o tempo do campo, o tempo da prática, o tempo da observação, o tempo da qualificação, o tempo do Programa, o tempo da defesa, o tempo do trabalho, o tempo da família, do filho que não priorizava.

O tempo marcado pela sirene no vazio, que trazia a angústia, quiçá esperança, o tempo da indústria de outro tempo. *O tempo não chegou de completa justiça/ O tempo ainda é de fezes, de maus poemas, alucinações e espera*. A espera, de situações estabilizadas, de ter acessibilidade aos espaços e aos núcleos performáticos.

Nada estava previsto, nem mesmo na própria Antropologia. Como lidar com isso? Mergulhei não nas águas da Baía, mas num mar de imagens, notícias, delações, imprecisões. *Em vão me tento me explicar os muros são surdos*. Paralisei, o que faria? Como trabalharia os silêncios? Naquele momento simplesmente não existiam respostas.

Nada acontece, as cartas param de vim, não tem mais o que ser escrito naquelas páginas. *Nenhuma carta escrita, nem recebida*. A intermitência é justamente isso, essa espera em que nada acontece, a espera da contratação. As cartas da morte, as fardas que desbotam. Do orgulhoso uniforme no varal ao retalho esgarçado, pendurado na cerca. A espera da chegada de um novo destinatário de esperanças.

Como retomar as reflexões diante da minha própria crise, *Pôr fogo em tudo, inclusive em mim?* Encarar a necessidade de dar voz àquelas pessoas, aos sofrimentos daquelas pessoas. *Porém o meu ódio é o melhor de mim, com ele me salvo e dou a poucos uma esperança mínima*. Esse ódio, que não é um ódio em si, mas uma vontade de justiça, que é o melhor em mim, que me fez continuar, mesmo com tudo para parar.

Essa tese brota de um palco com múltiplos atores e performances. Com dramas, suspenses e reviravoltas. Como uma esperança mínima de trazer à tona, de demonstrar o quanto essas populações ribeirinhas sofrem com as intermitências, que mexem com a tradição e a modernidade.

Após esforços para reunir e dar sentido às múltiplas facetas com que me deparei, enfim nasceu a tese, *garanto que uma flor nasceu*. Não importa se meu nome não sairá em todos os livros. É realmente uma flor, tem meu sentimento, minha vontade, engajamento, minha posição de ser e existir nesse mundo. De tentar através do meu fazer, que é o que eu tenho de melhor, demonstrar o mal estar do mundo. E enfim:

*Sento-me no chão da capital do país  
às cinco horas da tarde  
e lentamente passo a mão nessa  
forma insegura.  
Do lado das montanhas, nuvens  
maciças avolumam-se.  
Pequenos pontos brancos movem-se  
no mar, galinhas em pânico.  
É feia. Mas é uma flor. Furou o  
asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

*Carlos Drummond de Andrade*

## 8 BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Lúcia Mendonça Morato de. **Quilombolas em Oriximinà: Desafios da Propriedade Coletiva**. In: Entre Água Bravas e Mansas, Índios e Quilombolas em Oriximina/Organização Denise Fajardo Grupo Ione, Lucia M. M. de Andrade. São Paulo: Iepé, 2015.

ARAÚJO, Ubiratã Castro de. **A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente**. In. Baía de Todos os Santos: aspectos humanos / Carlos Caroso, Fátima Tavares, Cláudio Pereira, organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2011. 49-68 p: il.

ACSELRAD, Henri. **“A Revolta da Ecologia Política” Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, pp.294.

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. estudos avançados 24 (68), 2010. <http://scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011, 168 p.

ALVES, Ismael Gonçalves. **Divisão sexual dos espaços: práticas e sociabilidades femininas e masculinas nas vilas operárias do sul de Santa Catarina (Brasil 1930-1960)**. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 2009. Apoio: CAPES.

AMADO, Jorge. **Tieta do agreste**. Editora Companhia das Letras, 2009.

ANCHIETA, José de et al. **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta**. SJ (1554-1594). 1933.

BAHIA. **EIA-RIMA do estaleiro Enseada do Paraguaçu**, Bahia. Salvador: SUDIC, 2009.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília, Editora: Universidade de Brasília. Coleção Pensamento Político, 1980, 78p.

\_\_\_\_\_. **O poder em cena**, Coimbra. Minerva, 1999.

BANDEIRA, Fábio Pedro S.; BRITO, Ronan Rebouças Caires de. **Comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos: aspectos históricos e etnoecológicos**. In: Baía de Todos os Santos: aspectos humanos / Carlos Caroso, Fátima Tavares, Cláudio Pereira, organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2011. 291-326 p : il.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780–1860**. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003).

BARRETO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, p 109-143, 2006.

BARROS, Pedro Silva; RAMOS, Felipe S. **O Novo Mapa da Integração Latino-Americana: balanço e perspectiva da estratégia da política externa brasileira para a região (2003-2013)**. Revista do Imea, v. 1, n. 2, p. 7-20, 2013.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. 3 vol. São Paulo: Metalivros, 1994.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos. **O Estado Teatral e a Implementação do Direito Ambiental**. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental, 7, 2003, São Paulo. Anais. São Paulo: IMESP, 2003. p. 335-366.

BEZERRA, Ari. **Caleidoscópio: Imagens textuais sobre a existência humana**. 1ª edição, Ed: Biblioteca 24 horas, São Paulo, 2009.

BOITO JR, Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Crítica marxista, v. 17, p. 10-36, 2003.

\_\_\_\_\_. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de, 2012.

BRAGA, Júlio Santana. **Notas sobre a pesca do xaréu: Folclore e compromisso religioso**. Afro– Ásia, 10, 1970, pp. 43-65.

BRASIL, Eduardo do Pardo. **Guerra na terra e no mar: um conflito**

**socioambiental entre pescadores de lagosta em Icapuí - CE.** Dissertação de mestrado- Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Recife, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina.** Texto para Discussão nº 274. São Paulo: EESP/FGV, Nov. 2010c.

CARVALHO, A. P. C. e HEIMER, Michael. **Análise dos impactos do estaleiro enseada do Paraguaçu, Maragogipe/BA, com auxílio da geotecnologia** Simpósio Unam. 2015.

CARVALHO, A. P. C. FERNANDES, M. B. **O negro no Recôncavo da Bahia: Reflexões sobre construções identitárias, retóricas de etnicidade, raça e cultura.** 2015.

CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio. **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos.** SciELO-EDUFBA, 2011.

CASTELO, Rodrigo. **Crescimento econômico com e social: o modelo novodesenvolvimentista de intervenção sobre a “questão social”.** In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA, 3. UFMA, 2007.

CASTELUCCI JR, Wellington. **Pescadores e baleeiros: A atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos-1860 a 1888.** Afro-Ásia, 33, 2005, pp. 133-168.

\_\_\_\_\_. **Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA, 1960-1990.** Annablume, 2007.

COSTA, Cristiane, S. **Pescadores do Rio Vermelho: Ritos, Tradições e Ancestralidade da Pesca Artesanal.** Dissertação (Mestrado), Centro de Estudos Afro- Orientais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

DE MENDONÇA, Daniel. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau.** EdiPuc Rs, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** In: Ensaios. Cosac Naify, 2009.



DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de apoio a pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras/ USP, 2004.

\_\_\_\_\_. **A interdisciplinaridade nos estudos do mar: O papel das ciências sociais**. Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP, Prof. Antonio Carlos Diegues - Diretor Científico do NUPAUB/USP. Outubro, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Pesca no litoral sul de São Paulo**. São Paulo: (Dissertação de Mestrado) FFLCH/USP, 1973.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNÁNDEZ, Leonardo David y MOROS, José Luís. **Representaciones sociales en torno al trabajo, entre las familias de pescadores de las Isla de Zapara (Venezuela)**. Revista de Ciencias Humanas y Sociales, Maracaibo v.20, n.44. mayo 2004.

FARIAS, Rita de C. P. **Transubstanciação simbólica do uniforme de trabalho em signo de prestígio**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p.263-284. jul.- dez. 2010

FONSECA. Pedro Henrique Carneiro da. **A delação premiada. Subseção II – direito processual penal I**. De jure - revista jurídica do Ministério Público de Minas Gerais, 2008.

FORMAN, Shepard et al. **The raft fisherman: Tradition and change in the Brazilian peasant economy**. Indiana University Press, 1970.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. (Organizado, introduzido e revisado tecnicamente por Roberto Machado).

GEERTZ, Clifford. **Negara: O Estado teatro do século XIX**. Memória e Sociedade. Ed: DIFEL, Ltda, p.134, 1991.

GENZ, Fernando. **Avaliação dos efeitos da Barragem Pedra do Cavalo sobre a circulação estuarina do Rio Paraguaçu e Baía de Iguape**. Tese de doutorado em

geologia, Universidade Federal da Bahia- Instituto de Geociências, Abril/2006.

GUIMARÃES, Rosimeire, Maria A. M. **Ética, política e conflitos socioambientais às margens do baixo Paraguaçu**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente- Universidade Federal de Sergipe- São Cristóvão, 2015. 214.251 f.:Il.

HATJE, Vanessa e Andrade, Jailson Bittencourt de. **Introdução**. In Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos / Vanessa Hatje, Jailson B. de Andrade, organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2009. 15-24 p.: il.

IVO, Anete Brito Leal. **Pesca: tradição e Dependência: um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade tradicional na área urbano-industrial da Salvador**. Dissertação (Mestrado) FFCH-UFBA, Salvador: Bahia, 1975.

JESUS, Damásio de. **Estágio atual da “delação premiada” no direito penal brasileiro**. 2006. Revista IOB. Porto Alegre: Síntese.

JESUS, C. G.; GITAHY, L. M. C. **Indústria da construção naval, trabalho e desenvolvimento regional em Angra dos Reis no início do século XXI**. In Anais do XI Seminário Internacional de La Rede Ibero americana de Investigadores sobre Globalización y Territorio. Mendoza, Argentina: CIFOT, v. 1, 2010.

KOTTAK, Conrad P. **The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community**. Columbia, Columbia University Press, 1966.

\_\_\_\_\_. **Assault on Paradise**. Michigan, Ann Arbor University of Michigan Press, 1983.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, 1994.

LAMOSO, Lisandra Pereira. **"Neodesenvolvimentismo" brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul**. Sociedade & Natureza, v. 24, n. 3, p. 391-403, 2012.

MACHADO, Roberto. Considerações iniciais. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

MANDARINO, T. M. et al. **Uma experiência de agenda de pesquisa na crítica da**

**economia política.** Leituras de Economia Política, n. 21, 2014.

MARAGOJIPE. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), 2010.

MANESCHY, Maria C. **Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável.** Seminário Internacional da Pesca Responsável, em Beberibe-Ceará, 1997.

MARQUES, Mandarino, T. et al. **Uma experiência de agenda de pesquisa na crítica da economia política.** *Leituras de Economia Política*, (2014).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, Livro I, Volume I. 2008.

MEDEIROS, Adriana Francisca de; ATHAYDE, Simone Ferreira de; SILVA Adnilson de Almeida. **Hidrelétricas e impactos socioambientais na Terra Indígena Kayabi do Rio Teles Pires.** Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. **Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2009.

MEAD, Margaret; BOAS, Franz; YOFFE, Elena Dukelski. **Adolescencia y cultura en Samoa.** 1985.

MOURÃO, Fernando. **Pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo.** FFLCH/USP São Paulo, 1971.

\_\_\_\_\_. A pesca no litoral sul do estado de São Paulo: o pescador lagunar de Iguape-Cananéia. São Paulo/USP, 1967.

MÜLLER, Cíntia B. **Ser camponês, ser “remanescente de quilombos”.** Ilha Revista de Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. v. 7, n. 1,2 (2005).

NETO, José Colaço Dias; Vogel, Arno. **Dos Fidalgos.** Antropolítica, p. 165, 2005.

NIEUHOF, Johannes; RODRIGUES, José Honório; VASCONCELOS, Moacir

Nascimento. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Livraria Martins, 1981.

NEIBURG, Federico. Apresentação à edição brasileira. ELIAS, N. & SCOTSON, JL. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio: Jorge Zahar, 2000.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção**. Ariús, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 9–16, jan./dez. 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Introdução: a ABA e a questão de Belo Monte**. In: Belo Monte e a questão indígena; João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn (Orgs.). Brasília - DF: ABA, 2014.

PASTRO ZAGATTO, Bruna. **Sobreposições territoriais no Recôncavo baiano: a reserva extrativista Baía do Iguape, territórios quilombolas e pesqueiros e o polo industrial naval**. V.7, n. 2013. RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP.

PRADO, R. M. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com asas. In: **Cultura, Percepção e Ambiente: Diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome. 2012, p. 173 – 189.

PROST, Cathérine. **Resex marinha versus polo naval na Baía do Iguape**. Novos Cadernos NAEA. v. 13, n. 1, p. 47-70, jul. 2010, ISSN 1516-6481.

RAMALHO, Cristiano W. N. **“Há esse povo do mar!”: Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**- São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH- UNICAMP), 2006.

RANGEL, Lucia Helena. **Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação**. Interface - Comunic, Saúde, Educ. 5. Agosto, 1999.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. **Os direitos humanos das vítimas de grandes empreendimentos: ampliando a percepção sobre impactos socioambientais decorrentes da UHE Foz do Chapecó**. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

RIBEIRO, Fabiana Alves de L. et al. Pca: A Tool For Identification Of Chemical

Tracers For Formation And Injection Waters Associated With Oil Production [pca: **Uma Ferramenta Para Identificação De Traçadores Químicos Para água De Formação E água De Injeção Associadas à Produção De Petróleo**]. Química Nova, 2013.

SÁ, Osvaldo. **Maragogipe, uma proposta de ação**. IPAC – Salvador, 1984.

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Revista Serviço Social & Sociedade: (neo) desenvolvimentismo & Política Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SAMPAIO, Teodoro. **História da fundação da cidade do Salvador: obra póstuma**. Tip. Beneditina, 1949.

SANTOS, Mario Alberto dos. **A experiência vivida na Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/BA: diálogo de saberes, planejamento, educação e autonomia**. Caminhos de Geografia, v. 9, n. 27, Uberlândia, EDUFU, 2008, p. 1-16.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. Edições Caminho, Lisboa, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação e realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Carlos Augusto Oliveira da. **O Capitalismo e o Recôncavo da Bahia: Análise do processo de implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em ciências sociais. Orientador: Nilson Weisheimer. 2014.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. **Sexualidade e cor: mulheres negras e prostituição feminina nas áreas centrais da região de São Luís, Maranhão**. Tatiana Raquel Reis Silva. – São Luís: Eduema, 2015. 170 p.

SISCÙ, João; Paula, Luiz Fernando de; Michel, Renalt. **Por que novo-desenvolvimentismo**. Revista de Economia Política, ISSN 1803-4538, vol. 27 n. 4, São Paulo oct./dez. 2007.

SOARES, Lucy Satiko H.; Salles, A.; Lopez, J.; MUTO, R. GIANINI, R. **Pesca e Produção Pesqueira**. in: In Baía de Todos os Santos : aspectos oceanográficos / Vanessa Hatje, Jailson B. de Andrade, organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2009. 157-206 p.: il.

SOUSA Junior, Vilson Caetano de. **A Barquinha de Enseada**. Vilson Caetano de Sousa Junior. Ilustrador: Rodrigo Siqueira, - - Salvador: Brasil com Artes, 2013. 22p.: il.

STADEN, Hans et al. **Duas viagens ao Brasil**. Itatiaia, 1974.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

STIGLITZ, J. (1999). **More instruments and broader goals: moving to ward the Post-Washington consensus**. *Revista de Economia Política*, v.19, n.1, pp. 94-120, jan./mar.

TASSINARI, Antonella. **Concepções indígenas de infância no Brasil**. *Tellus*, ano 7, n. 13, p. 11-25, out. 2007 Campo Grande – MS.

WORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste**. Série antropologia, 111, Brasília, 1991.

XIMENES, R.; NEIVA, G. **Síntese sobre Observações Relativas à Pesca no Estado do Amazonas**. Manaus, SUFRAMA, 1975.

ZHOURI, Andréa. **A Revolta da Ecologia Política” Conflitos Ambientais no Brasil**. Henri Acselrad (org.) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, pp.294. *Ambiente & Sociedade* – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004.

\_\_\_\_\_, **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental**. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23 n.o 68 outubro/2008.

ZHOURI, Andrea e OLIVEIRA, Raquel. **Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas**. Campinas: *Ambiente & Sociedade*, v. X, n. 2, 2007.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PAIVA, A. (2005). **Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais**. In: Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Pereira (orgs.), *A insustentável leveza da*

política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais, Belo Horizonte, Autêntica.

Guia de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal - Documento de Referência – IBAMA. Ministério do Meio Ambiente – MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Brasília 2002

<http://www.bahiapolitica.com.br/secretaria-da-industria-naval-e-portuaria-seinp-articula-estrategias-de-seguranca-para-o-entorno-do-estaleiro-enseada-do-paraguacu/>

# ANEXOS



Figura 23- Conclusões do EIA/RIMA Estaleiro Enseada do Paraguaçu (2009)

Fl.: _____ Proc.: 0011/08 Rubr.: _____
<p><b>7 CONCLUSÕES</b></p> <p>No que se refere ao meio físico o Estudo foi realizado com baixa representatividade de dados, com ênfase para a ausência de caracterização dos sedimentos a serem dragados, o que contraria a Resolução Conama nº 344/2004 e impede posicionamento conclusivo quanto a viabilidade ambiental do empreendimento.</p> <p>Após o término da análise do diagnóstico de flora, conclui-se que o estado de impacto ambiental das obras de implantação do terminal portuário de Paraguaçu apresenta falhas, erros e falta de dados que comprometem a determinação da viabilidade ou não do empreendimento sendo que para embasar qualquer decisão nesse sentido faz-se necessária a apresentação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação da flora na AII e AID do empreendimento com apresentação de mapa de vegetação para a AID, ressaltando-se que o TR exigia dados primários da AID e não apenas da ADA.</li> <li>• Levantamento florístico complementar em todas as fitofisionomias, abrangendo plantas de todos os hábitos, evitando-se ao máximo a apresentação de espécies indeterminadas ou identificadas até o nível de gênero. No caso de se manter a impossibilidade da identificação a nível específico de algum táxon, deve ser apresentado um laudo assinado por botânico especialista no grupo em análise, atestando que a amostra não pertence a nenhuma das espécies consideradas ameaçadas de extinção.</li> <li>• Ampliação do levantamento fitossociológico de forma que a curva do coletor para fitofisionomia, montada a partir dos dados de cada parcela, apresente real tendência à estabilização.</li> </ul> <p>No que diz respeito ao diagnóstico do meio socioeconômico considera-se que, apesar de alguns problemas relacionados à coleta de informações, bem como à defasagem de algumas das informações utilizadas, o Estudo permite que se tenha um retrato da realidade local. Da mesma maneira, o EIA informa sobre os principais impactos ao meio socioeconômico, dentre os quais, destacamos a possibilidade concreta de atração de um grande contingente de trabalhadores para a região e consequente pressão sobre a infraestrutura de serviços públicos (moradia, saúde, educação), além de outras consequências de caráter econômico, cultural e social. Apesar do EIA identificar estes impactos e propor a implementação de alguns programas enquanto medida mitigadora, esta equipe avalia que, tomadas isoladamente, tais proposições carecem de efetividade. Neste sentido é necessário que sejam implementadas, em comum acordo com os demais entes públicos envolvidos, ações que monitorem e previnam processos de ocupação desordenada de áreas (que poderão ocorrer em função da atração de mão de obra para a região). É necessário também que se avalie como se dará a desmobilização da mão de obra temporária.</p> <p>Diante do que foi exposto ao longo deste parecer, esta equipe entende não ser possível atestar a viabilidade ambiental do empreendimento em função da ausência de informações fundamentais para o posicionamento técnico, quais sejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Caracterização dos sedimentos a serem dragados em conformidade com a Resolução Conama nº 344/04.</li> <li>2. Avaliação da flora nas áreas de influência do empreendimento, tendo em vista as especificidades do Termo de Referência emitido, levantamento florístico complementar com a identificação taxonômica específica e ampliação do levantamento fitossociológico comprovando a sua suficiência amostral.</li> </ol>
Página 25 de 26

Figura 24- Continuação da conclusão do EIA/RIMA

Fl.: _____ Proc.: 6831/08 Rubr.: _____
--

Desta forma, recomenda-se que seja enviado ao empreendedor ofício solicitando a entrega de estudos complementares e adequações detalhadas ao longo deste parecer, para que se procedam as análises pertinentes.

É o Parecer.

Brasília, 15 de março de 2010

CIOMARA PAIM COUTO Analista Ambiental	ELIZABETH ERIKO UEMA Analista Ambiental
FERNANDO GABRIEL VIEIRA Analista Ambiental	IGOR LUNA MOURA Analista Ambiental
LEANDRO HARTLEBEN CORDEIRO Analista Ambiental	

Figura 26 de 26